

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

VANESSA CRISTINA ZAMBAN

**CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
– PARANÁ.**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ-BRASIL
MARÇO - 2019**

VANESSA CRISTINA ZAMBAN

**CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
– PARANÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestra.

Prof. Doutor Wilson João Zonin – Orientador
Prof. Doutora Alina Bianca Andreica – Co orientadora

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
PARANÁ-BRASIL
MARÇO - 2019**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

ZAMBAN, VANESSA CRISTINA

CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS ? PARANÁ / VANESSA CRISTINA ZAMBAN; orientador(a), Wilson João Zonin ; coorientador(a), Alina Bianca Andreica , 2019.
123 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2019.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural sustentável. 3. Indicadores de sustentabilidade. 4. Políticas públicas. I. Zonin , Wilson João . II. Andreica , Alina Bianca . III. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

VANESSA CRISTINA ZAMBAN

**CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR EM
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS-PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural Sustentável em cumprimento parcial aos requisitos para
obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de
concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa
Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, APROVADO(A)
pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Wilson João Zonin

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Pery Francisco Assis Shikida

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo (UNIOESTE)

Pedro Celso Soares da Silva

Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR (IAPAR)

Nardel Luiz Soares da Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Marechal Cândido Rondon, 1 de março de 2019

AGRADECIMENTOS

Ao professor Orientador Wilson João Zonin, pela paciência, auxílio e partilha de seus conhecimentos, pela orientação e direcionamentos na busca por uma agricultura sustentável.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Rural Sustentável, nível mestrado da Universidade Estadual do Paraná por mostrarem que o desenvolvimento rural sustentável é real e possível.

Aos meus pais, Vladimir Luiz Zamban e Izabel de Gois Zamban, por sempre me incentivarem a continuar estudando.

Ao meu noivo, Flávio Alan Russo, pelo companheirismo e compreensão nos momentos de tensão pré-escrita.

À Associação de Agricultores Familiares e Orgânicos (AAFO) e seus associados pela participação e disponibilidade, pelas conversas e depoimentos.

À Coordenação de aperfeiçoamento profissional (CAPES) em parceria com a Fundação Araucária pela bolsa de estudos que possibilitou esse trabalho.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	12
1.1 OBJETIVO GERAL	13
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	15
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR	16
2.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	19
3 METODOLOGIA	25
3.1 POPULAÇÃO ESTUDADA	26
3.2 INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR	27
3.2.1 Indicadores socioeconômicos	28
3.2.2 Indicadores de saúde das culturas	31
3.2.3 Indicadores da Qualidade do Solo	34
4 AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	37
4.1 AGRICULTORES FAMILIARES	38
4.2 SUCESSÃO RURAL	38
4.2.1 A participação das mulheres na gestão e o gênero do responsável pela participação no programa	41
4.2.2 Tamanho das famílias e mão de obra empregada	43
4.2.3 Escolaridade	45
4.2.4 Mídias e meios de comunicação	46
4.3 PROPRIEDADES	49
4.3.1 Formação do município e tempo de residência	49
4.3.2 Área das propriedades e suas distâncias em relação à cidade	51
4.3.3 Multiplicidade de canais de comercialização e dependência dos programas institucionais de compra de alimentos	56
4.3.4 Assistência técnica e extensão rural	57
5 PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE COMPRA DE ALIMENTOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	59
5.1 PÚBLICO BENEFICIADO COM OS ALIMENTOS	60
5.3 GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	61
5.3.1 Porcentagem orçamentaria utilizada	62

5.4	VALORES TOTAIS	64
5.6	CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS	64
5.6	DESAFIOS FUTUROS.....	68
6	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR	70
6.1	A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	71
6.2	A SUSTENTABILIDADE DOS SOLOS	74
6.3	A SUSTENTABILIDADE DAS CULTURAS IMPLANTADAS.....	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
APÊNDICE A		87
ANEXO 1.....		94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa com a localização geográfica do município de São José das Palmeiras-PR, 2019.....	37
Figura 2. Municípios limediros ao lago de Itaipu.....	50
Figura 3. Mapa das 48 propriedades visitadas em São José das Palmeiras em 2018...	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Idade média dos agricultores familiares responsáveis pelos contratos com o PAA e PNAE em São José das Palmeiras-PR no ano de 2018	39
Gráfico 2. Previsão de sucessão familiar em São José das Palmeiras- Paraná no ano de 2018	40
Gráfico 3. Número de componentes dos núcleos familiares entrevistados em São José Das Palmeiras-PR, 2018	44
Gráfico 4. Nível de escolaridade dos participantes do PAA e PNAE em São José das Palmeiras- Paraná, no ano de 2018	46
Gráfico 5. Utilização do Celular pelos agricultores familiares de São José das Palmeiras-Paraná em 2018	48
Gráfico 6. Estrutura fundiária das propriedades da agricultura familiar, em São José das Palmeiras-PR, no ano de 2018.....	52
Gráfico 7. Área das propriedades visitadas em São José das Palmeiras-PR, 2018	53
Gráfico 8. Número de canais de comercialização que os agricultores familiares de São José das Palmeiras conseguiam acessar em 2018.....	56
Gráfico 9. Porcentagem dos recursos repassados para agricultores do PNAE de 2014 a 2018	63
Gráfico 10. Mudanças na produção de alimentos segundo os agricultores familiares de São José das Palmeiras-PR em 2018	65
Gráfico 11. Indicadores de econômicos e sociais das famílias agricultoras de São José das Palmeiras-Paraná	72
Gráfico 12. Indicadores da qualidade do solo, nas propriedades da agricultura familiar visitadas em São José das Palmeira-Paraná	75
Gráfico 13. Indicadores da saúde das plantas cultiváveis das famílias agricultoras de São José das Palmeiras-PR	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Área da Propriedade e Renda Bruta em Salários Mínimos Mensais (SMM), das Propriedades da agricultura familiar de São José das Palmeiras, que acessam o PAA e o PNAE, em 2018.....	54
Tabela 2. Produtos Comercializados com os programas e número de famílias que entregavam cada produto em São José das Palmeiras-Paraná, em 2018	61
Tabela 3. O valor repassado pelo FNDE por etapa e modalidade de ensino, no ano de 2018	62
Tabela 4. Dados referentes aos recursos disponibilizados para alimentação escolar do município de São José das Palmeiras no período de 2014 a 2018	62
Tabela 5. Dados referentes aos recursos disponibilizados de 2014 a 2018.....	64
Tabela 6. Renda média das famílias, no ano de 2018	67
Tabela 7. Principais Fontes de Renda das Famílias Agricultoras de São José das Palmeiras-Paraná, no ano de 2018.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Indicadores de sustentabilidade utilizados na avaliação da sustentabilidade das famílias agricultoras de São José das Palmeiras- Paraná, 2018	28
Quadro 2. Indicadores da saúde das culturas, utilizados na avaliação da sustentabilidade das famílias agricultoras de São José das Palmeiras- Paraná, 2018	31
Quadro 3. Indicadores da qualidade do solo, utilizados na avaliação da sustentabilidade das famílias agricultoras de São José das Palmeiras- Paraná, 2018	34

LISTA DE SIGLAS

ACEMPRE	Associação Central dos Produtores Rurais Ecológicos
AGF	Agricultor Familiar
BRF	Brasilian Foods
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CME	Campanha de Merenda Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FETAEP	Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEAE	Programa Estadual de Alimentação Escolar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSAN	Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

RESUMO

ZAMBAN, Vanessa, Mestrado, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, fevereiro – 2019. **Contribuições dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em São José das Palmeiras – Paraná.** Orientador: Doutor Wilson João Zonin. Coorientadora: Doutora Alina Bianca Andreica.

O presente trabalho avaliou as contribuições dos mercados institucionais de alimentos, do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na vida das famílias agricultoras no município de São José das Palmeiras - PR. Neste estudo, buscou-se analisar como os programas foram executados pelos participantes e qual foi o alcance dos objetivos propostos por essas políticas públicas na agricultura familiar do município. O objetivo foi avaliar os efeitos do PAA e do PNAE na vida das 48 famílias de agricultores beneficiadas pela compra de alimentos no município. Foram utilizados indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas para definir: i) o nível de sustentabilidade econômica e social desses agricultores; ii) a saúde de suas culturas; e iii) a qualidade dos seus solos agrícolas. A pesquisa em questão foi realizada por meio de um estudo de caso, tendo sido utilizados um questionário semiestruturado e um formulário para a avaliação da sustentabilidade. Para a avaliação do nível de sustentabilidade das propriedades da agricultura familiar, utilizou-se uma matriz para a avaliação participativa de agroecossistemas, com o auxílio de três categorias indicadoras: a primeira era relacionada aos indicadores econômicos e de qualidade de vida das famílias agricultoras; a segunda, aos indicadores de saúde das culturas; por fim, a terceira categoria dizia respeito aos indicadores da qualidade do solo. Verificou-se que os programas contemplados neste estudo têm estimulado a soberania alimentar e nutricional dos agricultores familiares, além de estimularem o aumento da produção em quantidade e variedade de produtos e pagarem preços satisfatórios (se comparados ao mercado local), aumentando a renda mensal das famílias. Ademais, os programas têm ajudado a revelar a importância da mulher do campo. Dentre os desafios futuros para os programas, citam-se a burocracia e a necessidade da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Dentre as possibilidades futuras, temos a existência de agricultores orgânicos ou agroecológicos no município. Os indicadores de sustentabilidade, no geral, apresentaram-se acima da média, sinalizando que a agricultura familiar caminha para a sustentabilidade, a qual não será atingida de um dia para o outro, mas ao longo dos anos, com múltiplos esforços. Em relação à sustentabilidade social, ela se apresentou como o ponto de maior fragilidade, ao passo que o ponto de maior força foi relacionado à participação da mulher na gestão.

Palavras-chave: Mercado institucional; Indicadores de Sustentabilidade; Segurança Alimentar.

ABSTRACT

ZAMBAN, Vanessa, Mestrado, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, fevereiro – 2019. **Contributions from government programs for the acquisition of food for family agriculture in São José das Palmeiras- Paraná.** Advisor: Doctor Wilson João Zonin. Co-Advisor: Doctor Alina Bianca Andreica.

The present study evaluated the contributions of access to the institutional food markets, the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), in the lives of farm families in the municipality of São José das Palmeiras. In this case study, we sought to analyse how the participants executed the programs, and what was the scope of the objectives proposed by these public policies, in the family agriculture of the municipality. The aim was to evaluate the effects of PAA and PNAE on the life of the 48 farmers families benefited by the purchase of food in the municipality and using indicators of sustainability of agroecosystems define the level of economic and social sustainability of these farmers, the health of their crops and the quality of their agricultural soils. The research was carried out through a case study, using a semi-structured questionnaire and a form for the evaluation of sustainability. In the assessment of the properties' sustainability level, a participatory evaluation of agroecosystems method was used. Three indicator categories were used, the first concerning the economic indicators and the quality of life of the farming families — the indicators of crop health and soil quality indicators. The programs have stimulated the food and nutritional sovereignty of family farmers. They stimulate the increase of production in quantity and variety of products and pay satisfactory prices compared to the local market, increasing the families' monthly income. The programs have also helped to reveal the value of the countrywoman. Among the future challenges for the programs, bureaucracy and the need for DAP (Declaration of Aptitude to Pronaf) are the main issues. As future possibilities, there is the possibility of existing, organic or agroecological farmers in the municipality. The indicators of sustainability, in general, were above average, which indicates that family farming is moving toward sustainability, sustainability that will not be achieved overnight, but over the years, with multiple efforts. Concerning social sustainability, this was the weakest point. The point of greatest strength was related to the participation of women in management.

Keywords: Institutional market; Sustainability Indicators; Food Safety.

1 INTRODUÇÃO GERAL

Nos últimos anos, a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável ganharam notoriedade no meio acadêmico, principalmente após a implantação da lei de agricultura familiar e a criação de políticas públicas que estimularam o aumento da produção e inovação tecnológica no campo.

Dados coletados pelo censo do IBGE de 2006 apontam que, no Brasil, a agricultura familiar corresponde a 84,4% dos estabelecimentos agrícolas produtivos no país, ocupando apenas um quarto das áreas cultiváveis. Entretanto, quando os dados de comercialização são observados, nota-se que os alimentos oriundos da agricultura familiar são responsáveis por apenas 25% das receitas, o que pode indicar que a agricultura familiar enfrentava, nesse período, grandes desafios na comercialização e na organização de sua produção.

Em todo o território nacional, as desigualdades sociais e econômicas são muito visíveis e marcantes. A superação dessas mazelas exige estratégias próprias e o direcionamento prioritário das políticas públicas para a parcela da população em situação de vulnerabilidade, risco social e insegurança alimentar.

Nesse cenário, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são exemplos de estratégias em busca do desenvolvimento rural sustentável. Tais programas também demonstram de que forma a ação governamental pode agir para mitigar a pauperização e a insegurança alimentar de um público específico.

Um grande número de autores enxerga a agricultura familiar como o cenário mais favorável ao desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista que, se comparada com a agricultura de grande porte, ela apresenta menor impacto ambiental e maior eficiência social (COSTABEBER e CAPORAL, 2003; SACCO DOS ANJOS e BECKER, 2014).

Isto posto, as políticas públicas de incentivo à comercialização de produtos da agricultura familiar são de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável da agricultura no país. Consequentemente, torna-se necessária uma constante avaliação dos efeitos dessas políticas públicas, com o intuito de verificar se elas estão, de fato, cumprindo com os objetivos propostos, principalmente no que se refere à

1 INTRODUÇÃO GERAL

Nos últimos anos, a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável ganharam notoriedade no meio acadêmico, principalmente após a implantação da lei de agricultura familiar e a criação de políticas públicas que estimularam o aumento da produção e inovação tecnológica no campo.

Dados coletados pelo censo do IBGE de 2006 apontam que, no Brasil, a agricultura familiar corresponde a 84,4% dos estabelecimentos agrícolas produtivos no país, ocupando apenas um quarto das áreas cultiváveis. Entretanto, quando os dados de comercialização são observados, nota-se que os alimentos oriundos da agricultura familiar são responsáveis por apenas 25% das receitas, o que pode indicar que a agricultura familiar enfrentava, nesse período, grandes desafios na comercialização e na organização de sua produção.

Em todo o território nacional, as desigualdades sociais e econômicas são muito visíveis e marcantes. A superação dessas mazelas exige estratégias próprias e o direcionamento prioritário das políticas públicas para a parcela da população em situação de vulnerabilidade, risco social e insegurança alimentar.

Nesse cenário, as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, como o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são exemplos de estratégias em busca do desenvolvimento rural sustentável. Tais programas também demonstram de que forma a ação governamental pode agir para mitigar a pauperização e a insegurança alimentar de um público específico.

Um grande número de autores enxerga a agricultura familiar como o cenário mais favorável ao desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista que, se comparada com a agricultura de grande porte, ela apresenta menor impacto ambiental e maior eficiência social (COSTABEBER e CAPORAL, 2003; SACCO DOS ANJOS e BECKER, 2014).

Isto posto, as políticas públicas de incentivo à comercialização de produtos da agricultura familiar são de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável da agricultura no país. Consequentemente, torna-se necessária uma constante avaliação dos efeitos dessas políticas públicas, com o intuito de verificar se elas estão, de fato,

cumprindo com os objetivos propostos, principalmente no que se refere à sustentabilidade. Assim, surge a necessidade de indicadores que nos auxiliem a mensurar os níveis de sustentabilidade dos agroecossistemas: os indicadores de sustentabilidade.

Segundo Silva e Silva (2009), esses indicadores devem ser de fácil aplicação, passíveis de adaptação a vários agroecossistemas, ter confiabilidade estatística e baixo custo de aplicação. Para serem considerados eficientes, durante sua aplicação eles devem possuir: relevância, facilidade de compreensão, confiabilidade e visão de longo alcance. Diversas são as metodologias que avaliam a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares; porém, raras são as que permitem que os agricultores utilizem os indicadores para observar rapidamente o estado de seus agroecossistemas. Tais ferramentas permitiriam que eles tomassem decisões direcionadas a melhorar os aspectos com desempenho ruim e, assim, melhorar o funcionamento dos agroecossistemas.

O presente trabalho está estruturado na forma de capítulos. O primeiro deles trata dos agricultores familiares munícipes de São José das Palmeiras-PR e sua sustentabilidade social através da sucessão rural e das características gerais de suas propriedades agrícolas. O segundo aborda os efeitos dos programas PAA e PNAE na vida das famílias agricultoras beneficiadas pelas vendas de alimentos, o público beneficiado pelos alimentos, os valores, as porcentagens e a gestão e os desafios futuros para as políticas. Finalmente, o terceiro capítulo traz uma análise da aplicação de indicadores de sustentabilidade socioeconômica, saúde das culturas implantadas e qualidade do solo, possibilitando avaliação do sistema e verificação dos pontos sujeitos a melhorias.

1.1 OBJETIVO GERAL

O principal objetivo deste estudo foi avaliar as contribuições do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na vida das famílias de agricultores beneficiados pelos programas no município de São José das Palmeiras-PR. Ademais, buscou-se mensurar a sustentabilidade das famílias

que acessam os mercados institucionais de compra de alimentos em São José das Palmeiras-PR, descobrir suas potencialidades, seus obstáculos e sugerir soluções.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Compreender o processo de comercialização do PAA e PNAE, suas demandas e repasses.
- b) Identificar e conhecer os agricultores beneficiados pelo PNAE.
- c) Constatar os desafios e possibilidades futuras para as políticas.
- d) Aplicar uma matriz de indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas que, posteriormente, possa ser usada pelos próprios agricultores.
- e) Verificar a sustentabilidade das famílias agricultoras.
- f) Visualizar os pontos fortes e fracos relacionados à sustentabilidade social, socioeconômica, da saúde das culturas e da qualidade dos solos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Por muitos anos, o desenvolvimento rural foi associado à questão produtivista, sendo considerado sinônimo de desenvolvimento agrícola (ou agropecuário). O desenvolvimento agrícola, de acordo com Navarro (2001), refere-se às condições da produção agrícola e/ou agropecuária e suas características, em sentido estritamente produtivo: área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos.

O desenvolvimento rural sustentável, por sua vez, incorpora noções de equidade social, preservação do meio ambiente, economia solidária e sustentabilidade do sistema produtivo, atribuindo relação entre diferentes formas de organizações sociais das famílias rurais mais pobres (ABRAMOVAY, 2007). Dessa forma, o desenvolvimento rural sustentável estaria atrelado à melhoria da qualidade de vida como um todo, assim como à satisfação das necessidades humanas. Desenvolvimento sustentável, portanto, implica autoconfiança e desenvolvimento economicamente viável, facilitando o acesso à saúde, ao abrigo, à água limpa e à comida.

O desenvolvimento sustentável se aproxima da concepção de Sen (2010), na qual o desenvolvimento é visto como um alargamento das liberdades reais pessoais, no qual somente a liberdade pode ser potencializadora de todas as capacidades humanas. Assim, só haverá desenvolvimento onde o sujeito for livre para se desenvolver.

Para Sachs (2004), o desenvolvimento é multidimensional. Segundo o autor, o crescimento econômico, apesar de ser imprescindível, é apenas instrumental. Dessa forma, o desenvolvimento seria uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental.

Boff (2016) destaca que a sustentabilidade é resultado da educação, na qual o ser humano redefine os conceitos atrelados à sua relação com o universo, visando manter o ecossistema em sua integridade para atender às necessidades das gerações presente e futura. Nesse sentido, a sustentabilidade seria uma visão de solidariedade,

em que a busca pelo desenvolvimento deve estar associada à preservação do meio ambiente.

Rivas (1997) aponta três condições para que o desenvolvimento sustentável se converta em uma alternativa viável: a) o progresso científico, visto que a sustentabilidade necessita de estudos e métodos para o uso de energia, materiais renováveis etc.; b) uma tecnologia social, necessária para sair dos círculos viciosos do comportamento atual; e c) uma nova estrutura de tomada de decisões que integre fatores socioeconômicos e ambientais na definição das políticas, no planejamento e na gestão.

Quando trazemos os conceitos de desenvolvimento rural sustentável para a agricultura, podemos visualizar uma gama gigantesca de situações e níveis de sustentabilidade. Para fins didáticos, o INCRA/FAO (1994) classificou a agricultura brasileira em duas categorias: a) a agricultura patronal, com a completa separação entre gestão e trabalho, organização descentralizada e ênfase na especialização; e b) a agricultura familiar, cuja gestão se dá no próprio núcleo familiar, com maior diversificação da produção. Dentre ambos os tipos, a agricultura familiar é a que mais se aproxima dos objetivos propostos no Desenvolvimento Rural Sustentável.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Diversos são os conceitos relacionados à população do campo, e diversos são os autores que se propõem a estudar e discutir essa temática. Agricultura familiar e campesinato estão, por instância, diretamente ligados a visões de mundo sociais, econômicas e políticas, conectados à construção de uma sociedade onde a relação homem/natureza seja levada em consideração e valorizada.

Em um mundo capitalista, é necessário que, primeiramente, esforcemo-nos para entender como os trabalhadores da agricultura familiar, ao longo da história, enquadram-se dentro do sistema capitalista de produção e reprodução. Com o avanço do capitalismo sobre o campo, Kautsky (1986) se dedica a estudar a questão agrária. Em sua obra, o autor discorre sobre as consequências dos desequilíbrios causados pela contaminação do campo com os modos de vida e produção do sistema capitalista. Segundo o autor, com a produção empresarial, os estabelecimentos burgueses possuíam superioridade

técnica e econômica, contando com máquinas, implementos modernos, ferramentas, fácil acesso ao crédito e melhores condições de comercialização. Ademais, eles possuíam a capacidade de mandar seus filhos para cidade a fim de usufruírem da educação e dos luxos da vida dos grandes centros, livrando-os do trabalho braçal. Esses fazendeiros possuíam um nível de capitalização que os permitia contratar mão de obra externa.

Do outro lado, estava a pequena produção camponesa que, por não possuir os meios do capital, necessitava que seus filhos trabalhassem cada vez mais cedo, privando-os da chance de estudar e obter conhecimentos formais. Já a competição com o modo capitalista de produzir levava à diminuição dos preços de produtos da produção camponesa, chegando a valores abaixo do necessário para subsistência, o que culminaria no empobrecimento e declínio desse modo de vida, levando ao completo desaparecimento dos camponeses.

Para Kautsky (1986), o camponês deixa de ser o senhor da sua exploração agrícola e se torna um anexo da exploração industrial. Para complementar sua renda, o camponês se torna um operário parcial da fábrica, passando a depender da exploração industrial que lhe fornece forragens e adubos, dependendo economicamente, portanto, da cooperativa para conseguir vender seus produtos (KAUTSKY, 1986, p. 128-129).

Lênin (1982), estudando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, chega a uma conclusão parecida, na qual enfatiza o processo de diferenciação social do campesinato. Tal diferenciação ocorreria dentro da expansão capitalista na Rússia através da produção mercantil, o que levaria à extinção camponesa.

Diante desse contexto, a produção camponesa, insuficiente, torna-se acessória à família. O lar do campesino se parece com lar do proletariado, porque o trabalho remunerado está no primeiro plano. A mulher, os filhos menores e (às vezes) os idosos intensificam o trabalho do lar, especialmente durante as colheitas (KAUTSKY, 1986, p. 191). Assim, não é a propriedade territorial do campesino que desaparecerá, visto que, na sociedade moderna, pequenas e grandes explorações agora servem aos interesses do sistema capitalista. A grande propriedade passa a produzir os bens necessários, enquanto a pequena passa a fornecer mão de obra barata. Dessa forma, a única forma possível de o pequeno agricultor sobreviver é que ele se instrua sobre associação e

cooperação. Visto que a associação em forma de ligas pode romper com essas dificuldades, a partir de uma organização coletiva no campo e uma organização socialista de produção.

Para Chayanov (1974), ao contrário da empresa capitalista – que tem por base a extração do trabalho assalariado e, por prioridade, a maximização do lucro –, a produção familiar é voltada para a satisfação das necessidades e para a reprodução da família. Assim, a decisão sobre o aumento da quantidade de trabalho necessário para a expansão de determinada atividade leva em conta o bem-estar da família antes mesmo do interesse pela obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família.

No Brasil, a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define a agricultura familiar como

...aquela que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra [sic] da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a).

Para Graziano da Silva (1998), a industrialização e modernização da agricultura pós-revolução verde culmina numa modernização conservadora, motivando a desestruturação dos complexos rurais e a consolidação dos complexos industriais. Para o autor, complexo rural é uma unidade de produção, sítio ou fazenda, que possui um certo nível de autonomia, tanto de consumo quanto de produção. Assim, são propriedades suficientes a si mesmas e à economia local, em nível micro.

O desenvolvimento técnico teria expulsado muitos estabelecimentos da atividade agrícola, além de os insumos orgânicos e a tração animal terem sido substituídos por insumos químicos e maquinários agrícolas movidos a combustíveis fósseis. Dessa forma, originaram-se os complexos agroindustriais que ligam a agricultura a uma extensa rede de indústrias que existem antes e depois da porteira da fazenda.

Nesse contexto, a modernização da agricultura brasileira foi desigual no sentido de não privilegiar todos os tipos de agricultores, visto que excluiu uma grande parcela deles, os quais não tiveram acesso à assistência técnica e ao crédito.

Assim sendo, ao mesmo tempo que nosso país possuía uma agricultura altamente desenvolvida, atrelada ao comércio exterior, também possuía uma agricultura subdesenvolvida, que viu o bonde passar. Consequentemente, tínhamos, de um lado, uma agricultura moderna, com concentração de riquezas, grande produtividade e exploração do trabalho alheio; do outro, uma agricultura com miséria, falta de acesso e consequente perda de competitividade.

Para Graziano da Silva (1998), a luta deve ser contra a lumpenização em que são lançados os milhares de agricultores expulsos de suas terras por falta de acesso, destinados a viver nos subúrbios das grandes cidades, aumentando o exército de reserva. Assim, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são essenciais à superação das desigualdades no campo, principalmente no que se refere à pobreza extrema e à fome, contexto no qual o PAA e o PNAE se inserem.

2.3 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar se inserem no contexto nacional de promoção da segurança alimentar. Mas o que é a segurança alimentar? Os conceitos de segurança alimentar têm evoluído bastante nos últimos anos, com vistas a refletir sobre as mudanças na forma de se pensar segurança alimentar (CLAY, 2002). O termo em si surgiu na década de 1970, quando, durante a conferência de 1974 (WFC, 1974), definiu-se segurança alimentar nos termos de oferta de alimentos, assegurando a disponibilidade, a todo tempo, de alimentos adequados e capazes de sustentar as flutuações em preço e produção.

Mas foi Sen (1981) quem expandiu o conceito de segurança alimentar ao focar nos direitos individuais e da família. Para ele, o fato de haver a oferta suficiente de alimentos não seria capaz de garantir a segurança alimentar caso as pessoas pobres e vulneráveis não tivessem acesso físico e econômico a esses alimentos – e essa

disparidade entre oferta suficiente de alimentos e eliminação da fome pôde ser facilmente observada no Brasil.

Segundo Burity et al. (2010), os aumentos de produtividade na agricultura, a partir de 1980, continuaram gerando excedentes de produção e aumento de estoques, resultando na queda dos preços dos alimentos. Porém, esses excedentes alimentares passaram a ser colocados no mercado sob a forma de alimentos industrializados, sem que houvesse a eliminação da fome.

Dessa forma, no cenário pós-revolução verde, o Brasil se tornou uma potência agrícola mundial, principalmente na produção de milho e soja. Contudo, para uma gigantesca parcela da população, isso não significou aumento (ou garantia) de acesso aos alimentos. Assim, apesar do aumento da produção, o número dos socialmente excluídos e marginalizados cresceu.

Durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, em Havana, em 2001, o conceito de soberania alimentar foi ampliado. Definiu-se a Soberania Alimentar como

...o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

No Brasil, a temática entrou no debate do desenvolvimento rural na década de 1990, exigindo uma aproximação interdisciplinar em sua análise (COELHO DE SOUZA et al., 2011). No início, o tema foi abordado dentro da área da saúde e depois na nutrição. Hoje, diversas áreas do conhecimento têm se preocupado com a segurança e a soberania alimentar.

O governo federal tem uma série de programas e ações para promover a segurança alimentar e nutricional da população. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), além das secretarias responsáveis pelo Programa Bolsa Família e pelas políticas de assistência social, tem também uma secretaria responsável pela segurança alimentar e nutricional, que é a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

A SESAN é responsável por programas que apoiam tanto a produção e a venda de alimentos dos agricultores familiares, quanto o consumo de alimentos saudáveis pela população, o que promove a segurança alimentar e nutricional das famílias (BRASIL, 2006b).

No Brasil, a partir de 2003, a segurança alimentar e nutricional passa a ter prioridade no governo federal com a implementação do Programa Fome Zero, cujo objetivo era erradicar a fome através de ações estruturadas (BRASIL, 2009). Assim, o projeto se transformou na principal estratégia governamental para orientar as políticas econômicas e sociais. Iniciou-se, com isso, uma inflexão com a superação da dicotomia entre política econômica e políticas sociais, integrando políticas estruturais e emergenciais no combate à fome e à pobreza (MDA, 2010). Nesse momento, novas políticas foram implementadas com foco nos agricultores familiares, visto que grande parte da população do campo vivia, até então, em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar.

Dessa forma, o Fome Zero partiu do pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário, e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e à manutenção da saúde (MDA, 2010). No mesmo ano, o Art. 19 da Lei nº 10.696/2003 estabelece a instituição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual foi instituído no dia 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Mais tarde, a lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, atualmente em vigência pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012).

A execução do PAA, realizada por meio de entidades socioassistenciais e compra governamental de produtos diretos da agricultura familiar, volta-se para melhorias de acesso a alimento das pessoas em vulnerabilidade social e alimentar. Os objetivos do programa são:

permitir que os agricultores familiares armazenem seus produtos para que sejam comercializados no momento propício, a preços mais justos; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar; contribuir para a formação de estoques estratégicos; garantir o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDA, 2012).

Ainda em 2003, foi recriado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com vistas a promover a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (BRASIL, 2017).

O Conselho era de caráter consultivo, ou seja, competia ao CONSEA, dentre outras atribuições, propor à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) as diretrizes e as prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com base nas deliberações das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2017).

Um grande salto no combate à fome se deu com o processo de institucionalização da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006. Essa lei criou o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e assegurou o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como direito humano fundamental. A LOSAN mostra que a segurança alimentar engloba uma série de questões, dentre elas o acesso à terra e à água, o fomento à agricultura familiar, a recuperação da capacidade reguladora do Estado e a ampliação de ações estruturantes e emancipatórias (BRASIL, 2006a). Dessa forma, a SAN possui ações voltadas tanto para as questões de produção como para a disponibilidade de alimentos.

Em 2006, por meio da Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, foi criado o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2006a). Esta lei recomenda que a segurança alimentar precisa se basear em práticas alimentares que promovam a saúde e respeitem a diversidade cultural, sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

Um dos eixos articuladores da PNSAN e do DHAA é a alimentação escolar, que desempenha papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno. O serviço de que assegura a alimentação escolar é realizado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado, por sua vez, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O PNAE visa à transferência,

em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos.

O Programa tem sua origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia – sem sucesso, devido à falta de recursos financeiros – a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação escolar. Dez anos depois, na década de 1950, foi elaborada a Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Pela primeira vez, então, estrutura-se, um programa de merenda escolar em âmbito nacional sob a responsabilidade pública.

Como nem tudo são flores, somente o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, por meio do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) – hoje Unicef –, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó, o qual era inicialmente destinado à campanha de nutrição materno-infantil.

Em seguida, por meio do Decreto nº 37.106, em 31 de março de 1955, institui-se a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação e desenvolvida por meio de convênios com o FISI e outros organismos internacionais. Em 1956, é criada a Campanha Nacional da Merenda Escolar – Decreto nº 39.000, de 11/04/56 – com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Assim, até 1973, essa política tem caráter assistencialista, sem que os recursos fossem assegurados. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, fica assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de Programa Suplementar de Alimentação Escolar a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais.

No entanto, a distribuição dos gêneros alimentícios se dava de forma centralizada, de cima para baixo. O órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os alimentos por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Essa dinâmica resultava em uma alimentação ultra processada sendo entregue em todo território nacional (CALDAS; AVILA, 2013).

Em 1994, na tentativa de se reverter esse quadro, ocorreu a descentralização do programa pela Lei nº 8.913, de 12/7/94, pela qual foram formados convênios com os municípios e o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito

Federal. A essas instâncias de poder mais locais, delegou-se a competência de atender os alunos das redes estaduais e municipais de ensino (BRASIL, 2018).

Porém, no tocante à sustentabilidade e à agricultura familiar, é apenas em 2009, a partir da Lei Federal nº. 11.947, de 16 de junho de 2009, que se estabelece que ao menos 30% dos recursos do programa devem ser utilizados na compra de produtos provenientes da agricultura familiar, sendo criado, portanto, um canal direto de comercialização para os agricultores familiares (BRASIL, 2018). Posteriormente, a resolução nº 25 de 4 de julho de 2012, define o valor máximo do PNAE a ser comercializado por DAP/ano.

3 METODOLOGIA

O passo inicial desta pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em seguida, foi realizada a coleta de fontes documentais nos órgãos executores, a fim de verificar o valor e o público beneficiário no período. Ainda, foi selecionada uma matriz para a análise dos indicadores de sustentabilidade das propriedades a serem estudadas e realizado um questionário semiestruturado (APÊNDICE A) para a coleta de dados quantitativos e qualitativos.

Diversas são as metodologias que se propõem a avaliar o nível de sustentabilidade em agroecossistemas. Os indicadores precisam ser considerados de acordo com os seguintes objetivos: a) avaliar condições e tendências; b) efetuar a comparação entre lugares e situações; c) avaliar condições e tendências em relação às metas e objetivos; d) prover informações de advertência; e e) antecipar futuras condições e tendências (TUNSTALL, 1994).

A pesquisa em questão foi realizada por meio de um estudo de caso, método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. O estudo de caso caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de modo que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (MATIAS-PEREIRA, 2010). Ademais, esse tipo de pesquisa possibilita a preservação das características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos individuais de vida, processos organizacionais e administrativos e mudanças ocorridas.

De acordo com Holliday (2006), a sistematização seria a interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Para a análise dos dados do estudo, foi utilizada a análise de conteúdo, técnica que permite descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou textos. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo compreende

técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados.

3.1 POPULAÇÃO ESTUDADA

Os dados apresentados no presente estudo foram obtidos a partir das entrevistas com todos os envolvidos no Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE) do estado do Paraná e do município de São José das Palmeiras entre os anos de 2014 e 2018. As entrevistas foram realizadas entre janeiro e dezembro de 2018.

A pesquisa contou com análise documental dos contratos de fornecimento dos 48 agricultores e agricultoras organizados em associação, integrantes da Associação da Agricultura Familiar e Orgânica 1º de Março (AAFO), associação sem fins lucrativos fundada em 1º de março de 2006.

Para a obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semiestruturados às famílias que acessavam os programas, à nutricionista responsável, ao secretário da agricultura e à secretária de educação do município, sendo, para isso, usada a técnica da oralidade.

Com a lista de todas as famílias associadas à AAFO, entrou-se em contato com todas as famílias que acessaram os programas entre os anos de 2014 e 2018, realizando visita e entrevista. Sempre que possível, a entrevista era realizada com o núcleo familiar completo, salvo exceções em que um dos cônjuges ou filhos não pudessem estar presentes.

Com relação à análise dos dados, primeiramente realizou-se a sistematização dos dados coletados e das experiências relatadas pelos entrevistados, para, em seguida, ser realizada a análise em si. Para título de informação, os agricultores terão seus nomes ocultados e serão denominados pela sigla AGF (Agricultor Familiar) seguida do número da entrevista. Por exemplo: AGF1.

3.2 INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

A matriz utilizada para a avaliação dos indicadores de sustentabilidade das famílias agricultoras foi baseada nos indicadores propostos por Machado e Vidal (2006), aplicados posteriormente por Conceição et al. (2014), Brasil et al. (2015) e Feiden et al. (2015) para a avaliação participativa de agroecossistemas.

Para tanto, dividiu-se os indicadores em três categorias principais. A primeira diz respeito aos indicadores econômicos e de qualidade de vida das famílias agricultoras. Já os indicadores de saúde das culturas e os indicadores da qualidade do solo foram baseados na metodologia proposta por Nicholls e Altieri (2004).

Como as medições são baseadas nos mesmos indicadores, os resultados são comparáveis e permitem aos agricultores visualizar a evolução do mesmo agroecossistema ao longo de uma linha do tempo, ou fazer comparações entre explorações agrícolas em vários estágios. Observando quais dos atributos são suficientes ou deficientes em comparação com um limiar pré-estabelecido (NICHOLLS E ALTIERI, 2004).

Aplicando a metodologia simultaneamente em várias propriedades, é possível visualizar quais exibem baixos ou altos valores de sustentabilidade. Antes da aplicação da matriz, todos os parâmetros foram apresentados e discutidos com os membros dos núcleos familiares, visando sanar possíveis dúvidas.

A sustentabilidade econômica foi analisada por meio de 10 indicadores. Para cada propriedade, os valores foram obtidos pela média dos valores alcançados por todos os avaliadores em cada um dos dez indicadores.

Uma vez estabelecidos os critérios, a pesquisadora e cada membro do núcleo familiar (por se tratar de uma metodologia participativa) foram solicitados a responder um formulário com a análise da sustentabilidade. Em seguida, os dados foram computados e as médias foram analisadas.

a) Indicadores socioeconômicos

Quadro 1. Indicadores de sustentabilidade utilizados na avaliação da sustentabilidade das famílias agricultoras de São José das Palmeiras-PR, 2018.

1. Tempo de trabalho Os indicadores econômicos de sustentabilidade referentes ao tempo de trabalho têm como objetivo avaliar se a necessidade da força de trabalho na propriedade está distribuída ao longo do ano ou se há concentração excessiva de trabalho em alguns períodos, alternados com períodos de extrema ociosidade. Dessa forma:	
Considerou-se o “1”	Excesso de trabalho ou concentração de trabalho em algumas épocas com longos períodos ociosos. O não desejável.
Considerou-se o “5”	Quando a distribuição do trabalho foi razoável ao longo do ano, porém ainda com excesso de trabalho em alguns períodos e outros períodos de ociosidade.
Considerou-se o “10”	Quando a necessidade de trabalho foi considerada adequada e foi bem distribuída ao longo do ano. O ideal.
2. Força de Trabalho A força de trabalho é a relação entre a necessidade de força de trabalho e a capacidade de força de trabalho disponível na família. O desejável é que as atividades agrícolas sejam praticadas de acordo com a disponibilidade da família. Assim, a contratação de mão de obra externa é considerada como negativa.	
Considerou-se o “1”	Quando apenas uma pequena parte da família estava envolvida nas atividades e/ou há necessidade de contratação de força de trabalho permanente.
Considerou-se o “5”	Quando a maior parte da família estava envolvida nas atividades, porém há necessidade de contratação de força de trabalho temporária.
Considerou-se o “10”	Quando havia o envolvimento de toda a família e a necessidade de trabalho estava ajustada à disponibilidade familiar.
3. Estabilidade de renda Na lógica camponesa, têm-se aversão ao risco. Dessa forma, considera-se positiva a diversificação das fontes de renda, uma vez que isso reduziria os riscos em casos de crise, quebra de produção ou queda de preços dos produtos.	

Para tanto, considerou-se uma fonte de renda, cada grupo de produtos, como frutíferas sendo uma fonte, hortícolas como outra fonte, produção de leite e derivados como mais outra fonte e assim sucessivamente.	
Considerou-se o “1”	Quando apenas uma fonte de renda da propriedade era responsável por mais de 90% da renda.
Considerou-se o “5”	Quando até três fontes de renda da propriedade eram responsáveis por 70% da renda.
Considerou-se o “10”	Quando mais de 5 fontes de renda da propriedade compunham a renda de forma equilibrada.
4. Dependência de Renda Externa O ideal é que a sobrevivência da família fosse garantida apenas com os recursos produzidos na propriedade, sendo considerada negativa a necessidade de venda da força de trabalho de algum dos membros do grupo familiar ou a dependência de políticas públicas assistencialistas, como o Bolsa Família.	
Considerou-se o “1”	Quando mais de 80% da renda familiar se apresentou como de fonte externa.
Considerou-se o “5”	Quando cerca de 50% da renda familiar se apresentou como de fonte externa.
Considerou-se o “10”	Quando mais de 90% da renda familiar se apresentou como proveniente da propriedade, seja ela de carácter agrícola ou não.
5. Renda monetária bruta mensal Neste item, calcula-se a renda proveniente da propriedade, seja agrícola ou não.	
Considerou-se o “1”	Quando a renda monetária bruta mensal era de menos de 1 salário mínimo.
Considerou-se o “5”	Quando a renda monetária bruta mensal era de 1 a 3 salários mínimos.
Considerou-se o “10”	Quando a renda monetária bruta mensal estava acima de 6 salários mínimos.
6. Distribuição da entrada da renda ao longo do ano Relacionado à busca pela estabilidade financeira, o ideal seria que as entradas da renda fossem contínuas e equilibradas, o que permitiria um planejamento mais adequado das despesas e da produção.	
Considerou-se o “1”	Quando uma única entrada correspondia a mais de 80% da renda anual.

Considerou-se o “5”	Quando 50% da renda distribuída ao longo do ano e 50% concentrada.
Considerou-se o “10”	Quando as entradas médias mensais estavam equilibradas.
7. Segurança alimentar A segurança alimentar é um dos pontos principais dos programas estudados. Porém, como vivemos em uma sociedade moderna, é muito difícil (se não impossível) que uma família produza 100% dos alimentos consumidos. Assim sendo, o objetivo traçado foi de 80% dos alimentos.	
Considerou-se o “1”	Quando a família comprava mais de 80% dos produtos alimentícios de consumo.
Considerou-se o “5”	Quando a família comprava 50% dos produtos alimentícios de consumo.
Considerou-se o “10”	Quando a família produzia, na propriedade, em torno de 80% dos produtos alimentícios de seu consumo.
8. Infraestrutura O item infraestrutura se refere ao capital que a família possui e está diretamente ligado aos recursos disponíveis para investimento e melhoria das condições da família.	
Considerou-se o “1”	Quando o patrimônio da família era muito abaixo do desejável e isso atrapalhava o desenvolvimento da propriedade.
Considerou-se o “5”	Quando a família possuía patrimônio mínimo para permitir um lento desenvolvimento da propriedade.
Considerou-se o “10”	Quando família possuía infraestrutura ideal para o desenvolvimento das atividades propostas.
9. Situação financeira A situação financeira da família avalia aos recursos para a sobrevivência no dia a dia e a disponibilidade de recursos para a gestão e o custeio do processo produtivo.	
Considerou-se o “1”	Quando a família estava endividada, inadimplente e sem acesso a crédito (formal e informal), tendo dívidas até para o consumo corriqueiro.
Considerou-se o “5”	Quando a família possuía algum recurso financeiro, tinha acesso a crédito e dependia dele para evoluir.
Considerou-se o “10”	Quando a família possuía recursos próprios para evoluir, sem depender de crédito externo.
10. Comercialização	

O ideal seria que a família tivesse autonomia na venda de seus produtos. Aqui, o sistema de integração das cooperativas é considerado negativo, devido à redução da autonomia do agricultor.	
Considerou-se o "1"	Quando a família comercializava até 10% da produção.
Considerou-se o "5"	Quando a família comercializava até 50% da produção.
Considerou-se o "10"	Quando a família comercializava mais de 90% da produção.
Materiais: Para esses parâmetros, foram usadas planilhas de papel, canetas e calculadora.	

b) Indicadores de saúde das culturas

A saúde das culturas foi analisada por meio de nove indicadores baseados nos indicadores usados por Nicholls et al. (2003) e Machado & Vidal (2006) para determinar a qualidade do solo e da sanidade dos cultivos. Para cada unidade de produção, o nível de sustentabilidade foi obtido a partir de uma média dos valores alcançados por todos os avaliadores em cada um dos indicadores.

Quadro 2. Indicadores da saúde das culturas utilizados na avaliação da sustentabilidade das famílias agricultoras de São José das Palmeiras-PR, 2018.

1. Aparência das culturas	
Considerou-se o "1"	Quando as plantas cultiváveis apresentavam coloração amarelada, folhas sem cor, com sinais claros de deficiência nutricional.
Considerou-se o "5"	Quando as plantas cultiváveis apresentavam coloração verde, porém com perda de cor e sinais moderados de deficiência nutricional.
Considerou-se o "10"	Quando as plantas cultiváveis apresentavam coloração verde escura, sem nenhum sinal de deficiência nutricional.
2. Crescimento das plantas	
Considerou-se o "1"	Quando o crescimento das plantas se dava em padrão desigual, apresentando ramos finos, fracos ou curtos, com crescimento limitado.
Considerou-se o "5"	Quando o crescimento das plantas apresentava padrão mais denso, porém heterogêneo. Com ramos grossos e sinais de novas brotações.

Considerou-se o “10”	Quando o crescimento das plantas se dava em padrão igual, com crescimento forte e vigoroso, boa aparência, ramos e folhagem em grande quantidade.
3. Presença de doenças	
Considerou-se o “1”	Quando as culturas se apresentaram extremamente suscetíveis às doenças, com mais de 50% das plantas com folhas ou frutos atacados e destruídos. Considerou-se o mesmo valor quando houve a necessidade de mais de três aplicações de produto fitossanitário na safra.
Considerou-se o “5”	Quando as culturas se apresentaram com 20% a 45% das plantas com algum dano decorrente do ataque de patógenos ou mais de uma aplicação de defensivos na safra em questão.
Considerou-se o “10”	Quando as culturas se apresentaram resistentes ao ataque de patógenos, ou seja, menos de 20% das plantas estavam danificadas ou sem nenhuma aplicação na safra.
Materiais: Análise visual e aplicativo para a identificação de doenças de plantas cultiváveis.	
4. Ataque de insetos e pragas	
Considerou-se o “1”	Quando mais de 85% das folhas eram danificadas por herbívoros ou quando houve mais de 3 aplicações de inseticidas feitas na safra.
Considerou-se o “5”	Quando 30% a 40% das plantas se apresentavam com algum dano ou tinha mais de uma aplicação de inseticidas na safra.
Considerou-se o “10”	Quando menos de 30% das folhas estavam danificadas e não houve nenhuma aplicação de inseticidas na safra.
Materiais: Calculadora.	
5. Rendimento atual ou possível	
Considerou-se o “1”	Quando o rendimento da cultura estava abaixo da média local.
Considerou-se o “5”	Quando o rendimento da cultura estava na média da região.
Considerou-se o “10”	Quando o rendimento das culturas estava acima da média local.

Materiais: Calculadora.	
6. Abundância e diversidade de inimigos naturais	
Considerou-se o “1”	Para a ausência de predadores/parasitas em uma amostra de 50 folhas.
Considerou-se o “5”	Quando havia a presença de pelo menos 1 inimigo natural.
Considerou-se o “10”	Quando havia a presença de mais de 2 indivíduos de uma ou duas espécies de inimigo natural.
Materiais: Guia inNat e pano de batida.	
7. Competição e supressão de plantas espontâneas	
Considerou-se o “1”	Quando as plantas estavam estressadas e abafadas por plantas espontâneas ou houve mais de dois controles feitos ao longo da safra.
Considerou-se o “5”	Quando houve a presença média de plantas espontâneas, algum nível de competição ou mais de um controle foi realizado.
Considerou-se o “10”	Quando não houve a necessidade de controle das plantas espontâneas, cultura vigorosa, realizando a supressão das daninhas.
8. Diversidade da vegetação	
Considerou-se o “1”	Quando a monocultura prevalecia na propriedade.
Considerou-se o “5”	Quando a maior parte da produção se dividia em até 5 culturas, havia plantas espontâneas e parcial cobertura do solo.
Considerou-se o “10”	Quando havia mais de 5 espécies cultiváveis, a cobertura do solo estava presente e adequada.
9. Vegetação natural ao redor	
Considerou-se o “1”	Quando não havia vegetação natural ao redor da propriedade, servindo como quebra ventos ou barreira verde.
Considerou-se o “5”	Quando havia a presença de vegetação em pelo menos dois lados da propriedade, servindo como quebra ventos ou barreira verde.

Considerou-se o “10”	Quando havia vegetação em todos os lados da propriedade servindo como quebra ventos ou barreira verde.
----------------------	--

c) Indicadores da Qualidade do Solo

A qualidade do solo foi analisada por meio de dez indicadores. Para cada propriedade rural, o nível da sustentabilidade foi determinado com a média dos valores alcançados por todos os avaliadores em cada um dos dez indicadores.

Quadro 3. Indicadores da qualidade do solo utilizados na avaliação da sustentabilidade das famílias agricultoras de São José das Palmeiras-PR, 2018.

1. Desenvolvimento de raízes	
Em um solo sadio, bem estruturado e com culturas saudáveis, o desenvolvimento das raízes se dá sem impedimentos, resultando em raízes bem desenvolvidas, livre de doenças e pragas.	
Considerou-se o “1”	Quando as raízes se apresentaram pouco desenvolvidas, doentes e fracas.
Considerou-se o “5”	Quando as raízes se apresentaram com crescimento limitado com impedimento de desenvolvimento.
Considerou-se o “10”	Quando as raízes se apresentaram bem desenvolvidas, sem impedimento aparente.
Materiais: Enxada, enxada, pá, balde e água.	
2. Estrutura do solo	
Considerou-se o “1”	Quando o solo se apresentou solto, empoeirado ou compacto e duro sem agregados visíveis.
Considerou-se o “5”	Quando o solo se apresentou com poucos agregados, quebrando com pouca pressão.
Considerou-se o “10”	Quando os agregados estavam bem formados, com estruturas bem visíveis.
3. Compactação do solo	
Considerou-se o “1”	Quando o solo se apresentou compactado e o arame, ao ser inserido no solo, curva-se facilmente.
Considerou-se o “5”	Quando o solo apresentou fina camada compactada, ou seja, houve restrição à penetração do arame.
Considerou-se o “10”	Quando o solo não estava compactado e o arame penetrava facilmente no solo.

Materiais: Bandeirinha de arame.	
4. Estado dos resíduos	
Considerou-se o “1”	Quando o solo estava completamente desprovido de resíduos vegetais visíveis na superfície.
Considerou-se o “5”	Quando havia a presença de resíduos em decomposição, porém com aparência recente.
Considerou-se o “10”	Quando havia resíduos em diferentes fases de decomposição, com a maioria estando em decomposição avançada.
5. Cor, cheiro e matéria orgânica	
Considerou-se o “1”	Quando o solo estava pálido, apresentava cheiro químico e ausência de húmus.
Considerou-se o “5”	Quando apresentava coloração marrom claro, sem cheiro, porém com alguma presença de húmus.
Considerou-se o “10”	Quando o solo apresentava coloração marrom escuro, cheiro de matéria fresca e abundante presença de húmus.
6. Retenção de umidade	
Considerou-se o “1”	Quando o solo se mostrou seco, incapaz de reter água ou, ao contrário, se encharca por longo tempo e se torna impermeável.
Considerou-se o “5”	Quando o solo apresentou umidade de grau limitado por um curto tempo ou encharcamento por curto tempo.
Considerou-se o “10”	Quando se pode perceber considerável grau de umidade por um curto período de tempo.
7. Cobertura do solo	
Considerou-se o “1”	Quando o solo estava exposto.
Considerou-se o “5”	Quando menos de 50% do solo estava coberto por resíduos ou cobertura viva.
Considerou-se o “10”	Quando mais de 80% do solo estava coberto por resíduos ou cobertura viva.
8. Sinais de erosão	
Considerou-se o “1”	Quando havia erosão severa, presença de valos, padrão de distribuição de terra desigual na área.
Considerou-se o “5”	Quando evidentes, porém poucos são os sinais de erosão.
Considerou-se o “10”	Ausência de sinais de erosão.
9. Presença de invertebrados	

Considerou-se o “1”	Ausência de atividade de invertebrados.
Considerou-se o “5”	Quando havia poucas minhocas e artrópodes presentes.
Considerou-se o “10”	Quando foi possível verificar a presença abundante de organismos invertebrados.
10. Atividade microbiológica	
Considerou-se o “1”	Pouca e lenta efervescência após aplicação de água oxigenada.
Considerou-se o “5”	Quando a efervescência foi de leve a média.
Considerou-se o “10”	Quando a efervescência se apresentou abundante e rápida.
Materiais: Água oxigenada.	

Os dados obtidos foram submetidos à análise estatística com apoio do programa R i386 3.5.1, que é uma linguagem e um ambiente para estatística computacional e gráficos que fornece uma ampla variedade estatística (modelagem linear e não linear, testes estatísticos clássicos, análise de séries temporais, classificação, agrupamento, etc.) e técnicas gráficas, sendo altamente extensível (FIELD, MILES & FIELD, 2012).

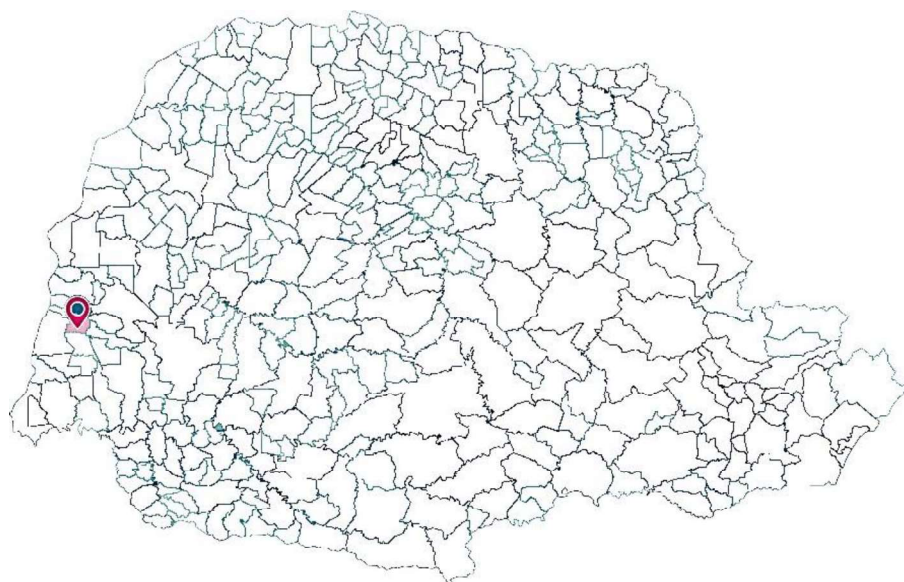
Para a montagem dos gráficos do tipo radar, foi utilizado o pacote “fmsb: *Functions for Medical Statistics Book with some Demographic Data*” da autoria de Minato Nakazawa, que permite a confecção desse tipo de gráfico. Gráficos do tipo Radar são uma forma de comparar múltiplas variáveis qualitativas, possibilitando que visualizemos quais variáveis possuem valores similares ou se há alguma aberração estatística, sendo utilizado principalmente para visualizar quais variáveis apresentam a maior e a menor pontuação.

Finalmente, os resultados foram tabulados, interpretados e sintetizados para melhor entendimento.

4 AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

São José das Palmeiras é um município brasileiro localizado na região oeste do estado do Paraná. Sua população estimada é de 3.682 habitantes, com área de 182,418 km² e densidade populacional 0,02 hab./km². Tem como municípios vizinhos: Ouro Verde do Oeste, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e São Pedro do Iguaçu.

Figura 1. Mapa com a localização geográfica do município de São José das Palmeiras-PR, 2019.



Fonte: Autora.

Destes 3.682 habitantes, 1.145 trabalham em 408 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 778 trabalham em regime familiar em 378 estabelecimentos (IBGE, 2017). Dos 378 estabelecimentos, 290 possuem a DAP-Pessoa Física e, assim, estariam aptos a acessar as políticas públicas para a agricultura familiar.

Com relação à produção agrícola do município, predominam os cultivos temporários de milho, soja, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, fumo e abacaxi. Sobre as culturas permanentes, tem-se o cultivo de uva, manga, café, limão e noz do tipo pecan.

No setor pecuário, há predominância da bovinocultura de corte, da suinocultura e da avicultura (IPARDES, 2018). A suinocultura e a avicultura são majoritariamente

desenvolvidas por uma empresa (BRF) ou sistema integrado, com cooperativa de grande porte (COPAGRIL). A pecuária leiteira, atividade predominante das pequenas propriedades, funciona de forma independente, não sendo observada presença de clientelismo. Isso porque diversos laticínios compram a produção e, algumas vezes, a escolha de comprador muda de acordo com o preço pago. Assim, grandes laticínios, como a Frimesa, Lactobom e Latco, compram a produção leiteira.

4.1 AGRICULTORES FAMILIARES

Foram entrevistados os 48 agricultores e agricultoras responsáveis pelas propriedades estudadas e pelos contratos de comercialização para o PAA e o PNAE, através da AAFO, bem como suas famílias.

É importante ressaltar que, em São José das Palmeiras, existem 290 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativas. As DAP são fornecidas aos agricultores familiares pelas Instituições Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. No caso do município em questão, são fornecidas pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná (FETAEP). Por meio desses órgãos, é possível verificar que o número de agricultores familiares que efetivamente comercializaram para o PNAE nos anos de 2014 a 2018 foi significativo, pois representam 16,55% do total de agricultores com DAP.

Quando comparamos esse dado com as informações obtidas por Garcia (2016) – que, ao estudar agricultores familiares que efetivamente comercializaram para o PNAE no ano de 2014 em Marechal Candido Rondon, afirmou que eles representavam apenas 1,74% do número total de DAPs –, percebemos uma maior participação dos agricultores de São José das Palmeiras em relação aos agricultores do município vizinho.

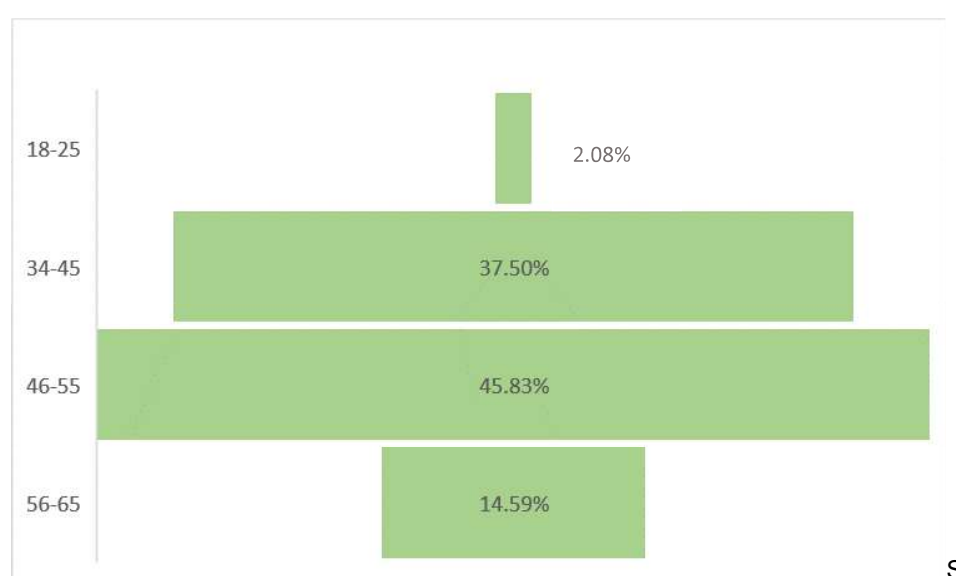
4.2 SUCESSÃO RURAL

Diversos são os fatores que devem ser considerados para que as propriedades de agricultura familiar sejam consideradas socialmente sustentáveis. Dentre esses indicadores usados para a definição da sucessão rural temos: a faixa etária do

responsável pela unidade de produção, a perspectiva de sucessão rural e a participação das mulheres na gestão da propriedade.

No universo estudado, quase 46% dos entrevistados têm de 46-55 anos, 37% da população tem de 34-45 anos, 15% de 56-65 anos. Apenas 2% de todos os entrevistados tinham de 18-25 anos no período das entrevistas (Gráfico 1). Assim, a média de idade dos responsáveis pelos contratos é de 51 anos. A força de trabalho na Associação é um fator limitador ao trabalho individual e coletivo.

Gráfico 1. Idade média dos agricultores familiares responsáveis pelos contratos com o PAA e PNAE em São José das Palmeiras-PR no ano de 2018.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2019.

Os resultados são semelhantes aos encontrados por Garcia (2016) em estudo realizado junto aos agricultores familiares de Marechal Cândido Rondon. O autor verificou que apenas 1 de seus entrevistados tinha até 25 anos. Já Constanty (2014), ao estudar os participantes do PNAE na mesma cidade, constatou que a idade média dos entrevistados era de 53 anos.

Ainda sobre o envelhecimento da população do campo, têm-se que dos 48 entrevistados, 11 são aposentados por idade rural. Isso significa que 23% das propriedades contam com a aposentadoria de pelo menos um membro da família envolvido na produção. Quando questionados sobre a importância e a porcentagem da

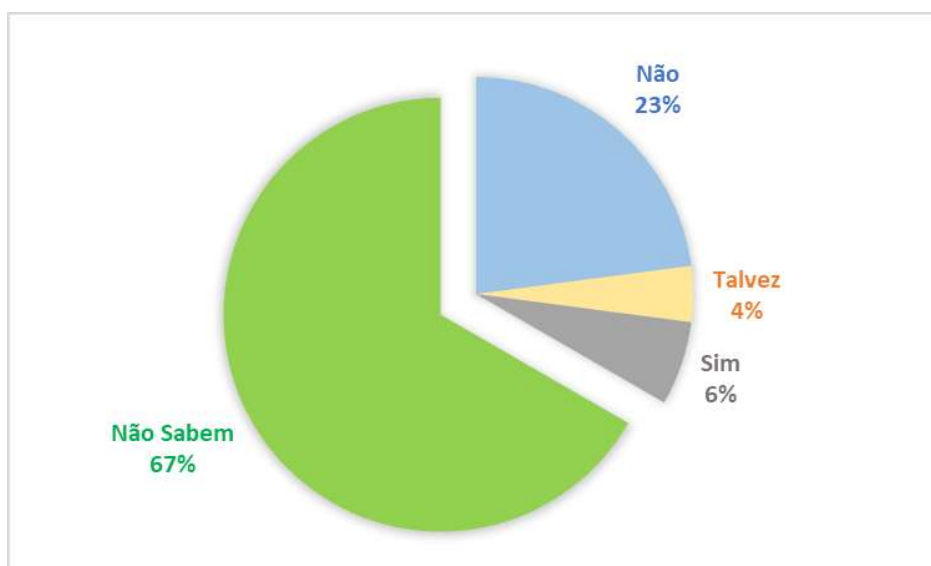
renda representada pela aposentadoria, os números são surpreendentes: em média, as aposentadorias são responsáveis por 52% da renda das famílias em questão.

Segundo Freitas (2017), a aposentadoria por idade rural tem uma posição de destaque na vida da mulher rural. Isso porque após muitos anos de dependência financeira de seu cônjuge, ela passa a ter sua própria renda e a decidir sobre o seu próprio dinheiro.

Quando questionados sobre os filhos na sucessão rural (Gráfico 2), 3 das 48 famílias têm filhos que já trabalham sozinhos em parte da propriedade, estando, dessa forma, responsáveis pela sucessão da propriedade da família. Em duas famílias, os filhos estão cursando o ensino médio em colégio técnico agrícola e agropecuário e pretendem continuar a trabalhar na propriedade. Para os demais, em 11 núcleos familiares, a sucessão familiar não é uma opção no momento, e 32 famílias não souberam responder sobre como isso decorrerá em suas propriedades.

Como Kautsky (1986) já previa, o jovem da agricultura familiar se torna mão de obra não especializada e barata para as indústrias da região, sendo agora o lar camponês também o lar operário, onde os filhos residem sem trabalhar, vendendo seu bem mais precioso: sua força de trabalho.

Gráfico 2. Previsão de sucessão familiar em São José das Palmeiras- Paraná no ano de 2018



Fonte: A autora a partir dos dados da pesquisa, 2019.

De acordo com os relatos dos entrevistados, sem essa possibilidade de trabalhar no campo e comprar seu pedaço de terra, os jovens, na maior parte dos casos, saem para estudar nas cidades maiores e trabalhar na indústria nas cidades de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

As políticas públicas têm falhado com relação ao jovem. Um meio rural sem políticas públicas que estimulem a reprodução social e a manutenção do jovem no campo tende a entregar a propriedade rural ao agronegócio. Abramovay (2005) sugere que

...uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar a atribuição de ativos aos jovens dos quais o mais importante é uma educação de qualidade com o estímulo a um ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida (ABRAMOVAY, 2005, p. 152).

Os dados corroboram os apontamentos de Froehlich et al. (2010) que, estudando o êxodo seletivo e o envelhecimento da população rural na região central do Rio Grande do Sul, demonstra como a população do campo vem envelhecendo sem ser substituída por jovens agricultores.

É possível observar que são poucos os jovens que trabalham na agricultura familiar e conseguem, sozinhos, acessar aos programas institucionais com suas próprias DAPs. No caso de muitas famílias, até existe pelo menos um jovem vivendo na propriedade, mas sem condições financeiras de adquirir uma área para seu próprio sustento. Isso, aliado a uma população que está envelhecendo, dificulta a sustentabilidade social da agricultura familiar ao longo dos anos, visto que a população está envelhecendo sem ser substituída por jovens agricultores.

a) A participação das mulheres na gestão e o gênero do responsável pela participação no programa

Outro quesito para determinar a sustentabilidade social da Agricultura Familiar é a gestão da unidade de produção. Segundo Schneider e Costa (2013), é essencial que a mulher esteja envolvida no processo decisivo. A partir dos dados analisados nesta

pesquisa, podemos perceber um grande envolvimento por parte das mulheres entrevistadas na gestão das propriedades.

Durante as entrevistas, fica evidente a maneira como a mulher é responsável pela gestão geral da propriedade, seja pelo controle dos lucros, das notas de compras e vendas, das datas de plantio e colheita e da gestação da vacas e matrizes. Mesmo durante as entrevistas, por várias vezes, os homens buscavam nas esposas as respostas referentes à gestão.

No que se refere ao gênero dos participantes entrevistados, 52% dos contratos de venda para o PAA e PNAE em São José das Palmeiras são de responsabilidade de mulheres, e 48% de homens. Ou seja, das 48 famílias visitadas, em 25 delas o contrato estava em nome de uma mulher e em 23 em nome de um homem.

Segundo o secretário da agricultura do município, na hora de redigirem os contratos, tem-se dado preferência por colocá-los em nome das mulheres porque, na maioria dos casos, elas procuram participar do programa, cultivam, preparam e entregam os alimentos. Esse fato é confirmado pelo depoimento da AGF5.

Na roça, quando se fala dos agricultores, nunca ninguém pensa nas mulheres. O povo esquece que a gente vive aqui também, planta também. [...] Os homens plantam o milho e soja, mas nunca pisa o pé na horta, não cuidam das frutas. [...] Hoje eu cuido da horta e do pomar com a nora e fazemos pão, bolacha e macarrão para o PNAE. [...] Eu hoje sou agricultora (AGF5, 2018).

De acordo com a AGF23 (2018), “o PNAE ajuda bastante. Agora, a gente se sente mais valorizada como agricultora, por poder vender as coisas que produz. Na época que casei, a mulher na roça era dona de casa, agora a gente se sente agricultora”. Já AGF17 (2018) afirma: “o dinheiro do PNAE vem no meu nome, eu quem fui atrás de participar, eu planto, colho, lavo e entrego as coisas”.

Barbosa (2017), estudando o processo de empoderamento da mulher rural e o PNAE em Viçosa-MG, observou que o PNAE foi benéfico para as mulheres, principalmente por proporcionar o atendimento das demandas comunitárias e superar as desigualdades enfrentadas. Brito et al. (2018), ao investigar os limites, os desafios e as potencialidades da agricultura Familiar no PNAE em municípios atingidos pela

mineração, encontrou que das 5 famílias entrevistadas, em 4 são as mulheres que estão à frente da organização e do trabalho para o PNAE.

Dessa forma, é possível perceber que, dentro do universo estudado, os programas proporcionaram que as mulheres do campo se reconhecessem como agricultoras. Com valorização da agricultura reprodutiva, pode-se perceber que a mulher já era responsável pela produção dos alimentos que garantiriam a reprodução da família; porém, ainda não havia o reconhecimento monetário da importância dessa atividade.

Com a possibilidade da venda de produtos aos programas, a mulher passa a visualizar seu papel como agricultora, como produtora de alimentos (regionais e frescos) com alto valor nutricional e, na maior parte dos casos, livre de qualquer pesticida ou adubos químicos. Assim, a agricultura reprodutiva, que era considerada de cunho secundária no seio da família, passa a ter valor produtivo, ganhando destaque e garantindo uma fonte de renda extra.

Outro aspecto importante na valorização da mulher agricultora é a possibilidade de se ter a nota fiscal da venda dos produtos em seu nome. A nota fiscal é necessária para a comprovação da atividade agrícola para a aposentadoria por idade rural. É possível observar que as notas fiscais de venda de produtos (como grãos, cereais e leite) estavam, no geral, associadas apenas ao homem – e em raros casos, ao homem e à mulher –, o que gerava uma sensação de inferioridade produtiva da atividade agrícola feminina.

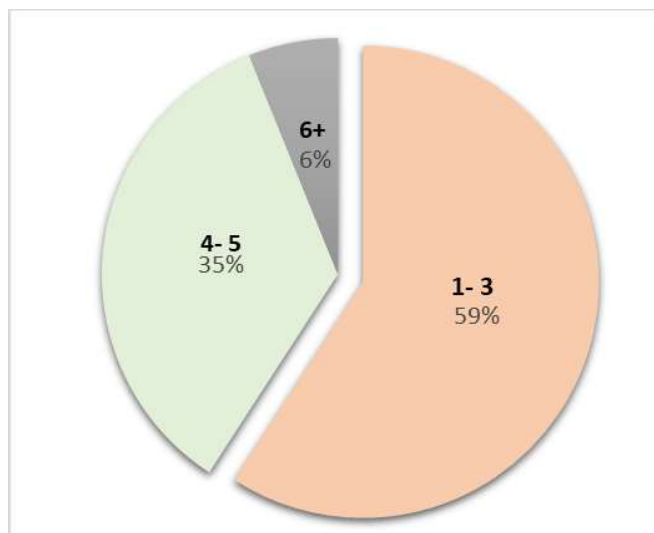
b) Tamanho das famílias e mão de obra empregada

No quesito tamanho, 60,42% das famílias são compostas por até três membros, em geral, com uma criança ou adolescente. 35,42% delas são compostas por até cinco membros, e apenas 6,26% das famílias são compostas por seis pessoas, contemplando um casal, um ou dois filhos e os pais dos cônjuges.

Em grande parte das famílias, um ou dois filhos mais velhos já saíram para estudar ou trabalhar nas cidades vizinhas e não retornaram a viver no campo. Com isso, deixaram de ser considerados na composição do núcleo familiar, tendo em vista que não colaboram mais com as atividades produtivas da propriedade. Essa diminuição do

número de pessoas vivendo nas propriedades rurais é uma tendência mundial, em virtude do tamanho das propriedades: em geral, são pequenas e insuficientes para o sustento de mais de uma família.

Gráfico 3. Número de componentes dos núcleos familiares entrevistados em São José Das Palmeiras-PR, 2018



Fonte: Elaborada autora a partir dos dados da pesquisa, 2019.

Engel (2012) encontrou resultados semelhantes ao analisar a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais no extremo oeste do Paraná. O autor observou que a população está envelhecendo e o número de pessoas trabalhando na propriedade está diminuindo.

Com relação ao tipo de mão de obra empregada nos estabelecimentos visitados, pode-se observar que em apenas três dos 48 estabelecimentos existe a contratação de trabalhador externo à família. Em duas dessas propriedades, o núcleo familiar era composto por três pessoas envolvidas com a produção e a contratação de um trabalhador. Assim, a força de trabalho familiar corresponde à 75% de todo o trabalho empregado. Em outra família, cinco familiares estavam envolvidos com o trabalho e havia a contratação de uma pessoa externa, sendo a família responsável por 80% da força de trabalho.

Em outra propriedade, existe a contratação da mão de obra de um parente próximo, um jovem de 19 anos. Para tanto, a família respondente considerou que, apesar pagarem pelos serviços prestados, o jovem pertence ao grupo familiar devido ao fato de

o casal não ter filhos biológicos e o jovem morar com eles na propriedade, sendo, portanto, o provável sucessor da família nas atividades agrícolas.

Para os demais estabelecimentos, a mão de obra é estritamente de cunho familiar. A predominância do uso da mão de obra familiar em detrimento da mão de obra contratada parece não estar ligada à situação financeira, mas ao tipo de trabalho executado pela família. Dentre as famílias contratantes de mão de obra extra, as razões foram incapacidade física de trabalhar de algum dos membros da família e o excesso de trabalho.

Do total de entrevistados, 36% afirmaram trocar diárias de trabalho com vizinhos, parentes e demais associados em momentos de necessidade. No geral, as trocas são realizadas nos períodos de maior demanda, como quando se faz a silagem ou no abate de animais.

Assim, o lar do agricultor familiar se aproxima ao lar do camponês, pois a mão de obra é de cunho familiar e as atividades produtivas são manejadas de acordo com a disponibilidade da família.

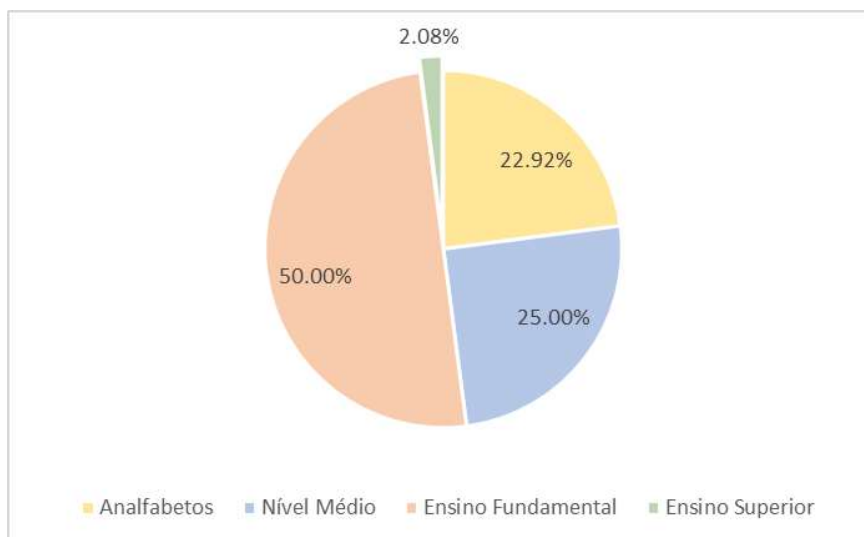
Segundo Wanderley (2014), tudo aponta que, no meio rural brasileiro, os produtores agrícolas são vinculados a famílias e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. Esse laço entre família e vizinhança é uma das razões pelas quais podemos compreender a agricultura familiar e o campesinato como análogos.

c) Escolaridade

No tocante à educação formal (Gráfico 4), verificou-se que 22,92% dos entrevistados são analfabetos, não tendo recebido educação formal em nenhum momento de suas vidas. A maior parte desses casos corresponde a cidadãos acima de 56 anos de idade, os quais se encontram em contraste com a faixa etária de 26 a 35 anos: 2,08% possuem nível superior completo, 25% nível médio e 50% declararam possuir ensino fundamental. Essa mesma tendência foi encontrada por Schneider e Costa (2013).

Dados do IPARDES (2018) apontam que 14,14% da população acima de 15 anos do município pode ser considerada analfabeta. Quando os dados da população acima de 50 anos são observados, essa porcentagem sobe para 32,32%.

Gráfico 4. Nível de escolaridade dos participantes do PAA e PNAE em São José das Palmeiras- Paraná, no ano de 2018



Fonte: A autora a partir dos dados da pesquisa, 2019.

Esses dados mostram como o acesso à educação foi facilitado para as gerações mais recentes. Dados do IBGE (2016) demonstram que 15,3% das pessoas com 25 anos ou mais possuem ensino superior completo; porém, quando esse dado é analisado apenas com base na população das áreas rurais, a porcentagem cai para 6%. A população do campo ainda possui maior dificuldade em receber educação formal do que a população das áreas urbanas.

Quando analisamos o acesso à educação das crianças e dos adolescentes em idade escolar, 97% estão matriculados e frequentando a escola no próprio município – o que é ideal. Entretanto, quando se trata da escola técnica e do ensino superior, os filhos acabam indo embora e não retornam a viver no campo.

d) Mídias e meios de comunicação

Outro fator que pode interferir positivamente na sucessão familiar e, consequentemente, na sua sustentabilidade é o acesso à internet, às mídias e aos meios de comunicação.

Com relação a presença de internet, quase 73% dos entrevistados possuem internet do tipo Wi-Fi em casa. No universo estudado, 35,42% das pessoas possuem computador, mas com exceção dos lares de escolares – nos quais os filhos utilizam o computador com frequência –, o aparelho é utilizado no máximo uma hora por semana.

Do universo estudado, 10,41 % possuem telefone fixo de linha comunitária, embora utilizem pouco o serviço. Esse número está muito abaixo da média proposta pelo IBGE em 2017, que era de 37,4%. Em contrapartida, 97,92% dos entrevistados possuem aparelho de telefone celular. Em 45 das famílias (93,75%), pelo menos um aparelho era do tipo *smartphone*. Segundo o IBGE (2017), a região Sul ficava em segundo lugar no país em porcentagem de celulares, com 94,8% das famílias tendo pelo menos um aparelho.

Quando estudamos o número de celulares por núcleo familiar, os dados chamam a atenção. Em 15% dos lares, há quatro aparelhos de celular – número considerado alto –; em 36,17%, há três aparelhos; por fim, em 29,78% dos lares, tem-se apenas um aparelho. Esses dados indicam haver uma maior flexibilização no uso, juntamente com uma maior acessibilidade aos aparelhos.

Quando os agricultores familiares são questionados sobre os meios de comunicação utilizados para se manterem informados, 100% dos entrevistados buscam na televisão informações sobre o que está acontecendo na região e no Brasil como um todo, especialmente a previsão do tempo. A TV ainda é a principal fonte de entretenimento: quando questionados sobre o tempo de consumo dessa mídia, descobriu-se que, em geral, ela permanece ligada em média 5 horas diárias. Com relação ao tipo de notícias consumidas por meio da televisão, a agricultura é o tema de maior interesse, seguido por notícias sobre esportes, política e economia.

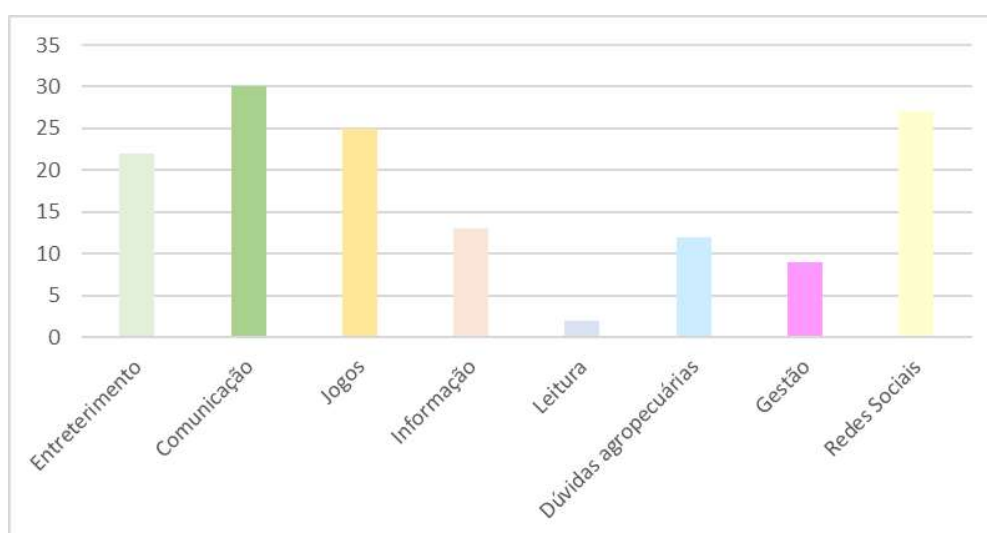
Com relação às demais fontes de informação, o rádio está presente em 66,67% dos lares, e a programação favorita é a rádio comunitária do município. O rádio permanece ligado principalmente nos horários de trabalho, quando os trabalhadores

estão lidando com as criações. Assim, estima-se que o consumo diário por informações provenientes desse tipo de mídia seja de aproximadamente 4 horas.

Ainda, verificou-se que três famílias assinam o jornal da região e sete famílias assinam revistas, com destaque para a revista *Globo Rural*. Quando se fala em meio de comunicação que mais gostam ou confiam, citam a internet em primeiro, seguida da televisão e do rádio.

Dos agricultores participantes, 72,92% possuem internet em casa e a utilizam como fonte de informação. Considerando que somente 63% do total de brasileiros possuem internet (IBGE, 2017), observa-se que o público entrevistado está acima da média nacional no tocante à inclusão digital.

Gráfico 5. Utilização do Celular pelos agricultores familiares de São José das Palmeiras-Paraná em 2018



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2019.

Com relação à finalidade ao uso desses aparelhos, o Gráfico 5 revela que a mais recorrente é a comunicação, sendo utilizados, para isso, os seguintes meios: ligações, mensagens de texto e aplicativos de comunicação, como o *Messenger* e o *Whatsapp*. Em seguida, aparecem as mídias sociais, como o *Facebook* e *Instagram*, sendo o último mais utilizado pelos filhos.

Para 12 dos entrevistados, um dos principais usos do celular é para sanar dúvidas agronômicas, por meio de aplicativos de previsão do tempo, identificação de

doenças e recomendações agronômicas. Nove dos agricultores ainda utilizam o aparelho para gerir a propriedade, com aplicativo para marcar o parto e a inseminação das matrizes.

Porém, um dado que assusta é relacionado às notícias via celular: 95,55% dos entrevistados que possuem celular do tipo *smartphone* utilizam mídias como o *Facebook* e *Whatsapp* como fonte de informações. Quando indagados se existe a checagem das informações, apenas 11,11% afirmaram verificar se as informações recebidas são verdadeiras.

Diante dos dados apresentados, podemos afirmar que a sucessão por parte dos filhos, a participação das mulheres na gestão, a escolaridade, as mídias e os meios de comunicação, a idade dos agricultores e até mesmo o acesso à aposentadoria rural, aliados a outros fatores, contribuem positiva ou negativamente para a manutenção das famílias no campo.

Para Chayanov (1974), os camponeses compunham uma parte essencial da sociedade. Ele acreditava que tanto as formas tradicionais de cooperação (a *obscena*: distribuição periódica da terra levando em conta o tamanho das famílias) quanto a modernização iniciada com a emancipação dos servos em 1861 podiam ser a base de um processo de cooperação no qual o trabalho familiar e, sobretudo, de uma iniciativa de valorização dos indivíduos.

A valorização e a apreciação do trabalho da mulher e do homem do campo são essenciais para a manutenção da agricultura familiar. Esta é uma das razões pelas quais as políticas públicas de compra dos produtos da agricultura familiar são tão importantes. Depois de tantos anos de desvalorização e até ridicularização da população do campo, sendo taxada de caipira e sem instrução, é evidente que a vida no campo não seja atrativa para os jovens. Entretanto, as políticas públicas têm colaborado para o reconhecimento da importância do agricultor familiar como um produtor de alimentos frescos, de cunho regional e de importância cultural.

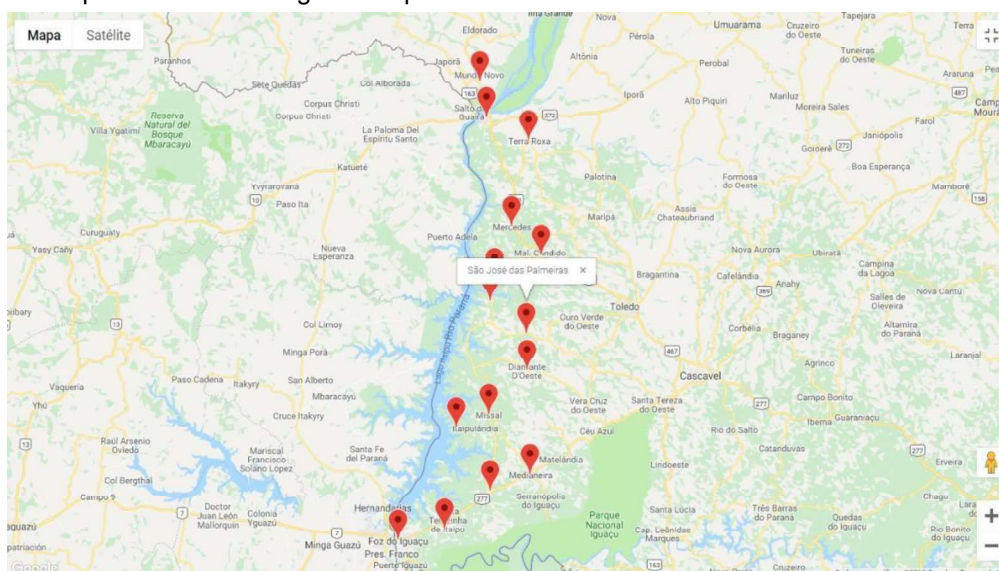
4.3 PROPRIEDADES

a) Formação do município e tempo de residência

A maior parte dos moradores do município passaram a ocupar suas terras após o processo de desapropriação de terras feito pela Itaipu Binacional. Esse processo de desapropriação das áreas a serem alagadas foi iniciado ainda no final da década de 1970, no qual a usina deveria indenizar os agricultores que até então possuíam suas propriedades localizadas próximo ao Rio Paraná (Figura 2). Segundo Zaar (2000),

...reuniões foram realizadas pela Binacional, comunicando aos futuros desapropriados que estes receberiam além dos devidos valores de suas terras, as benfeitorias nela existentes. Mas os acordos finais dos valores a serem pagos eram realizados individualmente, fazendo com que os agricultores na maioria das vezes, se sentissem coagidos a aceitarem valores que não condiziam com o valor real das propriedades a serem desapropriadas (ZAAR, 2000).

Figura 2. Municípios lindeiros ao lago de Itaipu.



Fonte: Elaborada pela autora, com dados do Conselho dos municípios lindeiros, 2019.

Esse acontecimento provocou um grande êxodo rural, visto que os produtores rurais, muitas vezes coagidos, não receberam, por suas terras, dinheiro suficiente para adquirir propriedades de igual qualidade e potencial produtivo. Isso fez com que muitos se mudassem para as pequenas cidades e distritos próximos, ao passo que outros só conseguiram comprar terras em áreas mais acidentadas, como em São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu e Diamante D'Oeste.

Como foi o caso do AGF24, que em sua entrevista diz:

O pai lecionava em Santa Helena, e eu e meus quatro irmãos tocávamos a lavoura e cuidávamos da granja na época. A desapropriação pegou praticamente toda a terra, não sobrava nem para reconstruir a casa, então a gente teve que sair de lá. O pai tentou comprar terra lá por volta, mas com o que tinha ganho não conseguia. Procurou terra até em Missal, mas era caro, o que dava para comprar não ia ser o suficiente para sustentar 5 filhos. Então acabou comprando em São José bem menos terra do que tinha em Santa Helena, e com a metade sendo morro não dava para plantar. (AGF24, 2018)

É dessa forma, coagida e marginalizada, que vai se formar a população rural no município. Segundo Mattia (2017), a usina hidrelétrica teve uma grande alteração em sua atuação em 2003, quando mudou sua missão institucional e passou a trabalhar para o desenvolvimento sustentável da região, não visando apenas à produção de energia. Hoje, a Itaipu Binacional auxilia a nova ATER, beneficiando as propriedades e as famílias do campo em toda a região oeste do Paraná.

Com relação ao tempo de residência, pode-se perceber que as famílias vivem há bastante tempo no local: 64,58% dos proprietários estão no local há mais de 20 anos, e a grande maioria dos munícipes estão em suas propriedades desde o início dos anos 1970 e 1980. Com a construção da usina hidroelétrica de Itaipu, muitos agricultores perderam suas terras em municípios vizinhos e encontraram, no local, um lugar para recomeçar. Apenas um agricultor entrevistado se mudou para o município nos últimos 5 anos, como resultado de uma herança recebida.

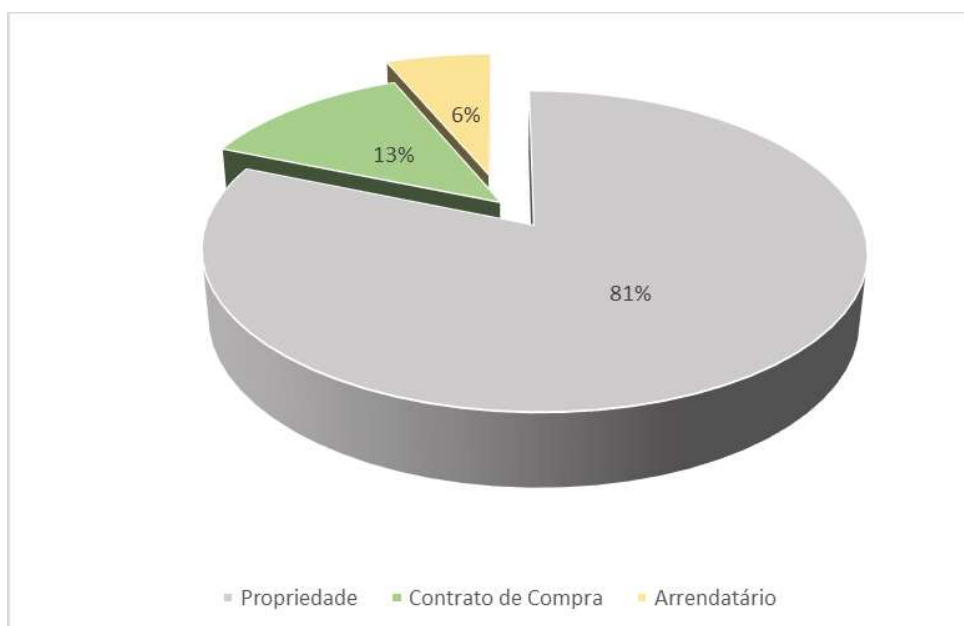
b) Área das propriedades e suas distâncias em relação à cidade

Quando analisamos o quesito posse ou propriedade das terras (Gráfico 5), podemos observar que 81,25% dos participantes são proprietários de suas terras, seja por compra ou herança. Já 12,50% deles estão na propriedade há muitos anos, mas só possuem o contrato das terras, as quais foram vendidas mesmo estando em disputa judicial, razão pela qual os moradores ainda não receberam as escrituras. Por fim, 6,25% dos participantes trabalham em sistema de arrendamentos. Esse dado está ligado aos diversos conflitos em torno da posse e da propriedade das terras, ligados à história do município.

Uma das primeiras moradoras do município, AGF39, apresenta o seguinte relato:

Toda a história da cidade é marcada por muita morte e muito sangue. Quando chegamos aqui, vindos de Minas Gerais para trabalhar com café, o lugar era infestado com jagunço, o lugar era muito perigoso, a minha mãe era a única parteira. O povo vinha de longe buscar ela para fazer os partos, então os jagunços não mexiam com a gente. Muita gente era expulsa das casas no meio da noite e, se achasse ruim, os jagunços matavam e jogavam no rio corvo. Muita gente morreu. Meu pai contava de uma festa que teve na comunidade gorete. Nesse dia os jagunços apareceram querendo matar os posseiros, tanta gente morreu que a prefeitura teve que mandar uma caçamba para retirar os corpos. (AGF39, 2018).

Gráfico 6. Estrutura fundiária das propriedades da agricultura familiar, em São José das Palmeiras-PR, no ano de 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa, 2019.

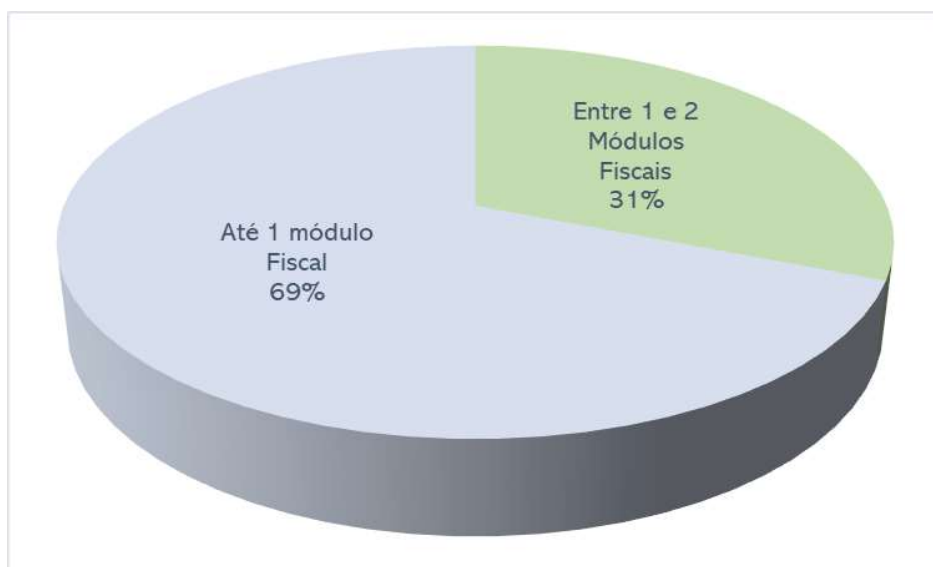
Segundo Myskiw (2002), o processo colonizador dessa área envolveu tanto as companhias colonizadoras, quanto os jagunços, os posseiros, os colonos e os grileiros que, em muitos casos, utilizaram-se da violência física ou moral para se apossarem da terra.

Fez-se ainda o levantamento do tamanho das propriedades. No município, 1 módulo fiscal é considerado como 18 hectares, ou seja: para que as famílias sejam caracterizadas como pertencentes à agricultura familiar, elas devem possuir até 72 hectares. Com base no Gráfico 6, podemos verificar que o grupo de agricultores que acessam os programas institucionais de venda de alimentos são, majoritariamente, donos de pequenas e médias propriedades. A menor propriedade é de 2,42 hectares e

tem participado ativamente do PNAE desde 2014. Apenas um dos entrevistados possui área de 40 hectares.

Dados parecidos foram encontrados por Garcia (2016) no município de Marechal Cândido Rondon, onde a maioria das propriedades cujos agricultores participam do PNAE são de até 10 hectares.

Gráfico 7. Área das propriedades visitadas em São José das Palmeiras-PR, 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa, 2019.

Isso reflete uma tendência de toda a região oeste do estado que possui, em sua grande maioria, propriedades pequenas e médias. Segundo Rahmeier (2016), mais de 80% dos estabelecimentos encontrados na mesorregião oeste do Paraná devem ser classificados como da agricultura familiar.

Com relação à localização das propriedades rurais (Figura 3) e de suas distâncias em relação à Secretaria da Agricultura, local de entrega dos produtos, podemos perceber existem diversas realidades. A propriedade mais próxima se encontra a 0,593 km, enquanto a propriedade mais afastada fica a 14,28 km. Em média, as propriedades ficam a 8,2 km de distância da Secretaria de Agricultura. Pode-se perceber que, no geral, as propriedades não estão a uma distância que prejudique as entregas, visto que grande parte das propriedades se desenvolveram nos entornos da cidade.

Os moradores das propriedades mais distantes, buscando mitigar os custos das entregas, têm enviado os produtos com o ônibus escolar, que passa de segunda a sexta-feira para buscar as crianças. Após deixar as crianças nas escolas, o ônibus passa na secretaria para entregar os produtos, o secretário pesa os produtos e informa a quantidade via mensagem de texto. De acordo com os produtores, isso não afetou os produtos a serem entregues, pois os funcionários da secretaria apenas os embalam de forma a evitar que sejam danificados ou entrem em contato com poeira e contaminantes.

Também é uma condição da sustentabilidade social da agricultura familiar a sua capacidade de se locomover, de interagir com os mercados e acessar bens e serviços. Abramovay (1999) cita que é fundamental que a população rural ao entorno das cidades seja capaz de acessar o dinamismo delas. Assim, é um ponto positivo que as famílias estejam vivendo próximas à cidade.

Tabela 1. Área da propriedade e renda bruta em Salários Mínimos Mensais (SMM) das propriedades da agricultura familiar de São José das Palmeiras que acessaram o PAA e o PNAE em 2018.

Área em ha	Menos de 1 SMM	1 SMM	Entre 1 e 2 SMM	3 SMM	Total
Até 3	1	0	0	0	1
Entre 4 e 10	1	9	11	0	21
Entre 10,1 e 15	0	2	9	0	11
Entre 15,1 e 20	0	0	12	2	14
Maior que 21	0	0	0	1	1
Total	2	11	32	3	48

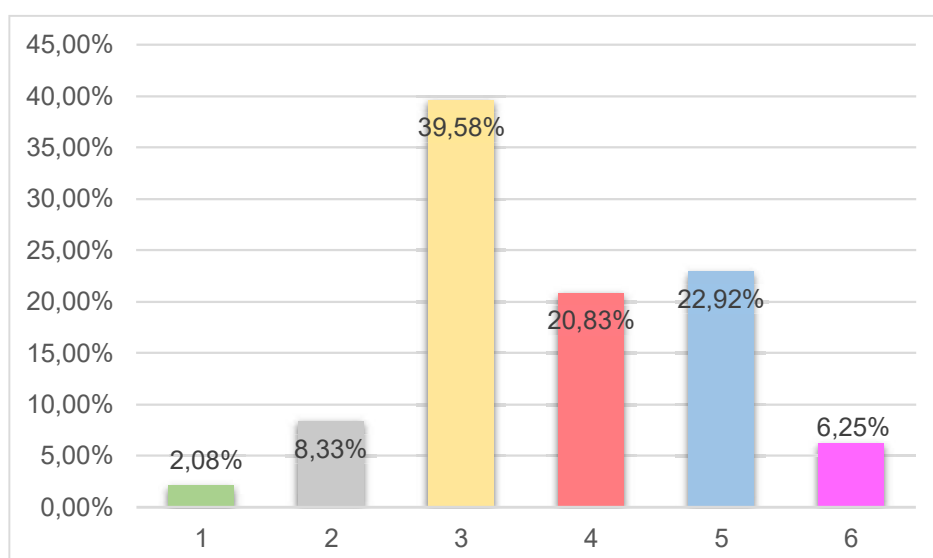
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa, 2019.

Quando relacionamos a área das propriedades com a média de ganhos, não parece haver uma tendência de que quanto maior a área da propriedade maiores são os ganhos da família. Assim, uma forma de melhorar os ganhos reside tanto em um possível aumento das áreas, quando na melhoria da gestão das propriedades.

c) Multiplicidade de canais de comercialização e dependência dos programas institucionais de compra de alimentos

No quesito número de canais de comercialização e dependência dos programas institucionais de compra de alimentos (Gráfico 7), dos 48 produtores e produtoras entrevistados, apenas uma tem o PNAE como seu único canal de comercialização. Essa agricultora possui uma área pequena, distante da cidade, já é aposentada e complementa a renda da aposentadoria rural com as entregas ao PNAE.

Gráfico 8. Número de canais de comercialização que os agricultores familiares de São José das Palmeiras conseguiam acessar em 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados da pesquisa, 2019.

De todos os participantes, 8,33% possuem dois canais de comercialização, sendo eles o PNAE e o PAA. Já 39,6% dos participantes depositam toda sua esperança em 3 canais de comercialização: o PNAE, o PAA e a Pecuária Leiteira. Apenas 6,23% dos entrevistados possuem 6 canais de comercialização: PNAE, PAA, Pecuária Leiteira, Pecuária de Corte, Produção de Grãos e Horticultura.

Constanty (2014), avaliando a diversificação dos canais de comercialização em Marechal Cândido Rondon, constatou que os produtores mais diversificados possuem 8 canais complementares, visto que no município existe a Feira dos Produtores e a ACEMPRE.

Com relação ao caráter dos circuitos de comercialização praticados pelos participantes entrevistados – sejam eles curtos ou longos –, algumas informações chamam a atenção. Pode-se perceber que 89% dos produtores faz o escoamento de parte de sua produção por algum circuito longo de comercialização, ou seja: apenas a minoria só comercializa por meio de circuitos curtos.

Somente 14,58% dos circuitos curtos levantados teriam um caráter indireto, os quais se materializam pelas vendas para restaurantes e supermercados locais. Em relação às vendas diretas, sete (8,33%) vendem leite *in natura*, queijos e hortaliças nas propriedades, ao passo que três (6.25%) fazem a comercialização de seus produtos hortícolas por meio de vendas de porta em porta na cidade.

No que diz respeito às vendas via mercado institucional, além do PNAE estadual, do qual todos os entrevistados participam, 12 (31%) produtores também vendem parte de sua produção via o PNAE municipal e 47 (97.91%) produtores participam do PAA.

No caso dos circuitos longos, tem destaque a venda de leite para laticínios, caso de 89,58% dos entrevistados, e a venda de grãos para a cooperativa, abrangendo e 27,08% dos agricultores. Ainda, 50% dos entrevistados fazem venda de carnes para os frigoríficos privados da região. Nessa categoria, temos 24 agricultores, dos quais: sete (29,16%) fazem a venda de porcos no sistema integrado; seis (25%) vendem aves; oito (33.33%) dos entrevistados vendem bovinos de corte para frigoríficos privados, dois (8,33%) comercializam ovinos e um (4,16%) vende caprinos.

Assim, os circuitos utilizados visam à ampliação da possibilidade de vendas. Quando houve a utilização concomitante dos circuitos, a produção foi majoritariamente escoada pelos circuitos longos.

d) Assistência técnica e extensão rural

Quando questionados sobre assistência técnica, 67% dos agricultores entrevistados responderam que a recebem, da Biolabore, por parceria com a Itaipu Binacional. A partir do segundo semestre de 2018, os agricultores familiares passaram

a receber também a visita do extensionista da EMATER, depois de décadas sem tal assistência. Dos agricultores que recebem assistência técnica, 35% estão muito satisfeitos com a prestação dos serviços, 53% estão satisfeitos e 12% estão insatisfeitos. Dentre as orientações técnicas mais citadas pelos agricultores entrevistados tem-se a organização e o planejamento da produção e manejo e condução das culturas. Quando questionados quanto à natureza das recomendações, os agricultores são enfáticos ao afirmarem que todas as recomendações são de produtos naturais e alternativos. Até a presente data, a prefeitura municipal não oferecia apoio técnico aos entrevistados.

5 PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE COMPRA DE ALIMENTOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O presente capítulo trata dos mercados institucionais de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O tema é abordado com o objetivo de avaliar como os programas são executados pelos entes participantes e qual é o alcance dos objetivos propostos por essas políticas públicas na agricultura familiar de São José das Palmeiras-PR.

Os programas PAA e PNAE se enquadram no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), tendo como objetivo geral assegurar o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos com qualidade e em quantidade suficiente. Suas atuações têm como políticas norteadoras a promoção da saúde e o respeito à diversidade cultural, sem deixar de ser sustentável nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Apesar dos grandes avanços brasileiros nas últimas décadas com relação à segurança alimentar e nutricional, ainda é gigantesco o contingente populacional que vive em situação de insegurança. Em nível mundial 820,8 milhões de pessoas foram vítimas da fome em 2017, ou seja: 10,9% da população mundial estava em situação de fome. Desse total de pessoas, 21,4 milhões viviam na América do Sul (FAO, 2018), sendo que aproximadamente 5,2 milhões dessas pessoas residiam no Brasil.

Apesar da grande e crescente quantidade de pesquisas envolvendo o PAA e o PNAE, poucos trabalhos visam avaliar de forma detalhada o impacto do programa para produtores familiares beneficiários. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar o impacto do PAA e do PNAE na vida das famílias agricultoras beneficiadas de São José das Palmeiras.

5.1 PÚBLICO BENEFICIADO COM OS ALIMENTOS

O município de São José das Palmeiras tem uma rede de ensino composta por duas escolas e um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), contando com 278 estudantes na rede municipal na educação infantil, 536 no ensino fundamental e 132 no ensino médio, totalizando 946 estudantes. Segundo a Secretaria de Educação do município, o número de alunos não sofreu grandes flutuações desde 2014, mantendo-se sempre em torno de 950. Assim, o público beneficiado pelo PNAE tem sido em torno de 1000 alunos.

Dentre os beneficiados com o PAA no município, temos: o Centro Municipal de Educação Infantil Luciana Brum, a Escola Municipal Regente Feijó, a associação dos idosos, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Pastoral da Criança. As quantidades de alimentos são distribuídas de acordo com a necessidade e a disponibilidade dos produtos.

A divisão das quantidades e dos produtos a serem entregues por cada participante ao PAA e ao PNAE é feita pelo secretário da agricultura, gestor de ambas as políticas no município, de acordo com a possibilidade e aptidão das famílias.

5.2 PRODUTOS ENTREGUES

Na Tabela 2, são observados os produtos comercializados com os programas e o número de famílias que fornecem os produtos, destacando-se as hortaliças e os legumes (85,41%), os queijos (66,66%), as frutas (56,25%) e as massas (39,58%). Como produtos que aparecem com menor número de famílias inscritas para fornecimento, tem-se os ovos (14,58%).

Para o sucesso desses programas, é essencial que respeitemos a individualidade e as habilidades produtivas de cada família. O conhecimento da aptidão de cada família, associado ao conhecimento das necessidades do público beneficiado, possibilitaria o aproveitamento máximo dos programas, tanto por parte dos beneficiários quando dos fornecedores. Com isso, é possível garantir a produção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, com frescor e regularidade de oferta.

Os valores pagos e a lista completa de produtos passíveis de venda a cada programa podem ser encontrados no Anexo 1.

Tabela 2. Produtos Comercializados com os programas e número de famílias que entregavam cada produto em São José das Palmeiras-PR em 2018.

Produto	Famílias	%
Carnes	12	25%
Hortaliças e legumes	41	85,41%
Queijos	32	66,66%
Grãos e Cereais	17	35,42%
Panificados	12	14,58%
Frutas	27	56,25%
Massas	19	39,58%
Doces, geléias e compotas	18	37,50%
Ovos	7	14,58%
Total		100,0%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa, 2019.

5.3 GESTÃO DO PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O valor das vendas realizadas pelos agricultores familiares é limitado a 20 mil reais anuais. E os valores pagos são tabelados por meio de edital de chamada pública. Portanto, no município, as compras são realizadas somente por intermédio da AAFO.

Os alimentos da merenda escolar são ofertados pela associação semanalmente, seguindo os padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em São José das Palmeiras, a gestão dos recursos é centralizada, ou seja, a compra é realizada pela prefeitura e distribuída às instituições de ensino. As fontes de recurso são os valores repassados pelo FNDE e pela prefeitura, uma vez que, segundo o Art. 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, o PNAE apresenta caráter suplementar. O valor repassado pelo FNDE é definido de acordo com a etapa e a modalidade de ensino, representado na Tabela 3, e esses valores também são adotados pelo município para suplementar as demandas da merenda escolar.

Dessa forma, é importante ressaltar que o número de alunos matriculados está diretamente ligado ao montante de recursos investidos no PNAE, pois, para liberação

das quantias per capita, os recursos transferidos pelo governo federal têm como base o censo escolar do ano anterior ao da execução, a fim de suprir os gastos com aquisição de alimentos (BRASIL, 2015).

Tabela 3. O valor repassado pelo FNDE por etapa e modalidade de ensino no ano de 2018.

Modalidade	Valor diário /Aluno
Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,53

Fonte: Dados coletados junto FNDE. Tabela elaborada pela autora da pesquisa, 2019.

a) Porcentagem orçamentaria utilizada

Dados obtidos a partir da entrevista com a secretária de agricultura, vinculada à secretaria gerenciadora do programa na prefeitura de São José das Palmeiras, indicam a dinâmica do PNAE no município em relação ao apoio à agricultura familiar (Tabela 4) e as porcentagens dos recursos destinados às compras (Gráfico 8).

As compras da agricultura familiar na alimentação escolar começaram no ano de 2014 como efeito da aplicação da Lei nº. 11.947.

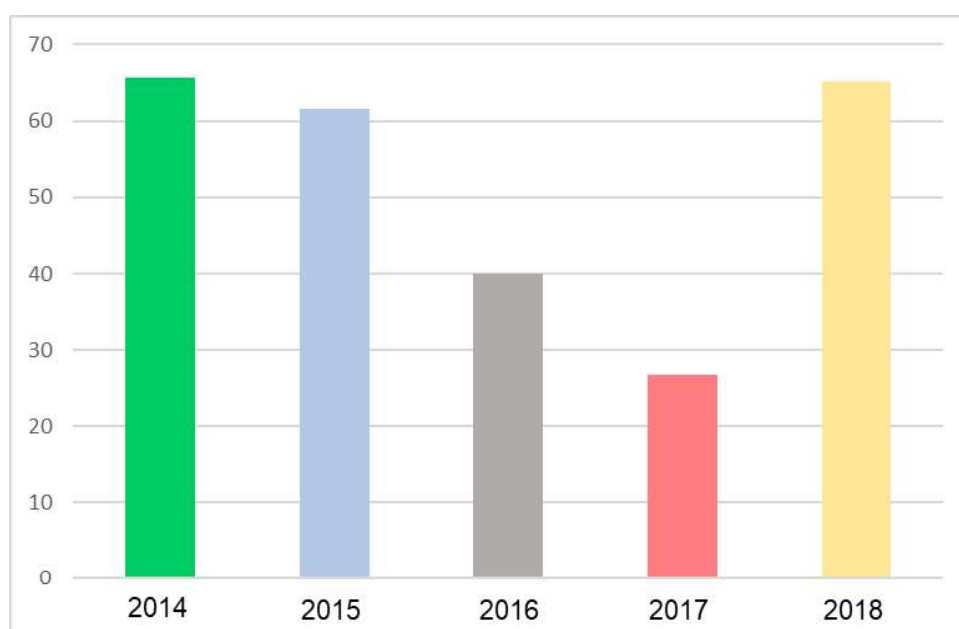
Tabela 4. Dados referentes aos recursos disponibilizados para alimentação escolar do município de São José das Palmeiras no período de 2014 a 2018.

Ano	Recurso FNDE (R\$)	PNAE Compras da Agricultura Familiar
2014	41,740.00	27,419.72
2015	47,100.00	28,988.15
2016	43,700.00	17,496.87
2017	47,406.00	12,688.30
2018	47,278.00	30,774.45

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Educação e FNDE. Tabela elaborada pela autora da pesquisa, 2019.

Observa-se que a porcentagem do valor do PNAE destinado à agricultura familiar, em relação ao total dos repasses, nem sempre foi superior aos 30% previstos em lei. No primeiro ano de acesso à política, utilizou-se aproximadamente 66% do valor total para compras de produtos oriundos da agricultura familiar, chegando ao ápice da porcentagem utilizada no município. Esses valores são superiores aos encontrados por Constanty (2014) que, ao estudar a população de Marechal Cândido Rondon, encontrou que a porcentagem máxima utilizada no município até 2014 havia sido de 40%.

Gráfico 9. Porcentagem dos recursos repassados para agricultores do PNAE de 2014 a 2018.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa, 2019.

Devido a problemas gerenciais, a porcentagem cai para abaixo do mínimo sugerido no ano de 2017, sendo direcionado aproximadamente 27% do orçamento para as compras de produtos oriundos da agricultura familiar. Já o ano de 2018 trouxe novas esperanças e recuperação do total utilizado: 65% do orçamento foi utilizado para a compra dos produtos da agricultura familiar.

Os valores também estão acima da média dos encontrados por Melão (2012), ao afirmar que no estado do Paraná o PNAE vem aumentando a porcentagem de compras da agricultura familiar com relação ao total. Segundo o autor, nota-se aumento

a partir de 2012, quando se utilizou 22% do orçamento previsto, ao passo que, em São José das Palmeiras, foi utilizado 53%.

Os dados encontrados também são superiores aos do FNDE (2015), ao afirmarem que, no Paraná, a SEE utilizou, no ano de 2013, 29,4% do orçamento nas compras de produtos oriundos da agricultura familiar – nesse mesmo ano, a média no município foi de 52%. Em 2014, a SEE utilizou 51,2% do orçamento total; já o município utilizou quase 66%.

5.4 VALORES TOTAIS

Com relação aos valores decorrentes de cada programa, verificou-se que o primeiro ano no qual as três políticas se encontram foi o ano de 2014. Assim sendo, são considerados, neste trabalho, os dados a partir desse ano na Tabela 5.

Tabela 5. Dados referentes aos recursos disponibilizados de 2014 a 2018

Ano	PNAE Municipal – PM (R\$)	PAA	PNAE Estadual	Total
2014	20,624.80	80,350.43	27,419.72	128,394.95
2015	28,549.00	83,427.00	28,988.15	140,964.15
2016	27,897.70	86,430.50	17,496.87	131,825.07
2017	26,725.40	85,155.55	12,688.30	126,586.25
2018	28,994.30	80,000.00	30,774.45	139,768.75

Fonte: Dados secretaria municipal de agricultura e FNDE. Tabela elaborada pela autora da pesquisa, 2019.

No geral, o ano com o maior volume de recursos foi o ano de 2015, com quase 1401 mil reais. O ano de menor investimento foi o ano de 2017, com aproximadamente 126 mil reais. Segundo o secretário da agricultura, no ano de 2017, o município passou por problemas na gestão, tendo minimizado o volume de recursos utilizados.

5.6 CONTRIBUIÇÕES DOS PROGRAMAS

O primeiro item a ser apresentado é relacionado ao tempo de participação por parte dos munícipes nos programas PAA e PNAE. Constatou-se que, para 87,5% dos entrevistados, o acesso aos programas se dá há mais de 5 anos. Quando indagados

sobre os principais motivos que os levaram a ingressar nos programas, as principais razões foram diversificação da renda (renda extra), a venda do excedente de produção e a possibilidade de aproveitamento dos produtos da estação. Quando indagados sobre os produtos e as quantidades de alimentos produzidos antes e depois dos programas, os dados chamam a atenção (Gráfico 9).

Gráfico 10. Mudanças na produção de alimentos segundo os agricultores familiares de São José das Palmeiras-PR em 2018.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2019.

Para 81% das famílias, a produção de alimentos aumentou em quantidade. Já em variedade, aumentou para 47% dos entrevistados. Cunha et al., (2017), estudando os efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz-MG, afirmam que um dos efeitos das políticas supracitadas é o aumento da diversidade da produção de alimentos, incluindo a produção de alimentos que antes dos programas não tinham mercado, como é o caso de muitos dos produtos de cunho regional. O participante AGF21 afirma:

A gente já plantando mais variedades e em maior quantidade, agora “dá” pra vender o que sobra, antes plantávamos menos coisas, até resgatamos umas coisas, tipo o inhame, que já não comia faz muito tempo, agora até plantamos para vender, dizem que é muito bom para a saúde. (AGF21, 2018).

Diversos foram os relatos sobre a melhora dos hábitos alimentares da família com o início da comercialização com os mercados institucionais. O AGF4 relata:

Antes a gente plantava a horta, mas não tinha muita variedade, porque acabava perdendo se plantasse demais. Agora a gente planta um pouquinho de cada coisa, come muito melhor e sabe que consegue tirar uma renda extra com o que sobra. (AGF 4, 2018).

Assim, fica clara a importância dos programas na segurança alimentar e nutricional da família, visto que eles possibilitam a inserção de uma maior variedade de alimentos na dieta da família, além de garantir, aos estudantes, uma refeição mais adequada, com produtos mais frescos e de cunho regional.

Quando perguntados sobre a importância do PAA e do PNAE para as famílias, os agricultores são categóricos. Segundo a AGF15,

...a coisa pro [sic] produtor de leite não tem estado boa. Se for calcular tudo certinho, a gente mexe leite de teimoso, porque mal paga o trato da criação. O que sobra do leite não dá um salário mínimo, o que a gente planta de roça é só para as vacas comerem. Com o PNAE, a gente tem uma boa renda extra, que ajuda a gente a continuar na roça. (AGF15, 2018).

Com relação à renda, para 85% dos entrevistados, a renda familiar aumentou significativamente após o início das vendas. Cunha et al. (2017), analisando os efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em Espera Feliz-MG, concluíram que os programas induziram o aumento da produção e da renda e que a atenção à qualidade dos produtos valorizou o trabalho familiar e contribuiu para a diversificação da produção.

São José das Palmeiras apresenta um Índice de Gini de 0.45, considerado alto. Ou seja: os municípios vivem em uma realidade de disparidades de renda. De um lado, tem-se a pecuária intensiva, que gera poucos empregos e lucro para os poucos proprietários; do outro lado, há a agricultura familiar, que se vê estrangulada pelos preços do leite e dos insumos e a falta de mercados alternativos para seus produtos agropecuários. Dessa forma, políticas para a geração de renda são essenciais ao combate à desigualdade.

Quando analisamos a porcentagem da renda total (Tabela 5), visualizamos o real significado econômico dos programas na vida dessas famílias.

Tabela 6. Renda média das famílias no ano de 2018.

Renda Média	Renda PAA		Renda PNAE		Renda Agricultura		Renda Média Total	
Inferior a 1 salário mínimo	42	87.50%	46	95.83%	12	25.00%	2	4.17%
1 salário mínimo	6	12.50%	2	4.17%	27	56.25%	11	22.92%
1-2 salários mínimos	-	-	-	-	8	16.67%	32	66.66%
2-3 salários mínimos	-	-	-	-	1	2.08%	3	6.25%

Fonte: Dados da autora da pesquisa, 2019.

Podemos observar que, para 95.83% das famílias, as vendas do PNAE representam um incremento de menos de um salário mínimo; já para 4,17%, elas são um salário mínimo mensal. Isso pode não parecer bastante, mas quando observamos a renda média mensal das famílias, podemos observar que 93,75% das famílias possuem renda mensal total de até dois salários mínimos, o que torna o incremento de renda por parte do PNAE significativo.

Na Tabela 7, podemos visualizar a significância das fontes de rendas das famílias agricultoras. Percebe-se que, para seis famílias, o PAA é a principal fonte de renda, sendo a segunda fonte de renda para nove famílias. O PNAE é a principal fonte de renda para cinco das famílias entrevistadas, sendo a segunda fonte de renda para oito das famílias. Para as demais famílias, as políticas apresentam caráter complementar à principal fonte de renda da família.

Tabela 7. Principais fontes de renda das famílias agricultoras de São José das Palmeiras-PR no ano de 2018.

Fonte de Renda/Importância	1ª F	%	2ª F	%	3ª F	%	4ª F	%
PAA	6	12.50%	9	18.75%	21	43.75%	12	25%
PNAE	5	10.41%	8	16.66%	27	56.25%	8	16.66%
Bovinocultura de leite	18	37.50%	9	18.75%	11	22.91%	10	20.83%
Bovinocultura de corte	7	14.58%	1	2.08%	2	4.16%	3	6.25%
Suinocultura	6	12.50%	8	16.66%	2	4.16%	1	2.08%
Avicultura	8	16.66%	5	10.41%	1	2.08%	1	2.08%
Agricultura	17	35.41	9	18.75%	8	16.66%	4	8.33%

Outras	0	0	1	2.08%	0	0	0	0
--------	---	---	---	-------	---	---	---	---

Fonte: A autora, 2019.

Além de incrementar a renda, um aspecto do programa que os agricultores consideram vantagem é conseguir saber a quantidade certa que precisa ser produzida, já que a chamada pública tem a previsão de alimentos a serem adquiridos ao longo do tempo. Isso possibilita o planejamento das vendas e o consequente escalonamento das entradas e da força de trabalho necessária.

Dessa forma, é possível observar que o PNAE transfere recursos aos agricultores familiares, melhorando a qualidade de vida das famílias e estimulando a economia local. Além disso, o programa estimula que os alunos consumam frutas e hortaliças, o que impacta na saúde e desenvolvimento dos educandos.

Quando indagados sobre os preços pagos pelos produtos vendidos ao PNAE, de forma geral, os agricultores estão satisfeitos, visto que não havia nenhum mercado para esses produtos antes do programa. Esse dado talvez se justifique pelo fato de a cidade ser bastante pequena e não possuir outros mercados para o escoamento da produção, como é o caso de Marechal Cândido Rondon, onde os agricultores acessam os mercados institucionais e conseguem comercializar por meio da Associação Central de Produtores Rurais Ecológicos de Marechal Cândido Rondon (ACEMPRES) e feiras de produtores.

5.6 DESAFIOS FUTUROS

O PAA e o PNAE são apenas dois programas que estimulam o desenvolvimento sustentável no campo, uma linha, uma agulha no palheiro de ações necessárias para que vivamos em um mundo mais igualitário, mais justo e mais sustentável. Porém, muitos são os desafios para que essas políticas cumpram plenamente seus objetivos. De acordo com os entrevistados, dentre os maiores desafios a serem superados estão a cota de entregas e o fato de se exigir a DAP para a entrega, visto que alguns dos associados não a possuem.

Mas nem tudo são flores. Dentre todos os entrevistados, nenhum trabalha com agricultura orgânica ou agroecológica ou floricultura – apesar de afirmarem que

produzem os alimentos sem agrotóxicos sempre que possível. Em depoimento, AGF13 afirma:

A gente recebe a visita da Biolabore, para acompanhar a lavoura e tenta fazer tudo com o mínimo de veneno possível. Usamos vários remédios da homeopatia, tenho uma farmacinha em casa, “mais” ser orgânico dá muito trabalho e aqui não tem mercado. O agrônomo da Biolabore falou pra gente da rede ecovida, que dá para começar a transição agroecológica, mas não sei se compensa. (AGF13,2018)

Já o agricultor AGF36 relata:

Quando morávamos no Rio Grande do Sul, até tentamos produzir 100% sem veneno, mas aqui é mais difícil. Lá tinha fornecedor dos insumos, aqui quando chegamos, não achamos nada, daí desistimos. (AGF36, 2018).

O agricultor AGF27 (2018), ainda afirmou: “no futuro, tenho vontade de trabalhar com orgânico, como antes não tinha agrônomo na EMATER, ficava mais difícil, quem sabe agora.”

Assim, quando indagado sobre a compra de produtos agroecológicos, o secretário da agricultura afirmou que existe um interesse por parte da prefeitura em adquirir produtos agroecológicos, porém não há a oferta desses produtos no município. A disponibilidade de mais tecnologias e de assistência técnica com enfoque agroecológico, uma modalidade de crédito rural que atenda às exigências e às peculiaridades do processo de transição e o apoio à comercialização justa, figuram como alguns dos grandes desafios a serem trabalhados. Até mesmo uma política governamental de fomento seria necessária e estratégica como estímulo econômico inicial (SIQUEIRA, 2010).

Percebe-se, assim, um interesse por parte dos produtores em se tornarem orgânicos ou agroecológicos, havendo o interesse da prefeitura em comprar produtos orgânicos ou agroecológicos. Faltava, para a concretização desses interesses, assistência técnica, extensão rural e articulação entre a prefeitura, ATER e os produtores.

6 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura surgiu nos primórdios da humanidade e, desde então, tem moldado a forma como vivemos. Desde seu surgimento, vem alterando as relações entre nossa espécie e as demais, e entre nós e a terra. Dessa forma, ao longo da história, a maneira como nos apropriamos da terra e seus recursos levaram ao florescimento e à decadência de diversas civilizações.

A revolução verde e seu modelo produtivista distribuiu, mundo afora, pacotes tecnológicos que, em um primeiro momento, trouxeram aumento na produtividade, especialmente das *commodities* de exportação. Entretanto, na sequência, trouxeram a degradação dos solos, da água, da saúde das culturas e até mesmo da rentabilidade para os produtores. A inclusão de tecnologias na produção agrícola pode apresentar pontos positivos, como alta produtividade, uniformidade dos produtos e rapidez para colheita. Contudo, segundo Silva (2007), o bom desempenho em indicadores técnicos nem sempre reflete na qualidade de vida dos agricultores, na manutenção de seu patrimônio ambiental e no desenvolvimento rural sustentável.

Além de não refletir na qualidade de vida das famílias, esse modelo de desenvolvimento voltado somente ao crescimento econômico e ao aumento da produtividade gera custos ambientais e sociais muito elevados, como danos à biodiversidade, poluição do ar e da água, doenças e desigualdade social (MORAN, 2011).

A inadequação do modelo proposto pela revolução verde, baseado em técnicas de cultivo desenvolvidas além dos mares e enfiadas goela abaixo nos tupiniquins, fica evidente ao observarmos, na prática, os altos níveis de erosão dos nossos solos tropicais, consequente assoreamento dos rios, a contaminação das águas por agroquímicos e o envenenamento dos trabalhadores rurais e consumidores finais.

No Brasil, a partir da década de 1990, a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade trouxeram novas abordagens sobre o modelo de desenvolvimento rural adotado, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos

territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCHNEIDER, 2010).

Deve-se incluir os aspectos econômicos, sociais e ambientais, sendo a quantidade de indicadores e os fatores prioritários determinados pelas particularidades do sistema avaliado (MARZALL e ALMEIDA, 2000). Esses indicadores, ainda, devem permitir que os atores envolvidos acompanhem e tomem decisões quanto à sustentabilidade do sistema avaliado (MALHEIROS, PHILIPPI JR e COUTINHO, 2008).

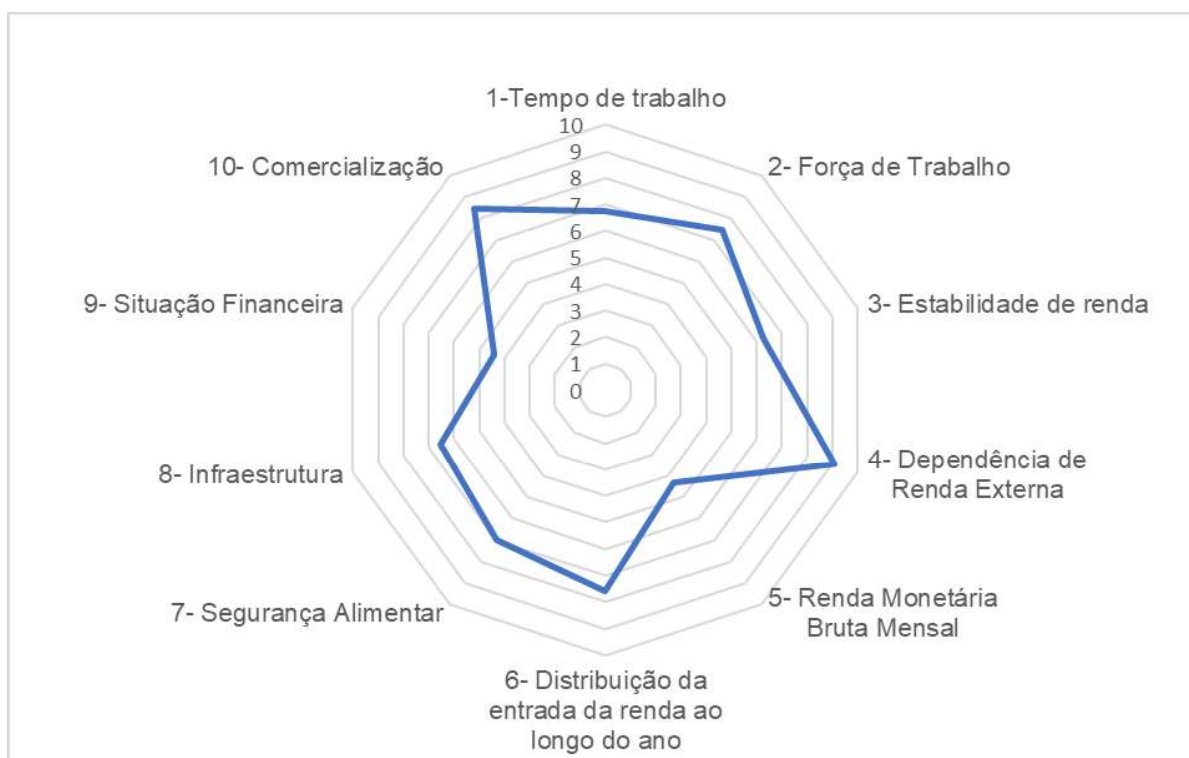
Vários autores se propõem a avaliar a sustentabilidade dos agroecossistemas (CASALINHO, 2006; DEPONTI et al, 2002; LEFROY, 2000). Mas poucos avaliam os efeitos das políticas públicas na sustentabilidade dos agroecossistemas, como Constanty & Zonin (2016), que estudaram o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sustentabilidade no município de Marechal Cândido Rondon. Dessa forma, faz-se necessário, que avaliemos o nível de sustentabilidade econômica e social das famílias que acessam os mercados institucionais de alimentos.

Diante desse contexto, este capítulo apresenta uma análise da sustentabilidade das propriedades da agricultura familiar participantes dos mercados institucionais de compra de alimentos em São José das Palmeiras-PR, com o objetivo de descobrir quais são as contribuições de tais políticas para a sustentabilidade econômica, social e ecológica nas propriedades participantes.

6.1 A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Uma vez que o principal recurso de uma família camponesa é sua força de trabalho, o ideal é que haja uma boa distribuição da necessidade de trabalho ao longo do ano. A análise dos indicadores de sustentabilidade nos permite visualizar os pontos fortes e os estrangulamentos dos agroecossistemas. Quando analisamos os indicadores econômicos e sociais, por exemplo, é possível verificar os efeitos positivos das políticas institucionais de compra de alimentos como o PNAE e o PAA (Gráfico 10).

Gráfico 11. Indicadores de econômicos e sociais das famílias agricultoras de São José das Palmeiras-Paraná



Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado por meio do software R 3.5.1.

Ao se projetar um gráfico do tipo radar com os indicadores, o desejável é que os pontos sempre estejam o mais próximo possível das extremidades e que os dados sejam homogêneos.

O primeiro ponto a se destacar é em relação à dependência de renda externa. Nesse quesito, pode-se observar que, majoritariamente, a renda das famílias é proveniente de atividades relacionadas à propriedade, sejam elas agrícolas ou não. Com relação à renda externa, dentre os núcleos familiares entrevistados, muitos possuíam pelo menos um membro recebendo aposentadoria por idade rural, sendo evidente sua importância na vida cotidiana das famílias.

A comercialização é um ponto a chamar a atenção, com a maior média no município. Assim, considerou-se que, em média, 90% de toda a produção excedente ao consumo da família é comercializada, por meio de aproximadamente 3 canais de comercialização.

Com relação aos indicadores econômicos e sociais das famílias, diversas são as possibilidades de melhorias. Quando questionados sobre a força de trabalho e o tempo de trabalho, as médias se aproximam de 7. Para esses agricultores, a percepção do trabalho está próxima do conceito do campesino, no qual não diferencia entre o trabalho e o lazer. Para eles, a força de trabalho está ajustada à capacidade de trabalho da família e as ações estão coordenadas de acordo com a disponibilidade da família.

Na comunidade, ainda é operante o sistema de trocas de diárias com vizinhos. Diversos são os relatos dos agricultores que trocam dias de serviço com os vizinhos, principalmente nas épocas de plantio, colheita, silagem do milho e no abate dos animais.

Como oportunidade de melhorias, temos a renda monetária bruta mensal e a situação financeira. A média da renda monetária bruta mensal ficou em torno de três salários mínimos, o que influencia na situação financeira.

O município não possui, até o momento, um circuito de turismo rural, o que poderia contribuir para a geração de renda das famílias. Apenas uma propriedade, das 48, desenvolve atividades relacionadas ao turismo.

A situação financeira da maioria das famílias mostra que elas não estão endividadas, embora não disponham de recursos próprios para evoluir na atividade. Todos declararam precisar do auxílio de programas de financiamento como o PRONAF para continuar na função.

Essa falta de recursos próprios afeta a infraestrutura, pois as possibilidades de melhorias na infraestrutura estão limitadas. As famílias possuem patrimônio mínimo para continuar na atividade agrícola, porém não possuem patrimônio suficiente para que haja um salto nas atividades desenvolvidas.

Para a maioria dos entrevistados, o PAA e o PNAE contribuíram bastante para a melhoria da situação financeira nos últimos anos. Para essas famílias, essas políticas significaram um incremento constante e confiável na renda familiar. Para 67% das famílias, os programas representam um acréscimo de 50% na renda, tendo ainda como vantagem a periodicidade dos pagamentos, ao contrário do que acontece com a venda de grãos e cereais na safra.

A segurança alimentar também se destaca. Quando questionados sobre a compra dos gêneros alimentícios, constatou-se que, no geral, as famílias compravam

40% dos alimentos consumidos, sendo a farinha e o açúcar os mais mencionados. Para 95% dos entrevistados, a compra de hortaliças e frutas diminuiu drasticamente após ingressarem no PNAE e no PAA, o que também fez que aumentasse o consumo seu diário de frutas e hortaliças. O PAA ainda possibilitou um aumento do plantel, especialmente bovino e suíno, pela possibilidade da venda e maior produção de tratos aos animais, como restos de culturas não aproveitados comercialmente. Assim, para a manutenção dos pontos fortes, sugere-se a continuidade dos programas, bem como o aumento dos valores passíveis de vendas.

6.2 A SUSTENTABILIDADE DOS SOLOS

Os solos agricultáveis da região são majoritariamente caracterizados como latossolos vermelhos distroféricos cambissólicos. Solos com fragmentos de rochas e minerais primários pouco alterados ou horizonte incipiente dentro de 200 cm da superfície (EMBRAPA SOLOS, 1999). São solos profundos e porosos (ou muito porosos) e apresentam de baixa fertilidade e altos teores de ferro, mas com condições adequadas para um bom desenvolvimento radicular em profundidade.

Dentre as limitações desse tipo de solo, tem-se a baixa quantidade de água disponível às plantas e a susceptibilidade à compactação.

Sobre os indicadores de qualidade do solo, nenhum dos parâmetros atingiu a pontuação máxima, porém todos os resultados se apresentaram acima da média (Gráfico 11). O indicador que melhor pontuou foi o relativo ao desenvolvimento de raízes das culturas. No geral, as raízes das culturas analisadas se apresentaram bem desenvolvidas, com raros sinais de toxidade por alumínio e com alguns casos de impedimento ao desenvolvimento por compactação dos solos.

A AAFO realiza, periodicamente, a compra e distribuição de cama de aviário proporcionalmente às necessidades dos agricultores. Isso levou a uma melhora geral da qualidade dos solos dos associados, adicionando orgânica e nutrientes ao perfil do solo. Assim, sugere-se a continuidade dos cuidados com o solo, bem como a aproximação da associação com a EMATER-PR para melhorar a assistência técnica aos produtores.

A associação ainda realizou a compra e a distribuição de calcário calcítico e dolomítico para os produtores, de acordo com as necessidades individuais verificadas perante análise de solo.

Gráfico 12. Indicadores da qualidade do solo, nas propriedades da agricultura familiar visitadas em São José das Palmeira-Paraná



Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado por meio do software R 3.5.1.

Com isso, foi possível observar a presença satisfatória de invertebrados e atividade de organismos microbiológicos, essenciais na decomposição e ciclagem dos nutrientes. Infelizmente, também foi possível observar, a presença constante de sinais de erosão superficial nas propriedades, principalmente nas áreas de pastagens e plantações de grãos e cereais.

No entanto, o ponto de maior estrangulamento foi em relação à compactação dos solos. Os solos se apresentaram moderadamente compactados, principalmente tipo “pé-de-grade”, o qual geralmente se forma com o uso contínuo durante vários anos da grade ou do arado para o preparo do solo, visto que esses implementos operam em uma mesma profundidade todos os anos com o tempo. Forma-se uma crosta de solo

compacta abaixo da profundidade que os implementos estão sendo operados, o que dificulta o desenvolvimento das raízes e a percolação da água (**SALEMI, 2009**).

No caso da compactação presente nas lavouras, a melhor estratégia de combate seria o uso de plantas recuperadoras do solo, cuja principal característica é a presença de sistema radicular vigoroso pivotante como as crotalárias, o guandu ou girassol. Uma cobertura verde de qualidade, também ajudaria em uma melhor estruturação do solo, pois aumentaria a quantidade de matéria orgânica e ainda contribuiria para a eliminação de doenças do solo.

6.3 A SUSTENTABILIDADE DAS CULTURAS IMPLANTADAS

A Figura 6 apresenta os resultados obtidos em relação aos indicadores de saúde das culturas. A análise da figura evidencia que, para essa dimensão, a maioria das propriedades apresenta resultados acima da nota média (5). Isso pode ser resultado de plantas bem nutridas e um sistema, no geral, saudável.

Apesar de a aparência e o crescimento das culturas estarem apropriados, grandes são as potencialidades de melhorias, como a prevenção ao ataque de insetos e pragas e os inimigos naturais. A solução para esse problema seria o cultivo de plantas atrativas aos inimigos naturais e, em último caso, o uso de inseticidas seletivos. Sugere-se, ainda, a implementação de técnicas homeopáticas para a ativação das defesas das plantas, diminuindo os danos ocasionados pelos ataques de herbívoros.

Um ambiente mais equilibrado, com presença dos inimigos naturais, diminuiria a necessidade de aplicações de defensivos, melhorando a saúde das plantas e a qualidade dos alimentos comercializados.

A vegetação natural ou a barreira verde ao redor da propriedade é certamente um ponto de estrangulamento. É possível verificar a presença de reservas nos entornos de rios e riachos, mas quando avaliamos as divisas das propriedades, nota-se que elas são negligenciadas.

Gráfico 13. Indicadores da saúde das plantas cultiváveis das famílias agricultoras de São José das Palmeiras-PR.



Fonte: Dados da Pesquisa. Elaborado por meio do software R 3.5.1.

Uma melhor proteção das divisas por barreiras vegetais diminuiria o ataque de pragas, incidência de patógenos nas culturas e a contaminação por deriva de defensivos aplicados em propriedades vizinhas. As recomendações de espécies a serem utilizadas, podem variar bastante, de acordo com as características de cada propriedade: pode-se variar desde o eucalipto ao capim-elefante. Dessa forma, a recomendação será feita de forma individual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se vive em uma realidade de tanta pobreza e desigualdade como é o caso do município, até mesmo as menores ações podem trazer resultados bastante positivos. Mesmo que os valores repassados às compras institucionais sejam pequenos, as mudanças observadas nas vidas das famílias são bastante significativas.

Os alimentos adquiridos pelos programas são fornecidos ao Centro Municipal de Educação Infantil Luciana Brum, à Escola Municipal Regente Feijó, ao Colégio Estadual São José, à associação dos idosos, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e à Pastoral da Criança.

Quarenta e oito famílias participam do PAA e do PNAE municipal em São José das Palmeiras, todas associadas à AAFO. As famílias vivem em propriedade pequenas e médias, predominantemente próximas à cidade, acessam cerca de três canais de comercialização, sendo pelo menos um circuito longo.

As famílias recebem assistência técnica e extensão rural por meio da Biolabore e da EMATER e, no geral, estão satisfeitas com o serviço. Observou-se que o único ano no qual não se cumpriu a porcentagem mínima de 30% de compras da agricultura familiar foi em 2017. Conclui-se assim, que os programas possuem papel direto na geração de renda das famílias agricultoras, sendo responsável por um aumento significativo em sua qualidade de vida, sendo fonte de renda complementar de grande significância para a maioria das famílias. Ou seja: os programas têm estimulado a soberania alimentar e nutricional dos agricultores familiares, estimulando o aumento da produção em quantidade e variedade de produtos.

Os agricultores estão satisfeitos com os preços pagos, visto que não havia nenhum mercado para esses produtos antes do programa. Os programas têm ajudado a revelar a importância da mulher do campo. Para elas, o programa tem sido ferramenta de entendimento do seu papel como produtoras de alimentos e semeadoras de cultura.

Dentre os desafios futuros para os programas, citam-se a burocracia e a necessidade da DAP. Das possibilidades futuras, conta-se com agricultores orgânicos ou agroecológicos no município.

A matriz utilizada para a avaliação dos indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas permitiu que avaliássemos, de forma rápida e fácil, o nível de sustentabilidade socioeconômica, a saúde das culturas e a qualidade do solo das famílias agricultoras que acessam os programas institucionais de compra de alimentos em São José das Palmeiras.

Os indicadores de sustentabilidade, no geral, apresentaram-se acima da média, sinalizando que a agricultura familiar caminha para uma sustentabilidade que não será atingida de um dia para outra, mas ao longo dos anos, com múltiplos esforços. Dentre os pontos mais positivos quanto aos indicadores econômicos, têm-se a comercialização, a dependência da renda externa, a distribuição das entradas ao longo do ano e a segurança alimentar. Dentre os principais gargalos socioeconômicos, tem-se a situação financeira e renda bruta mensal.

Sobre a qualidade do solo, os pontos mais positivos foram o desenvolvimento das raízes, o estado dos resíduos, a cor e cheiro de matéria orgânica, a retenção de umidade, a cobertura do solo e a presença de invertebrados. Como gargalos, temos a erosão e compactação do solo.

Com relação à saúde das culturas, os pontos positivos foram a aparência das culturas, o crescimento das culturas, a presença de doenças, o rendimento atual ou possível e a diversidade da vegetação. Dentre os pontos a serem melhorados, têm-se a ausência de vegetação natural ao redor da propriedade, a abundância de inimigos naturais e a competição e supressão de plantas espontâneas.

Com relação à sustentabilidade social, tem-se o ponto de maior fragilidade, visto que a idade média dos agricultores foi maior do que cinquenta anos e poucos jovens estão permanecendo no campo. O ponto de maior força foi relacionado à participação da mulher na gestão.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar a desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vol. 28, n. 1, 2 3 e 29, n. 1 - Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação** (2007). Disponível em http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/abramovay_avalizando_a_extensao_rural. Acessado em 05/04/2018.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude rural: ampliando as oportunidades, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília–DF, abril de 2005, Ano 1, nº1.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade. O que é: o que não é**. 5ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2016.

BRASIL, 2015. Histórico do Programa nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <<https://www.fn-de.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-Paranáograma/pnae-historico>>. Acesso em junho de 2018.

BRASIL, Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006a, Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso 06/2018.

BRASIL, **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso 06/ 2018.

BRASIL, Resolução nº25, de 04 de julho de 2012, Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3554-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-25-de-04-de-julho-de-2012>> Acesso 06/2018.

BRASIL, Vito Galantini Cavalcante et al. Avaliação de indicadores de sustentabilidade de um grupo de agricultores em transição agroecológica no município de Mundo Novo, MS, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 9, n. 4, feb. 2015. ISSN 2236-7934. Disponível

em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/16739>>. Acesso 06/ 2018.

BRASIL. Lei nº11.346 de 15 de setembro de 2006b. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 25/05/2018.

BRITO, Tayrine; PEREIRA, Viviane; SANTOS, Adriano. **Os limites, os desafios e as potencialidades da agricultura familiar no PNAE em municípios atingidos pela mineração.** 2018. < Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/1C/10_Tayrine_Brito.pdf > Acesso em 02 /11 /2018.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2010.

CALDAS, Eduardo; AVILA, Mário. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Espaço Acadêmico** nº148. Setembro de 2013. ANO XIII. ISSN 1519-6186

CASALINHO, Helvio. **Qualidade do Solo como Indicador de Sustentabilidade em Agroecossistemas.** 2003. 193f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. Cerrados, 2006.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974

Clay, Edward. **Food Security; concept and measurement.** 2002. Paper for FAO Expert Consultation on Trade and Food Security: Conceptualising the Linkages. Rome

COELHO-DE-SOUZA, G. et al. Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento rural: a contribuição do PLAGEDER. In:_. (Org.) **Transformações no espaço rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 71-93.

CONCEIÇÃO, V. et al. Avaliação inicial de indicadores de sustentabilidade de um grupo de agricultores em transição agroecológica do Assentamento 72 em Ladário MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4 , 2014. 7 p.

CONSTANTY, Hadrien e ZONIN, Wilson. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sustentabilidade: O caso do município de Marechal Cândido Rondon. **Revista Desenvolvimento Meio Ambiente**, v. 36, p. 371-392, Abr, 2016.

CONSTANTY, Hadrien. **CONTRIBUIÇÕES DO PNAE NA SUSTENTABILIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES: O CASO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR, 2014. Disponível em: <http://portalpos.unioeste.br/media/File/lizete.fredo/disserta%C3%A7ao%20CONSTANTY.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

COSTABEBER, José; CAPORAL, Francisco. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa

CUNHA, Wellington; FREITAS, Alan; SALGADO, Rafael. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. *Rev Econ Sociol Rural*. 2017;55(3):427-44. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550301>

DEPONTI, Cidonea.; ECKERT, Córdula.; AZAMBUJA, José. Estratégias para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.4, p.44- 52, out./dez. 2002.

EMBRAPA SOLOS. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília, DF: Embrapa Serviço de Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999. 412 p.

ENGEL, Werner. The (un)sustainability on small farms: the case of six municipalities located in the extreme west of Paraná. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional e do Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012. < Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2301>> Acesso em 23/09 /2018.

FAO. Fome aumenta no mundo e na América Latina e no Caribe pelo terceiro ano consecutivo. Disponível em: <<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/>> Acessado em 09 de junho de 2018.

FEIDEN, Alberto et al. Indicadores de Qualidade de Vida das Famílias: uma Metodologia para Avaliar a Sustentabilidade Sócio Econômica das Famílias Camponesas. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 9, n. 4, feb. 2015. ISSN 2236-7934.

FERRAZ, José. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores In: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa, 2003. p.17-35.

FIELD, Andy; MILES, Jeremy; FIELD, Zoe. **Discovering Statistics Using R**. London, UK: SAGE Publications, 2012.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Agricultura Familiar 2011-2014**. Brasília: FNDE, 2015. Disponível em: <Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 set. 2018.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar**. Declaração Final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana - Cuba, 7 de setembro de 2001. Disponível em: Acesso em: 16 nov. 2017.

FROEHLICH, Elisângela. **A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do programa de alimentação escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS)**. 2010. 152p. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento rural. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento rural. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

GARCIA, Jaciara. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor do desenvolvimento rural sustentável e da segurança alimentar e nutricional em Marechal Cândido Rondon - PR**. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rural, 2016. <Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3891>>. Acesso em: 20 set. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e Agricultura familiar**. 1ª ed. Porto Alegre, 1999.

HOLLIDAY, Oscar. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). Cidades. < Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sao-jose-das-palmeiras/panorama>>. Acesso em 19 de setembro de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. < Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/protecao-social/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=10500&t=resultados>>. Acesso em 09 de dezembro de 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

IPARDES. CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, V.2, n.2, p. 87-105, jul/dez. 2018. Janeiro: Garamond, 2004.

FAO/INCRA **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FREITAS, Núbia Cristina. **A influência da aposentadoria rural no habitus da Mulher idosa em um pequeno município da zona da mata mineira**. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Marechal Viçosa, 2017.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEFROY, Rod; BECHSTEDT, Hans-Dieter; RAIS, Mohammad. Indicators for sustainable land management based on farmer surveys in Vietnam, Indonesia, and Thailand. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, n.81, p.137-146, 2000.

LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MACHADO, Cynthia; VIDAL, Mariane. **Avaliação Participativa do Manejo de Agroecossistemas e Capacitação em Agroecologia Utilizando Indicadores de Sustentabilidade de Determinação Rápida e Fácil**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2006. 44 p.

MALHEIROS, Tadeu; PHILIPPI Arlindo; COUTINHO, Sonia. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**. 2008;17(1):7-20.
Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

MARQUES, João; SKORUPA, Ladislau; FERRAZ, José (ed.). **Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2003.

MARZALL, Katia; ALMEIDA, Jalcione. Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas: estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. 2000;17(1):41-59.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTIA, Vinícius. **Extensão e desenvolvimento rural sustentável na Bacia do Paraná 3**. 2017. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

<Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3262>> Acessado em 02/08/2018.

MELÃO, Ivo. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: O PNAE no Paraná. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012

MORAN, Emilio. **Meio Ambiente e Ciências Sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo: Senac, 2012.

MYSKIW, Antônio. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961-1966)**. 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001

NICHOLLS, Clara.; ALTIERI, Miguel; **A rapid, farmer-friendly agroecological method to estimate soil quality and crop health in vineyard systems** Berkeley, CA, 2003.

RAHMEIER, Daliane. **Agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná: cooperativismo como forma de integração para a sustentabilidade dos estabelecimentos familiares**. 2016. 154 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.<Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2914>> Acesso em 20/08/2018.

RIVAS, David. Sustentabilidad y desarrollo sostenible. In: RIVAS, D. M. (Coord.). **Sustentabilidad: Desarrollo Económico, Medio Ambiente y Biodiversidad**. Editorial Paterluz, S. L. Madrid (España), 1997.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; BECKER, Cláudio. Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica do Nordeste**, nº esp., p. 2014.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de

SALEMI, Luiz. Pé-de-grade: identificação no campo. Webartigos <http://www.webartigos.com/articles/30115/1/p-de-grade-identificacao-no-campo/pagina1.html>, 2009 (Textos didáticos).

SCHNEIDER, Fernando; COSTA, Manoel B. B. Diagnóstico Socioeconômico, Produtivo e Ambiental dos Agroecossistemas na Microbacia Hidrográfica do Rio Pirapora - Município de Piedade/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 2013;8(1):217-231.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. 2010;30(3):511-531.

SEN, Amartya. (1981). **Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Clarendon Press, New York: Oxford University Press.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia de Bolso; Edição: Edição de bolso. 2010. 464p.

SILVA, J. F. G.. A concepção, as prioridades e estratégia de execução do Programa Fome Zero . In: J. P. Velloso; R. Cavalcante de Albuquerque. (Org.). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, v. 1, p. 17-26.

SILVA, Nardel. **Estudo da sustentabilidade e de indicadores de desenvolvimento rural**. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

SILVA, Nardel.; Silva,O. Seleção e valoração de indicadores de desenvolvimento rural para análise de propriedades agropecuárias no contexto da sustentabilidade. **Scientia Agraria Paranaensis**, v.8, n.1-2, p.51-71, 2009.

TUNSTALL, Davinder. Developing and using indicators of sustainable development in Africa: an overview. Prepared for the Network for Environment and Sustainable Development in Africa (NESDA). In: Thematic **Workshop on Indicators of Sustainable Development**, May 16-18, 1994, Banjul, The Gambia, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília** , v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso. access on 21 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>.

ZAAR, Miriam. O processo migratório no extremo oeste do Estado do Paraná/Brasil com a construção da hidrelétrica binacional Itaipu. **Rev. Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona Nº 69, 1 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-69-47.htm>. Acesso em 10 de jan. 2019.

APÊNDICE A**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

Q.N.º

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DO PAA E PNAE NA VIDA DAS FAMÍLIAS
AGRICULTORAS DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.

Nome do entrevistado: _____

Localidade: _____

() Urbano () Periferia () Rural Agropecuário.

Endereço: _____

Parte A – ESTABELECIMENTO E COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Questionário de coleta de dados

Entrevistado (a)

Este imóvel é da família?

() Sim () Não

1. Sexo: 2. Idade:

3. Área do imóvel (ha):

4. Parentesco 5. Idade 6. Sexo 7. Escolaridade 8. Estudando
9. Local de nascimento 10. Problemas de saúde

1.º

2.º

3.º

4.º

5.º

6.º

11. De que material é construída sua casa?

12. A residência possui instalações sanitárias? () Sim () Não

Se sim, de qual tipo? Ex. (Fossa Séptica, negra...)

13. De onde vem a água utilizada pela sua família?

14. A residência tem à rede de energia elétrica? () Sim () Não

15. A residência tem acesso a telefone/celular? () Sim () Não

16. 1 A residência tem acesso à internet? () Sim () Não

16. 2 A família tem acesso ao Computador? () Sim () Não

17. Quais as atividades produtivas da propriedade?

18. Quantas pessoas estão envolvidas diretamente na atividade agrícola?

29. Tem funcionário assalariado? () Sim () Não. Caso SIM. Quantos? _____

20. Além da agricultura, a família possui outra fonte de renda? () Sim () Não

Caso SIM. Qual? _____

21. A família possui a escritura do imóvel?

22. Caso NÃO. De quem é este imóvel?

A. Organização civil

23 – Participa ativamente de alguma associação? () Sim () Não

Se sim, de qual associação?

24.1 () Associação de trabalhadores rurais (agricultores familiares)

24.2 () Sindicato de trabalhadores rurais (agricultores familiares)

24.3 () Associação de produtores

24.4 () Cooperativa de produtores

24.5 () Sindicato patronal de produtores

24.6 () Associação comunitária

24.7 () Associação religiosa

24.8 () Associação esportiva

24.9 () Grupo informal de agricultores(as)

24.10 () Outra: _____

25. Os filhos pretendem continuar no campo () Sim, () Não, () Talvez, () Não Sabem.

26. Para quem vende a produção. Quais os canais de comercialização utilizados.

PARTE B – USO DA TERRA E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

C.01 - Plantou que tipo de cultura nos últimos anos?

01.1 () Feijão 01.2 () Milho 01.3 () Sorgo 01.4 () Mandioca 01.5 () Outras:

C.02 - Qual a área plantada por cultura?

02.1 () Feijão: _____ ha 02.2 () Milho: _____ ha

02.3 () Sorgo: _____ ha 02.4 () Mandioca: _____ ha

02.5 () Outra: _____, _____ ha

() Outra: _____, _____ ha ()

Outra: _____, _____ ha ()

Outra: _____, _____ ha

C.03 - Quantos quilos colheu na safra 2018 aproximadamente?

03.1 Feijão: _____ kg

03.2 Milho: _____ kg

03.3 Sorgo: _____ kg

03.4 Mandioca: _____ kg

03.5 Outra: _____ kg

03.5 Outra: _____ kg

03.5 Outra: _____ kg

03.5 Outra: _____ kg

03.5 Outra: _____ kg

C.04 - Parte da produção foi consumida pela própria famílias? () Sim () Não

C.05 - Quais produtos?

C.06 - Qual percentual ficou para o consumo e qual foi para venda? Consumo _____%;
Venda _____%.

C.07 - Como foi comercializada a produção?

07.1 () Cooperativa

07.2 () Feira livre

07.3 () Intermediário

07.4 () Associação

07.5 () Programas PAA

07.6 () PNAE

C.08 - Qual o valor da produção em 2018?

08.1 Feijão R\$ _____,00

08.2 Milho R\$ _____,00

08.3 Mandioca R\$ _____,00

08.4 Animais? R\$ _____,00

08.5 () Outro: _____ valor total? R\$ _____,00

C.09 – A Família acessa o PAA? () Sim () Não

09.1 Qual foi o produto que a família vendeu ao PAA?

C.10 – Quanto a família entregou?

C.11 - A quem a família entregou o produto?

C.12 - O preço do produto por ocasião da comercialização foi superior ao preço do mercado? () Sim () Não

12.1 Se sim, qual o percentual acima do preço do mercado? _____%

C.13 - Há quanto tempo a família acessa o PAA?

C.14 - Existe alguma dificuldade para a família comercializar os produtos com o PAA? () Sim () Não

14.1 Se sim, quais?

C.15 - Com o crédito adquirido com a venda dos produtos a PAA, em que a família aplicou os recursos? _____

D- Sobre o PNAE

D. 01 A família entrega alimentos para o PNAE? () Sim () Não.

Se sim responda:

D.02 Sua família continua produzindo os mesmos produtos e a mesmas quantidades do que anteriores ao PNAE?

D. 03 Algum produto novo foi incluído na alimentação da própria família desde que iniciaram a comercialização com o PNAE?

D.04 Quais as maiores dificuldades no processo de comercialização com o PNAE?

D.05 Com relação à sua produção, depois de ter começado a entregar produtos para o PNA ela:

☐ Aumentou bastante

☐ Aumentou.

☐ Permaneceu igual

☐ Diminuiu

☐ Diminuiu bastante

D.06 Com relação à renda, depois de ter começado a entregar produtos para o PNAE:

☐ Aumentou bastante

☐ Aumentou

☐ Permaneceu igual

☐ Diminuiu

☐ Diminuiu bastante

D.07 Depois de ter começado a entregar produtos para o PNAE, a variedade de produtos comercializados:

☐ Aumentou bastante

☐ Aumentou

☐ Permaneceu igual

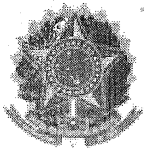
☐ Diminuiu

☐ Diminuiu bastanteD.08 Quão importante é o PNAE para a família?

D.09 Como o PNAE poderia melhorar?

D.10 Como você gostaria de melhorar sua participação no PNAE.

ANEXO 1



Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Agricultura Familiar
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Lista de Associados com DAP

Chave do extrato: 55634278
Emitido em: 27/11/2018 às 14:28:24

DAP: SDW0792967500012804171115 Versão DAP: 3.2 Emissão: 28/04/2017 Validade(*): 27/02/2019
CNPJ: 07.929.675/0001-69 Razão Social: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARÇO

Categoria: Demais agricultores familiares

CPF	Nome	Numero DAP	Município	UF	Validade	Enquadramento
020.387.409-92	ADEMAR CATTANI	SDW0020387409920804160253	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
023.766.629-40	ADEMIR BORTOLUZZI	SDW0023766629401904170955	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
334.872.359-00	ADEMIR?O SANCHES PERES	SDW0334872359001305161046	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
334.344.259-34	AGOSTINHO FASSICOLO	SDW0334344259340506170229	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
119.753.859-34	AL<PIO J. HOELSCHER	SDW0119753859341312171105	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
074.227.099-87	ALTAMIRO M. SARMENTO	SDW0074227099871712120307	São José das Palmeiras	PR	17/12/2018	V
476.542.449-91	ANTONIO COGIELSKI	SDW0476542449911712120247	São José das Palmeiras	PR	17/12/2018	B
438.126.606-44	ANTONIO F. P. PINTO	SDW0438126606440205170839	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
042.191.639-72	ARCINDO BASSI	SDW0042191639721310160345	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
707.454.129-04	ARI K. SARMENTO	SDW0707454129040205180844	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
395.106.979-15	BELARMINO P. PINTO	SDW0395106979153009160404	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
830.910.339-53	CARLOS ROBERTO RIBEIRO	SDW0830910339531703171044	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
408.191.089-87	CARLOS RODRIGUES DA SILVA	SDW0408191089870203170924	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
008.330.719-20	CIELE CRISTINA ZAMBAN	SDW0502778129680102180301	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
297.691.919-49	CICERO JERMANO VIEIRA DA SILVA	SDW0297691919492911171027	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
191.553.019-91	DANILO WIEDERKEHER	SDW0191553019913009160333	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
549.994.139-49	EDEMAR WITT	SDW0549994139491312171124	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
006.880.849-66	ELIANE CONEJO DE MEDEIROS	SDW0018821609080311160223	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
033.417.939-41	ELIZA WALTER ZIMPEL	SDW0033417939410205170915	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
034.331.359-67	GERUSA DA SILVA NASCIMENTO	SDW0023766629401904170955	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
955.652.729-04	HILDA KAMCHEN FACHI	SDW0525261279042106180100	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
283.636.479-34	IRINEU S. PRANDO	SDW0283636479342012161116	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
123.900.568-73	IVANEIDE T. DE ANDRADE	SDW0123900568731112121208	São José das Palmeiras	PR	11/12/2018	B
031.215.619-79	IVONETE TAVARES DE SOUZA	SDW0467192539720412150227	São José das Palmeiras	PR	04/12/2018	V
020.721.529-41	IZAEL M. COIMBRA	SDW0020721529410612170339	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	B
023.576.569-48	JANETE APARECIDA JEGGLI	SDW0663018749001611170235	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V

452.844.319-87	JEREMIAS F. DE OLIVEIRA	SDW0452844319872102170317	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
431.687.529-91	JERONIMO ECKERDT	SDW0431687529912105181012	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
431.481.669-49	JORGE RUUBENS CONEJO	SDW0431481669493009160347	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	B
663.782.229-91	JOS? M. BASSI	SDW0663782229912906160350	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
805.212.749-15	JOS? R. RIGO	SDW0805212749152801131050	São José das Palmeiras	PR	28/01/2019	V
397.296.139-15	JOS? VICENTE NERES	SDW0397296139151112150309	São José das Palmeiras	PR	11/12/2018	V
805.205.109-68	JOSE EUGENIO FILHO	SDW0805205109680208171045	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
681.021.519-00	JOSUEL FRANCISCO MEDEIROS	SDW0681021519001707171047	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
024.148.429-46	MARIA DA SILVA PINTO	SDW0024148429460712150902	São José das Palmeiras	PR	07/12/2018	V
995.781.239-49	MARIA DAS DORES O. DA SILVA	SDW0995781239492901181107	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	B
905.607.019-34	MARIA LIANE WIEDECKER	SDW0972752719152511160337	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
024.271.029-89	MARILENE B. BRANDALIZE	SDW0476301759492407181002	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
023.591.699-47	MARINES TOZZIN	SDW0023591699471412120353	São José das Palmeiras	PR	14/12/2018	V
905.609.069-00	MARLENE SILVA DE FRANÇA	SDW0308060899202501170251	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
042.495.559-84	MARLI C. RIBEIRO	SDW0761556849872811160959	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
615.739.229-00	MILTON DOURADO PEREIRA	SDW0615739229002908171025	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
030.201.959-69	NASALETE BORRE	SDW0030201959690412150943	São José das Palmeiras	PR	04/12/2018	V
805.204.059-00	NILSON ALVINO ULNHORST	SDW0805204059002606171055	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
040.519.249-55	ODAIR APARECIDO PRANDO	SDW0040519249550803181113	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
524.805.939-91	PAULO UNHORST	SDW0524805939910308171139	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
663.018.749-00	PEDRO BENO KA FER	SDW0663018749001611170235	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
554.633.719-20	PEDRO G. DOS SANTOS	SDW0554633719200205180240	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
524.630.109-59	REINALDO P. NEVES	SDW0524630109591708171012	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
718.294.669-68	RITA C. DO NASCIMENTO	SDW0283420119681804170939	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
805.202.949-04	ROBERTO MAURO ROSA DOS SANTOS	SDW0805202949041910181114	São José das Palmeiras	PR	19/10/2019	V
644.035.569-49	ROQUE DOS A. DE JESUS	SDW0644035569490603171133	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
225.324.989-00	RUBEN HUNHOFF	SDW0225324989000203161023	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
021.382.229-69	SILVANA MOREIRA	SDW0021382229692909161010	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
643.683.279-34	VALDECIR A. FERREIRA	SDW0643683279340601171106	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
861.265.639-72	VALMIR EUGENIO	SDW0861265639720102180250	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	B
502.661.289-04	WALDIR GALDINO	SDW0502661289041312170310	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V
019.579.019-77	WLADIMIR L. ZAMBAN	SDW0019579019770706181150	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V

Total Categoria: 58

Categoria: Indigena

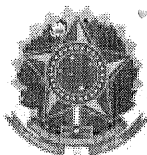
CPF	Nome	Numero DAP	Município	UF	Validade	Enquadramento
283.152.949-20	ROMEU SIPP	SDW0283152949202909160239	São José das Palmeiras	PR	27/02/2019	V

Total Categoria: 1

Total sócios: 59

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)



Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Agricultura Familiar
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Lista de Associados sem DAP

Chave do extrato: 55634358

Emitido em: 27/11/2018 às 14:29:52

DAP: SDW0792967500012804171115	Versão DAP: 3.2	Emissão: 28/04/2017	Validade(*): 27/02/2019
CNPJ: 07.929.675/0001-69	Razão Social: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANICA 1º DE MARÇO		

CPF	Nome	Data Filiação
006.535.309-94	ADRIANA P. DRESCHER	01/03/2006
302.910.119-34	ADZO MOREIRA DE SOUZA	04/03/2015
718.189.019-00	ALTEMIR A. ZAMBAN	01/03/2006
453.631.539-04	GESSI GON?ALVES	01/03/2006
050.269.609-52	MARIA DAS GRAÇAS DE O. DE PAULA	05/01/2010
577.319.939-49	NADIR A. DE ANDRADE	01/03/2006
334.153.159-91	RENIDIO WEIDAUER	01/03/2006
930.843.749-53	ROSALINO DE SENE	05/01/2010
044.001.149-37	ROSELI APª PIRES DE F. AZEVEDO	05/01/2010
056.918.849-05	VIVIANE MATTER	05/01/2010

Total sócios: 10

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)

ANEXO I
PROPOSTA DE PREÇO
CREDENCIAMENTO N.º 02/2014

RELACAO DE MATERIAIS DA LICITACAO

PROPOSTA APRESENTADA

ITEM	Quant.	Valor Prod.	Valor Total
Abóbora Seca Descascada em Cubos	50 kg	R\$ 3,50kg	R\$ 175,00
Abobrinha verde	190 kg	R\$ 1,30kg	R\$ 247,00
Alface	240 kg	R\$ 1,97 kg	R\$ 472,80
Banana prata	900 kg	R\$ 1,90 kg	R\$ 1.710,00
Batata doce	300 kg	R\$ 1,20 kg	R\$ 360,00
Beterraba	100 kg	R\$ 1,00 kg	R\$ 100,00
Bolacha caseira	500 kg	R\$ 7,70 kg	R\$ 3.850,00
Cenoura	200 kg	R\$ 1,40 kg	R\$ 280,00
Chuchu	100 kg	R\$ 1,10kg	R\$ 110,00
Cuca caseira	480 kg	R\$ 6,80 kg	R\$ 3.264,00
Doce de frutas pastoso	90 kg	R\$ 6,80 kg	R\$ 612,00
Feijão cores T.1 e T2 , a granel	400 kg	R\$ 2,17 kg	R\$ 868,00
Laranja Pera	640 kg	R\$ 0,80 kg	R\$ 512,00
Macarrão Caseiro congelado	200 kg	R\$ 6,00kg	R\$ 1.200,00
Mandioca/aipim descascado	700 kg	R\$ 2,00 kg	R\$ 1.400,00
Milho verde (sem palha)	100 kg	R\$ 2,80kg	R\$ 280,00
Ovos	230 dz	R\$ 1,75 dz	R\$ 402,50
Pão caseiro	620 kg	R\$ 6,00 kg	R\$ 3.720,00
Polpa de frutas congelada	80 kg	R\$ 7,00kg	R\$ 560,00
Tangerina Poncã	590 kg	R\$ 0,85kg	R\$ 501,50
TOTAL.....			R\$ 20.624,80

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO DE ACÓRDO COM O EDITAL
VALDIADDE DA PROPOSTA É ATÉ 31/12/2014.

PROPONHO-ME A FORNECER OS MATERIAIS CONSTANTES DO ANEXO I,
OBEDECENDO AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE
ANEXO.

São José das Palmeiras, 14 de Julho de 2014.

Carimbo do CNPJ:



JOSÉ ROBERTO RIGO
CPF 805.212.749-15

ANEXO I
PROPOSTA DE PREÇO
CREDENCIAMENTO N.º 01/2015
RELAÇÃO DE MATERIAIS DA LICITAÇÃO

Item	Especificação	Unidade (kg)	Quantidade	Valor Unitário	Total R\$
1	Abóbora Seca Descascada em Cubos	Kg	250	R\$ 3,41	R\$ 852,50
2	Abobrinha	Kg	200	R\$ 2,48	R\$ 496,00
3	Aipim/Mandioca descascada	Kg	500	R\$ 2,34	R\$ 1.170,00
4	Alface	Kg	200	R\$ 3,70	R\$ 740,00
5	Alho	Kg	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
6	Almeirão	Kg	150	R\$ 3,66	R\$ 549,00
7	Banana caturra/nanica	Kg	500	R\$ 1,58	R\$ 790,00
8	Banana Maçã/prata	Kg	300	R\$ 2,30	R\$ 690,00
9	Batata doce	Kg	400	R\$ 2,02	R\$ 808,00
10	Beterraba	Kg	200	R\$ 2,31	R\$ 462,00
11	Bolacha caseira	Kg	400	R\$ 10,11	R\$ 4.044,00
12	Brócolis	Kg	150	R\$ 4,28	R\$ 642,00
13	Cebolinha	Kg	50	R\$ 5,73	R\$ 286,50
14	Cenoura	Kg	300	R\$ 2,45	R\$ 735,00
15	Chuchu	Kg	150	R\$ 1,60	R\$ 240,00
16	Couve Manteiga	Kg	150	R\$ 2,85	R\$ 427,50
17	Cuca/bolo simples	Kg	400	R\$ 8,63	R\$ 3.452,00
18	Doce de frutas	Kg	150	R\$ 7,48	R\$ 1.122,00
19	Feijão T1 e 2 (a granel)	Kg	200	R\$ 3,13	R\$ 626,00
20	Jabuticaba	Kg	200	R\$ 3,11	R\$ 622,00
21	Laranja pera/lima	Kg	500	R\$ 1,38	R\$ 690,00
22	Maçã	Kg	200	R\$ 3,42	R\$ 684,00
23	Macarrão caseiro congelado	Kg	200	R\$ 6,83	R\$ 1.366,00
24	Mamão	Kg	150	R\$ 1,60	R\$ 240,00
25	Melancia	Kg	300	R\$ 1,40	R\$ 420,00
26	Milho Verde (sem palha)	Kg	350	R\$ 2,70	R\$ 945,00
27	Pão caseiro	Kg	500	R\$ 7,26	R\$ 3.630,00
28	Repolho	Kg	150	R\$ 1,91	R\$ 286,50
29	Salsinha	Kg	50	R\$ 7,36	R\$ 368,00
30	Tangerina/Poncã	Kg	350	R\$ 1,90	R\$ 665,00
TOTAL.....					R\$ 28.549,00

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO DE ACORDO COM O EDITAL
VALIDADE DA PROPOSTA É ATÉ 31/12/2015.
PROPONHO-ME A FORNECER OS MATERIAIS CONSTANTES DO ANEXO I, OBEDECENDO AS QUANTIDADES E
ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE ANEXO.

São José das Palmeiras, 11 de Junho de 2015.

Carimbo do CNPJ:



Assinatura do Proponente

RELAÇÃO DOS ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA 2016

Item	Especificação	Unid(kg)	Quantida	Valor Unitário	Total R\$
1	Abacaxi	Kg	180	R\$ 2,89	R\$ 520,20
2	Abóbora Seca Descascada em Cubos	Kg	100	R\$ 3,06	R\$ 306,00
3	Abobrinha	Kg	150	R\$ 2,12	R\$ 318,00
4	Aipim/Mandioca descascada	Kg	300	R\$ 2,85	R\$ 855,00
5	Alface	Kg	300	R\$ 2,82	R\$ 846,00
6	Alho	Kg	60	R\$ 10,76	R\$ 645,60
7	Almeirão	Kg	50	R\$ 3,12	R\$ 156,00
8	Banana caturra/nanica	Kg	400	R\$ 1,44	R\$ 576,00
9	Banana Maçã/prata	Kg	300	R\$ 1,98	R\$ 594,00
10	Batata doce	Kg	300	R\$ 2,11	R\$ 633,00
11	Beterraba	Kg	250	R\$ 2,42	R\$ 605,00
12	Bolacha caseira	Kg	450	R\$ 10,94	R\$ 4.923,00
13	Brócolis	Kg	100	R\$ 3,69	R\$ 369,00
14	Cebolinha	Kg	50	R\$ 5,25	R\$ 262,50
15	Cenoura	Kg	350	R\$ 2,20	R\$ 770,00
16	Chuchu	Kg	200	R\$ 1,69	R\$ 338,00
17	Couve Manteiga	Kg	200	R\$ 3,03	R\$ 606,00
18	Cuca/bolo simples	Kg	450	R\$ 9,15	R\$ 4.117,50
19	Doce de frutas	Kg	50	R\$ 11,69	R\$ 584,50
20	Feijão T1 e 2 (a granel)	Kg	100	R\$ 3,54	R\$ 354,00
21	Jabuticaba	Kg	100	R\$ 2,48	R\$ 248,00
22	Laranja pera/lima	Kg	300	R\$ 1,34	R\$ 402,00
23	Maçã	Kg	350	R\$ 3,31	R\$ 1.158,50
24	Macarrão caseiro congelado	Kg	100	R\$ 6,83	R\$ 683,00
25	Mamão	Kg	220	R\$ 2,47	R\$ 543,40
26	Melancia	Kg	350	R\$ 1,11	R\$ 388,50
27	Milho Verde (sem palha)	Kg	150	R\$ 3,11	R\$ 466,50
28	Pão caseiro	Kg	550	R\$ 7,61	R\$ 4.185,50
29	Repolho	Kg	300	R\$ 1,33	R\$ 399,00
30	Salsinha	Kg	50	R\$ 6,12	R\$ 306,00
31	Tangerina/Poncã	Kg	300	R\$ 2,46	R\$ 738,00

R\$ 27.897,70

Obs: Os preços utilizados foi a tabela
do PEA 2016. 01 de março de 2016

RELAÇÃO DOS ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA DISPONIBILIZADOS PARA O
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE 2017

Item	Especificação	Unid(kg)	Quantida	Valor Unitário	Total R\$
1	Abacaxi - Convencional	Kg	100	R\$ 3,17	R\$ 317,00
2	Abóbora Seca desc em Cubos -Conv.	Kg	100	R\$ 3,35	R\$ 335,00
3	Abobrinha -Convencional	Kg	100	R\$ 2,32	R\$ 232,00
4	Alface -Convencional	Kg	300	R\$ 3,09	R\$ 927,00
5	Alho - Convencional	Kg	60	R\$ 11,79	R\$ 707,40
6	Almeirão - Convencional	Kg	50	R\$ 3,42	R\$ 171,00
7	Banana caturra/nanica - Convencional	Kg	200	R\$ 1,58	R\$ 316,00
8	Banana Maçã/prata -Convencional	Kg	400	R\$ 2,17	R\$ 868,00
9	Batata doce -Convencional	Kg	200	R\$ 2,31	R\$ 462,00
10	Beterraba -Convencional	Kg	250	R\$ 2,65	R\$ 662,50
11	Bolacha caseira -Convencional	Kg	400	R\$ 10,94	R\$ 4.376,00
12	Brócolis -Convencional	Kg	100	R\$ 4,04	R\$ 404,00
13	Cebolinha -Convencional	Kg	50	R\$ 5,75	R\$ 287,50
14	Cenoura -Convencional	Kg	300	R\$ 2,41	R\$ 723,00
15	Chuchu - Convencional	Kg	200	R\$ 1,85	R\$ 370,00
16	Couve Manteiga -Convencional	Kg	200	R\$ 3,32	R\$ 664,00
17	Cuca/bolo simples -Convencional	Kg	300	R\$ 9,15	R\$ 2.745,00
18	Doce de frutas pastoso -Convencional	Kg	50	R\$ 11,69	R\$ 584,50
19	Feijão cores - Convencional	Kg	100	R\$ 3,88	R\$ 388,00
20	Jabuticaba -Convencional	Kg	100	R\$ 2,72	R\$ 272,00
21	Laranja baiana - Convencional	kg	250	R\$ 1,63	R\$ 407,50
22	Laranja pera/lima -Convencional	Kg	300	R\$ 1,47	R\$ 441,00
23	Maçã -Convencional	Kg	150	R\$ 3,31	R\$ 496,50
24	Mamão -Convencional	Kg	150	R\$ 2,47	R\$ 370,50
25	Mandioca desc. Embal cong. - Conv	Kg	300	R\$ 3,12	R\$ 936,00
26	Melancia -Convencional	Kg	250	R\$ 1,16	R\$ 290,00
27	Mexerica/murgott -Convencional	Kg	100	R\$ 2,51	R\$ 251,00
28	Milho Verde (sem palha) -Convencional	Kg	150	R\$ 3,41	R\$ 511,50
29	Pão caseiro- Convencional	Kg	600	R\$ 8,23	R\$ 4.938,00
30	Pepino - Convencional	Kg	100	R\$ 2,41	R\$ 241,00
31	Repolho - Convencional	Kg	250	R\$ 1,46	R\$ 365,00
32	Salsinha - Convencional	Kg	50	R\$ 6,71	R\$ 335,50
33	Tangerina/Poncã -Convencional	Kg	300	R\$ 2,46	R\$ 738,00
34	Tomate - Convencional	kg	200	R\$ 2,91	R\$ 582,00

R\$ 26.715,40

Obs: Os preços de referência foi a tabela
do PNAE - Merenda Estadual 2017

Relação dos alimentos disponibilizados pela Agricultura Familiar
para o PNAE MUNICIPAL 2018

Item	Especificação	Unid(kg)	Quantida	Valor Unitário	Total R\$
1	Abacaxi - Convencional	Kg	100	R\$ 2,93	R\$ 293,00
2	Abóbora Seca desc em Cubos -Conv.	Kg	150	R\$ 3,37	R\$ 505,50
3	Abobrinha -Convencional	Kg	100	R\$ 2,37	R\$ 237,00
4	Alface -Convencional	Kg	300	R\$ 3,88	R\$ 1.164,00
5	Alho - Convencional	Kg	60	R\$ 19,23	R\$ 1.153,80
6	Almeirão - Convencional	Kg	50	R\$ 4,43	R\$ 221,50
7	Banana caturra/nanica - Convencional	Kg	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
8	Banana Maçã/prata -Convencional	Kg	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
9	Batata doce -Convencional	Kg	400	R\$ 1,98	R\$ 792,00
10	Beterraba -Convencional	Kg	250	R\$ 2,55	R\$ 637,50
11	Bolacha caseira -Convencional	Kg	250	R\$ 13,45	R\$ 3.362,50
12	Brócolis -Convencional	Kg	100	R\$ 4,34	R\$ 434,00
13	Cebolinha -Convencional	Kg	50	R\$ 8,27	R\$ 413,50
14	Cenoura -Convencional	Kg	300	R\$ 2,24	R\$ 672,00
15	Chuchu - Convencional	Kg	200	R\$ 1,92	R\$ 384,00
16	Couve Manteiga -Convencional	Kg	200	R\$ 4,63	R\$ 926,00
17	Cuca/bolo simples -Convencional	Kg	300	R\$ 10,53	R\$ 3.159,00
18	Doce de frutas pastoso -Convencional	Kg	50	R\$ 11,53	R\$ 576,50
19	Feijão cores - Convencional	Kg	100	R\$ 5,24	R\$ 524,00
20	Jabuticaba -Convencional	Kg	100	R\$ 4,30	R\$ 430,00
21	Laranja baiana/lima - Convencional	kg	150	R\$ 2,00	R\$ 300,00
22	Laranja pcrá-Convencional	Kg	200	R\$ 1,64	R\$ 328,00
23	Maçã -Convencional	Kg	150	R\$ 3,32	R\$ 498,00
24	Mamão -Convencional	Kg	150	R\$ 2,29	R\$ 343,50
25	Mandioca desc. Embal cong. - Conv	Kg	350	R\$ 3,58	R\$ 1.253,00
26	Melancia -Convencional	Kg	250	R\$ 1,51	R\$ 377,50
27	Mexerica/murgott -Convencional	Kg	200	R\$ 1,81	R\$ 362,00
28	Milho Verde (sem palha) -Convencional	Kg	150	R\$ 3,45	R\$ 517,50
29	Pão caseiro- Convencional	Kg	600	R\$ 8,40	R\$ 5.040,00
30	Pepino - Convencional	Kg	100	R\$ 3,00	R\$ 300,00
31	Repolho - Convencional	Kg	350	R\$ 1,72	R\$ 602,00
32	Salsinha - Convencional	Kg	100	R\$ 8,08	R\$ 808,00
33	Tangerina/Poncã -Convencional	Kg	200	R\$ 1,76	R\$ 352,00
34	Tomate - Convencional	kg	200	R\$ 3,23	R\$ 646,00

R\$ 28.994,30

Obs: Os preços de referência foi a Tabela de
Preços do PNAE Estadual 2018



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED

RESUMO DO PROJETO DE VENDA

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Ref: Edital de Chamada Pública Nº 002/2014 - SEED

INTENÇÃO DE VENDA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PROTOCOLO nº: 1028

I - IDENTIFICAÇÃO DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO PROPONENTE

1.Nome do Proponente: Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1 de Março
2.CNPJ: 07.929.675/0001-69
3.Endereço: Linha Barra Funda 25
4.Município: São José das Palmeiras 5.UF: PR 6.CEP: 85.898-000
7.E-mail: ademir.zamban@hotmail.com
8.Banco: 0 9.Nº da Agência: 0 10.Nº da Conta Corrente: 0
11.Nome do Representante Legal: JOSÉ ROBERTO RIGO
12.CPF: 805.212.749-15
13.Telefone: (45)8804-3358
14.Nº. cooperados/associados: 65

II - TOTALIZAÇÃO

- Nº. de municípios contemplados: 1
- Nº. de escolas contempladas: 1

NÚCLEO	MUNICÍPIO	ESCOLAS
TOLEDO	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	1

GRUPOS	VALOR MÁXIMO (R\$)	QUANTIDADE (KG)
01) FRUTAS	7.547,84	3.296
10) SUCOS	3.658,05	495
11) COMPLEMENTOS	1.853,28	198
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	2.894,40	864
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	4.879,68	2.208
7) PANIFICADOS	5.512,86	738
8) CEREAIS	1.328,40	369
9) FEIJÕES	1.313,64	369
TOTAL	28.988,15	8.537

GRUPO	ALIMENTOS CONTEMPLADOS	TIPO
01) FRUTAS	10- Maçã	Convencional
01) FRUTAS	11- Mamão	Convencional
01) FRUTAS	12- Manga	Convencional
01) FRUTAS	13- Maracujá	Convencional
01) FRUTAS	14- Melancia	Convencional
01) FRUTAS	15- Melão Caipira	Convencional
01) FRUTAS	19- Tangerina/poncã/murgote/mexerica	Convencional
01) FRUTAS	1-Abacate	Convencional
01) FRUTAS	20- Uva	Convencional
01) FRUTAS	3-Ameixa Vermelha	Convencional
01) FRUTAS	4-Banana catupira/maçã/prata	Convencional
01) FRUTAS	5- Caqui chocolate/café	Convencional
01) FRUTAS	7- Jabuticaba	Convencional
01) FRUTAS	9- Laranja pera/lima	Convencional
10) SUCOS	1- Polpa de fruta cong	Convencional
10) SUCOS	2- Suco de laranja integral	Convencional
10) SUCOS	3- Suco de fruta concentrado	Convencional

GRUPO	ALIMENTOS CONTEMPLADOS	TIPO
11) COMPLEMENTOS	1- Doce de frutas pastoso/geléia	Convencional
11) COMPLEMENTOS	2- Mel	Convencional
11) COMPLEMENTOS	3- Bolacha caseira	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	10- Limão Rosa	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	13- Pimentão	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	14- Quiabo	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	15- Rabanete	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	16- Repolho Verde/roxo	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	17- Rúcula	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	18- Salsinha	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	1- Acelga/couve chinesa	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	3- Alface crespa/lisa	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	4- Alho Nacional	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	5- Almeirão	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	7- Cebolinha Verde	Convencional
2) HORT. TEMP. E SEMENTES	8- Couve Manteiga	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	10-Cenoura	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	11-Chuchu	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	12-Couve Flor	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	14-Mandioca desc.picada.embal.vácuo ou congelada	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	15- Milho verde sem palha	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	16- Pepino	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	17- Tomate	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	18-Vagem	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	1- Abóbora desc/pic/ embal.à vácuo ou cong	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	2- Abobrinha Verde	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	3- Batata Doce	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	6- Berinjela	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	7-Beterraba	Convencional
3) LEGUMES E TUBÉRCULOS	8-Brocolis	Convencional
7) PANIFICADOS	1- Cuca/Bolo simples	Convencional
7) PANIFICADOS	2- Pão Caseiro fatiado ou individ.50g.	Convencional
8) CEREAIS	7- Macarrão seco	Convencional
9) FEIJÕES	1-Feijão cores tipo 1	Convencional



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED
PROJETO DE VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PRODUTOS A FORNECERR)

Projeto para atendimento do Chamamento Público Nº 001/2016

I - IDENTIFICAÇÃO DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO

PROTOCOLO No. 1201

1.Nome do Proponente: Associação Municipal da Agricultura Familiar e Orgânica 1 de Março
2.CNPJ: 07.929.675/0001-69
3.Endereço: Linha Barra Funda , 25
4.Município: São José das Palmeiras
5.UF: PR 6.CEP: 85.898-000
7.E-mail: ademir.zamban@hotmail.com
8.Banco: null 9.Nº da Agência: null 10.Nº da Conta Corrente: 0
11.Nome do Representante Legal: JOSÉ ROBERTO RIGO 12.CPF: 805.212.749-15
13.Telefone: 8804-3358

II - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO (VENCEDOR)

Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS

Estabelecimento: SAO JOSE, C E - E FUND MEDIO

Abril/2016			
Grupo	Valor Médio do Grupo(R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,48	279,000	R\$ 691,92
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 2,80	63,000	R\$ 176,40
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,76	153,000	R\$ 422,28
04) TEMPEROS	R\$ 5,37	9,000	R\$ 48,33
07) PANIFICADOS	R\$ 8,38	68,000	R\$ 569,84
10) COMPLEMENTOS	R\$ 12,14	9,000	R\$ 109,26
11) FEIJÕES	R\$ 3,54	24,000	R\$ 84,96
12) CEREAL	R\$ 1,89	9,000	R\$ 17,01
Total do Mês:		614,000	R\$ 2.120,00

Maio/2016			
Grupo	Valor Médio do Grupo(R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,48	372,000	R\$ 922,56
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 2,80	84,000	R\$ 235,20
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,76	204,000	R\$ 563,04
04) TEMPEROS	R\$ 5,37	12,000	R\$ 64,44
07) PANIFICADOS	R\$ 8,38	68,000	R\$ 569,84
10) COMPLEMENTOS	R\$ 12,14	9,000	R\$ 109,26
Total do Mês:		749,000	R\$ 2.464,34

Junho/2016			
Grupo	Valor Médio do Grupo(R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,48	372,000	R\$ 922,56
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 2,80	84,000	R\$ 235,20

Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS

Estabelecimento: SAO JOSE, C E - E FUND MEDIO

03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,76	204,000	R\$ 563,04
04) TEMPEROS	R\$ 5,37	12,000	R\$ 64,44
07) PANIFICADOS	R\$ 8,38	68,000	R\$ 569,84
10) COMPLEMENTOS	R\$ 12,14	9,000	R\$ 109,26
11) FEIJÕES	R\$ 3,54	24,000	R\$ 84,96
12) CEREAL	R\$ 1,89	9,000	R\$ 17,01
Total do Mês:		782,000	R\$ 2.566,31

Julho/2016			
Grupo	Valor Médio do Grupo(R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,48	186,000	R\$ 461,28
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 2,80	42,000	R\$ 117,60
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,76	102,000	R\$ 281,52
04) TEMPEROS	R\$ 5,37	6,000	R\$ 32,22
07) PANIFICADOS	R\$ 8,38	34,000	R\$ 284,92
Total do Mês:		370,000	R\$ 1.177,54

Agosto/2016			
Grupo	Valor Médio do Grupo(R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,48	465,000	R\$ 1.153,20
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 2,80	105,000	R\$ 294,00
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,76	255,000	R\$ 703,80
04) TEMPEROS	R\$ 5,37	15,000	R\$ 80,55
07) PANIFICADOS	R\$ 8,38	68,000	R\$ 569,84
10) COMPLEMENTOS	R\$ 12,14	9,000	R\$ 109,26
11) FEIJÕES	R\$ 3,54	24,000	R\$ 84,96
12) CEREAL	R\$ 1,89	9,000	R\$ 17,01
Total do Mês:		950,000	R\$ 3.012,62

Setembro/2016			
Grupo	Valor Médio do Grupo(R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,48	279,000	R\$ 691,92
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 2,80	63,000	R\$ 176,40
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,76	153,000	R\$ 422,28
04) TEMPEROS	R\$ 5,37	9,000	R\$ 48,33
07) PANIFICADOS	R\$ 8,38	68,000	R\$ 569,84
10) COMPLEMENTOS	R\$ 12,14	9,000	R\$ 109,26
Total do Mês:		581,000	R\$ 2.018,03

Outubro/2016			
Grupo	Valor Médio do Grupo(R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,48	279,000	R\$ 691,92
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 2,80	63,000	R\$ 176,40
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,76	153,000	R\$ 422,28
04) TEMPEROS	R\$ 5,37	9,000	R\$ 48,33
07) PANIFICADOS	R\$ 8,38	68,000	R\$ 569,84
10) COMPLEMENTOS	R\$ 12,14	9,000	R\$ 109,26
11) FEIJÕES	R\$ 3,54	24,000	R\$ 84,96
12) CEREAL	R\$ 1,89	9,000	R\$ 17,01
Total do Mês:		614,000	R\$ 2.120,00

Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS

Estabelecimento: SAO JOSE, C E - E FUND MEDIO

Novembro/2016			
Grupo	Valor Médio do Grupo(R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,48	279,000	R\$ 691,92
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 2,80	63,000	R\$ 176,40
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,76	153,000	R\$ 422,28
04) TEMPEROS	R\$ 5,37	9,000	R\$ 48,33
07) PANIFICADOS	R\$ 8,38	68,000	R\$ 569,84
10) COMPLEMENTOS	R\$ 12,14	9,000	R\$ 109,26
Total do Mês:		581,000	R\$ 2.018,03

Total do Estabelecimento: R\$ 17.496,87

Total do Município: R\$ 17.496,87

GRUPOS	VALOR (R\$)	QUANTIDADE (kg)
01) FRUTAS In natura	6.227,28	2.511
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	1.587,60	567
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	3.800,52	1.377
04) TEMPEROS	434,97	81
07) PANIFICADOS	4.273,80	510
10) COMPLEMENTOS	764,82	63
11) FEIJÕES	339,84	96
12) CEREAL	68,04	36
TOTAL	17.496,87	5.241

GRUPO	ALIMENTOS CONTEMPLADOS	TIPO
01) FRUTAS In natura	01 - Abacate	Convencional
01) FRUTAS In natura	02 - Abacaxi	Convencional
01) FRUTAS In natura	03 - Ameixa Vermelha	Convencional
01) FRUTAS In natura	04 - Banana Caturra	Convencional
01) FRUTAS In natura	05 - Banana maçã/prata	Convencional
01) FRUTAS In natura	06 - Caqui chocolate/café	Convencional
01) FRUTAS In natura	08 - Jabuticaba	Convencional
01) FRUTAS In natura	10 - Laranja pera	Convencional
01) FRUTAS In natura	11 - Laranja baiana/lima	Convencional
01) FRUTAS In natura	12 - Maçã	Convencional
01) FRUTAS In natura	13 - Mamão	Convencional
01) FRUTAS In natura	14 - Manga	Convencional
01) FRUTAS In natura	15 - Maracujá	Convencional
01) FRUTAS In natura	16 - Melancia	Convencional
01) FRUTAS In natura	20 - Poncã	Convencional
01) FRUTAS In natura	21 - Bergamota/Mexirica/Mimosa/Murcote/Tangerina	Convencional
01) FRUTAS In natura	22 - Uva	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	01 - Acelga/couve chinesa	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	03 - Alface crespa/lisa	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	04 - Almeirão	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	05 - Couve Manteiga	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	08 - Quiabo	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	09 - Rabanete	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	10 - Repolho Verde/roxo	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	11 - Rúcula	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	01 - Abóbora desc/pic/ embal.à vácuo ou cong	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	02 - Abobrinha Verde	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	03 - Batata Doce	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	06 - Berinjela	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	07 - Beterraba	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	08 - Brócolis	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	10 - Cenoura	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	11 - Chuchu	Convencional

GRUPO	ALIMENTOS CONTEMPLADOS	TIPO
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	12 - Couve Flor	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	13 - Inhame	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	14 - Mandioca desc.picada.embal.vácuo ou congelado	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	15 - Milho verde sem palha	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	16 - Pepino	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	17 - Tomate	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	18 - Vagem	Convencional
04) TEMPEROS	01 - Alho Nacional	Convencional
04) TEMPEROS	03 - Cebolinha Verde	Convencional
04) TEMPEROS	04 - Limão Rosa	Convencional
04) TEMPEROS	06 - Pimentão	Convencional
04) TEMPEROS	07 - Salsinha	Convencional
07) PANIFICADOS	01 - Cuca/Bolo simples	Convencional
07) PANIFICADOS	02 - Pão Caseiro fatiado ou individ.50g.	Convencional
10) COMPLEMENTOS	01 - Bolacha caseira	Convencional
10) COMPLEMENTOS	02 - Doce de frutas pastoso/geléia	Convencional
11) FEIJÕES	01 - Feijão cores até tipo 2	Convencional
12) CEREAL	01 - Farinha mandioca torrada ou biju	Convencional



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED
PROJETO DE VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PRODUTOS A FORNECERR)

Projeto para atendimento do Chamamento Público Nº 001/2017

I - IDENTIFICAÇÃO DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO

PROTOCOLO No. 1709

1.Nome do Proponente: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO
2.CNPJ: 07.929.675/0001-69
3.Endereço: RUA 7 DE SETEMBRO, 1
4.Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS
5.UF: PR 6.CEP: 85.898-000
7.E-mail: ademir.zamban@hotmail.com
8.Banco: null 9.Nº da Agência: null 10.Nº da Conta Corrente: 0
11.Nome do Representante Legal: JOSÉ ROBERTO RIGO 12.CPF: 805.212.749-15
13.Telefone: (45)98804-3358

II - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO (VENCEDOR)

Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS

Estabelecimento: SAO JOSE, C E-EF M

Junho/2017			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,41	293,000	R\$ 706,13
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,07	77,000	R\$ 236,39
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,94	203,000	R\$ 596,82
04) TEMPEROS	R\$ 5,28	9,000	R\$ 47,52
Total do Mês:		582,000	R\$ 1.586,86

Julho/2017			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,41	195,000	R\$ 469,95
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,07	51,000	R\$ 156,57
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,94	135,000	R\$ 396,90
04) TEMPEROS	R\$ 5,28	6,000	R\$ 31,68
11) FEIJÕES	R\$ 3,88	45,000	R\$ 174,60
Total do Mês:		432,000	R\$ 1.229,70

Agosto/2017			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,41	488,000	R\$ 1.176,08
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,07	128,000	R\$ 392,96
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,94	338,000	R\$ 993,72
04) TEMPEROS	R\$ 5,28	15,000	R\$ 79,20
Total do Mês:		969,000	R\$ 2.641,96

Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS

Estabelecimento: SAO JOSE, C E-EF M

Setembro/2017			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,41	195,000	R\$ 469,95
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,07	51,000	R\$ 156,57
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,94	135,000	R\$ 396,90
04) TEMPEROS	R\$ 5,28	6,000	R\$ 31,68
11) FEIJÕES	R\$ 3,88	45,000	R\$ 174,60
Total do Mês:		432,000	R\$ 1.229,70

Outubro/2017			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,41	293,000	R\$ 706,13
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,07	77,000	R\$ 236,39
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,94	203,000	R\$ 596,82
04) TEMPEROS	R\$ 5,28	9,000	R\$ 47,52
Total do Mês:		582,000	R\$ 1.586,86

Novembro/2017			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,41	293,000	R\$ 706,13
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,07	77,000	R\$ 236,39
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,94	203,000	R\$ 596,82
04) TEMPEROS	R\$ 5,28	9,000	R\$ 47,52
11) FEIJÕES	R\$ 3,88	45,000	R\$ 174,60
Total do Mês:		627,000	R\$ 1.761,46

Dezembro/2017			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,41	98,000	R\$ 236,18
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,07	26,000	R\$ 79,82
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 2,94	68,000	R\$ 199,92
04) TEMPEROS	R\$ 5,28	3,000	R\$ 15,84
Total do Mês:		195,000	R\$ 531,76

Total do Estabelecimento: R\$ 10.568,30

Total do Município: R\$ 10.568,30

GRUPOS	VALOR (R\$)	QUANTIDADE (kg)
01) FRUTAS In natura	4.470,55	1.855
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	1.495,09	487
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	3.777,90	1.285
04) TEMPEROS	300,96	57
11) FEIJÕES	523,80	135
TOTAL	10.568,30	3.819

GRUPO	ALIMENTOS CONTEMPLADOS	TIPO
01) FRUTAS In natura	01 - Abacate	Convencional
01) FRUTAS In natura	02 - Abacaxi	Convencional
01) FRUTAS In natura	03 - Banana Caturra	Convencional
01) FRUTAS In natura	04 - Banana maçã/prata	Convencional
01) FRUTAS In natura	05 - Caqui	Convencional
01) FRUTAS In natura	07 - Jabuticaba	Convencional
01) FRUTAS In natura	08 - Kiwi	Convencional

GRUPO	ALIMENTOS CONTEMPLADOS	TIPO
01) FRUTAS In natura	09 - Laranja pera	Convencional
01) FRUTAS In natura	10 - Laranja baiana/lima	Convencional
01) FRUTAS In natura	11 - Maça	Convencional
01) FRUTAS In natura	12 - Mamão	Convencional
01) FRUTAS In natura	13 - Manga	Convencional
01) FRUTAS In natura	14 - Melancia	Convencional
01) FRUTAS In natura	17 - Poncã	Convencional
01) FRUTAS In natura	18 - Mexerica/Murcote	Convencional
01) FRUTAS In natura	19 - Uva	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	01 - Acelga	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	03 - Alface	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	04 - Almeirão	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	05 - Couve Manteiga	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	06 - Escarola	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	09 - Quiabo	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	10 - Rabanete	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	11 - Repolho	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	12 - Rúcula	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	01 - Abóbora desc/pic/ embal.à vácuo	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	02 - Abobrinha Verde	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	03 - Batata Doce	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	06 - Berinjela	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	07 - Beterraba	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	08 - Brócolis	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	09 - Cará	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	10 - Cenoura	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	11 - Chuchu	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	12 - Couve Flor	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	13 - Inhame	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	14 - Mandioca desc.picada.embal.vácuo	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	15 - Milho verde sem palha	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	16 - Pepino	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	17 - Tomate	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	18 - Vagem	Convencional
04) TEMPEROS	01 - Alho Nacional	Convencional
04) TEMPEROS	02 - Cebola	Convencional
04) TEMPEROS	03 - Cebolinha Verde	Convencional
04) TEMPEROS	04 - Limão	Convencional
04) TEMPEROS	06 - Pimentão	Convencional
04) TEMPEROS	07 - Salsinha	Convencional
11) FEIJÕES	01 - Feijão cores até tipo 2	Convencional



PROJETO DE VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PRODUTOS A FORNECER)

Projeto para atendimento do Chamamento Público Nº 001/2018

I - IDENTIFICAÇÃO DA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO

PROTOCOLO No. 1987

- 1.Nome do Proponente: ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA 1º DE MARÇO
2.CNPJ: 07.929.675/0001-69
3.Endereço: RUA 7 DE SETEMBRO, 1
4.Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS
5.UF: PR 6.CEP: 85.898-000
7.E-mail: ademir.zamban@hotmail.com
8.Nome do Representante Legal: JOSÉ ROBERTO RIGO
9.CPF: 805.212.749-15
10.Telefone: (45)98804-3358 - (45)3259-1578

II - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO (VENCEDOR)

Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS

Estabelecimento: SAO JOSE, C E-EF M

Fevereiro/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	194,000	R\$ 521,86
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	50,000	R\$ 193,50
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	136,000	R\$ 433,84
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	8,000	R\$ 67,36
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	34,000	R\$ 358,02
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		440,000	R\$ 1.816,68

Março/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	388,000	R\$ 1.043,72
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	100,000	R\$ 387,00
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	272,000	R\$ 867,68
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	16,000	R\$ 134,72
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	68,000	R\$ 716,04
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		862,000	R\$ 3.391,26

Abril/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	388,000	R\$ 1.043,72
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	100,000	R\$ 387,00
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	272,000	R\$ 867,68
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	16,000	R\$ 134,72
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	68,000	R\$ 716,04
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10

Total do Mês:	862,000	R\$ 3.391,26
----------------------	---------	--------------

Maio/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	291,000	R\$ 782,79
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	75,000	R\$ 290,25
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	204,000	R\$ 650,76
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	12,000	R\$ 101,04
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	68,000	R\$ 716,04
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		668,000	R\$ 2.782,98

Junho/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	388,000	R\$ 1.043,72
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	100,000	R\$ 387,00
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	272,000	R\$ 867,68
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	16,000	R\$ 134,72
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	68,000	R\$ 716,04
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		862,000	R\$ 3.391,26

Julho/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	194,000	R\$ 521,86
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	50,000	R\$ 193,50
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	136,000	R\$ 433,84
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	8,000	R\$ 67,36
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	34,000	R\$ 358,02
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		440,000	R\$ 1.816,68

Agosto/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	485,000	R\$ 1.304,65
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	125,000	R\$ 483,75
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	340,000	R\$ 1.084,60
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	20,000	R\$ 168,40
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	102,000	R\$ 1.074,06
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		1090,000	R\$ 4.357,56

Setembro/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	388,000	R\$ 1.043,72
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	100,000	R\$ 387,00
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	272,000	R\$ 867,68
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	16,000	R\$ 134,72
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	68,000	R\$ 716,04
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		862,000	R\$ 3.391,26

Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS

Estabelecimento: SAO JOSE, C E-EF M

Outubro/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	291,000	R\$ 782,79
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	50,000	R\$ 193,50
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	204,000	R\$ 650,76
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	12,000	R\$ 101,04
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	68,000	R\$ 716,04
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		643,000	R\$ 2.686,23

Novembro/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	291,000	R\$ 782,79
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	75,000	R\$ 290,25
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	204,000	R\$ 650,76
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	12,000	R\$ 101,04
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	68,000	R\$ 716,04
10) COMPLEMENTOS	R\$ 13,45	18,000	R\$ 242,10
Total do Mês:		668,000	R\$ 2.782,98

Dezembro/2018			
Grupo	Valor Médio do Grupo (R\$)	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
01) FRUTAS In natura	R\$ 2,69	97,000	R\$ 260,93
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	R\$ 3,87	25,000	R\$ 96,75
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	R\$ 3,19	68,000	R\$ 216,92
04) TEMPEROS	R\$ 8,42	4,000	R\$ 33,68
07) PANIFICADOS	R\$ 10,53	34,000	R\$ 358,02
Total do Mês:		228,000	R\$ 966,30

Total do Estabelecimento: R\$ 30.774,45

Total do Município: R\$ 30.774,45

GRUPOS	VALOR (R\$)	QUANTIDADE (kg)
01) FRUTAS In natura	9.132,55	3.395
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	3.289,50	850
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	7.592,20	2.380
04) TEMPEROS	1.178,80	140
07) PANIFICADOS	7.160,40	680
10) COMPLEMENTOS	2.421,00	180
TOTAL	30.774,45	7.625

GRUPO	ALIMENTOS CONTEMPLADOS	TIPO
01) FRUTAS In natura	01 - Abacate	Convencional
01) FRUTAS In natura	02 - Abacaxi	Convencional
01) FRUTAS In natura	03 - Banana Caturra	Convencional
01) FRUTAS In natura	04 - Banana maçã/prata	Convencional
01) FRUTAS In natura	05 - Caqui	Convencional
01) FRUTAS In natura	07 - Jabuticaba	Convencional
01) FRUTAS In natura	09 - Laranja pera	Convencional
01) FRUTAS In natura	10 - Laranja baiana/lima	Convencional
01) FRUTAS In natura	11 - Maçã	Convencional
01) FRUTAS In natura	12 - Mamão	Convencional
01) FRUTAS In natura	13 - Manga	Convencional
01) FRUTAS In natura	14 - Melancia	Convencional
01) FRUTAS In natura	17 - Poncã	Convencional

Emissão:22/01/2018 09.45.35

Página 3 de 4

GRUPO	ALIMENTOS CONTEMPLADOS	TIPO
01) FRUTAS In natura	18 - Mexerica/Murcote	Convencional
01) FRUTAS In natura	19 - Uva	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	01 - Acelga	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	03 - Alface	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	04 - Almeirão	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	05 - Couve Manteiga	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	06 - Escarola	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	09 - Quiabo	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	10 - Rabanete	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	11 - Repolho	Convencional
02) HORTALIÇAS E SEMENTE	12 - Rúcula	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	01 - Abóbora desc/pic/ embal.à vácuo	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	02 - Abobrinha Verde	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	03 - Batata Doce	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	06 - Berinjela	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	07 - Beterraba	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	08 - Brócolis	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	10 - Cenoura	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	11 - Chuchu	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	12 - Couve Flor	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	13 - Inhame	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	14 - Mandioca desc.picada.embal.vácuo	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	15 - Milho verde sem palha	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	16 - Pepino	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	17 - Tomate	Convencional
03) LEGUMES E TUBÉRCULOS	18 - Vagem	Convencional
04) TEMPEROS	01 - Alho Nacional	Convencional
04) TEMPEROS	03 - Cebolinha Verde	Convencional
04) TEMPEROS	04 - Limão	Convencional
04) TEMPEROS	06 - Pimentão	Convencional
04) TEMPEROS	07 - Salsinha	Convencional
07) PANIFICADOS	01 - Cuca/Bolo simples	Convencional
07) PANIFICADOS	02 - Pão caseiro fatiado ou indiv. 50 g	Convencional
10) COMPLEMENTOS	01 - Bolacha caseira	Convencional
10) COMPLEMENTOS	02 - Doce de frutas pastoso/geleia	Convencional

2016		CMEI	Escola	Idosos	Peti	CRAS	Pastora	1482	
PRODUTO	Unidade							Qtidade	VALOR UNIT.
ABACATE	KG	40	50	0	10			100	R\$ 1,80
ABOBORA SECA EM CUBOS	KG	80	80	0	40			200	R\$ 3,50
ABOBRINHA VERDE	KG	60	80	0	60			200	R\$ 1,60
ACELGA/COUVE CHINESA	KG	35	35	0	30			100	R\$ 1,90
ACEROLA	KG	25	20	10	20	15	10	310	R\$ 3,50
AIPIM/ MADIOCA DESCASCA	KG	100	150	80	70		50	450	R\$ 2,50
ALFACE	KG	50	100	0	50			200	R\$ 3,50
ALHO	KG	30	40	0	30			100	R\$ 11,00
ALMEIRÃO	KG	20	40	0	40			100	R\$ 3,20
AMEIXA VERMELHA	KG	25	50	0	25			100	R\$ 4,00
AMENDOIM COM CASCA	KG	20	20	10	30	10	10	100	R\$ 4,50
BANANA CATURRA	KG	50	50	50	80	50	20	300	R\$ 1,60
BANANA MAÇÃ	KG	150	100	50	80	60	60	500	R\$ 2,30
BANANA PRATA	KG	100	100	50	80	60	110	500	R\$ 2,20
BATATA DOCE	KG	50	50	0	50		50	200	R\$ 1,70
BERINJELA	KG	40	50	0	40		20	150	R\$ 2,00
BETERRABA	KG	60	80	0	60		50	250	R\$ 2,50
BOLACHA CASEIRA	KG	160	120	100	120	100	100	700	R\$ 11,00
BRÓCOLIS	KG	40	50	0	40		20	150	R\$ 3,50
CAQUI	KG	20	20	20	20		20	100	R\$ 3,00
CARA	KG	40	40	0	20			100	R\$ 2,50
CARNE BOVINA C/ OSSO DIA	KG	200	150	100	100	100	100	750	R\$ 9,00
CARNE BOVINA C/ OSSO TRA	KG	100	150	100	200	100	100	750	R\$ 13,00
CARNE SUINA C/ OSSO	KG	100	100	120	80	120	80	600	R\$ 9,00
CENOURA	KG	80	60	30	50	30	50	300	R\$ 2,30
CEBOLINHA VERDE	KG	60	60	0	30			150	R\$ 5,50
CHUCHU	KG	100	100	0	50	50		300	R\$ 1,50
COUVE MANTEIGA	KG	50	50	0	50	50		200	R\$ 3,20
COUVE-FLOR	KG	50	50	0	50			150	R\$ 4,00
CUCA/BOLO	KG	100	60	50	60	80	50	400	R\$ 9,80
DOCE DE FRUTAS-LEITE PAST	KG	30	20	10	20	10	10	100	R\$ 8,50
ESCAROLA/CHICORIA	kg	50	50	0	50			150	R\$ 3,00
FEIJÃO CORES	kg	100	100	50	100		50	400	R\$ 3,40
FILÉ DE PEIXE CONGELADO	kg	40	65	0	45			150	R\$ 20,00
FRANGO CAIPIRA ABATIDO	kg	125	100	100	100	100	75	600	R\$ 11,00
INHAME	kg	40	60	30	20	50		200	R\$ 2,70
JABUTICABA	KG	0	50	20	70	30	30	200	R\$ 3,00
LARANJA LIMA	KG	60	80	50	60	100	50	400	R\$ 1,80
LARANJA PERA	KG	100	150	50	50	75	75	500	R\$ 1,50
LIMÃO ROSA	KG	20	30	20	20		10	100	R\$ 0,80
LIMÃO TAITI	KG	30	20	20	20		10	100	R\$ 2,00
MAÇÃ	KG	110	80	30	60	70	50	400	R\$ 3,50
MAMÃO	KG	100	100	60	80	60		400	R\$ 2,20
MANGA	KG	40	40	50	20		50	470	R\$ 2,00
MARACUJA	KG	35	30	20	20	20	25	150	R\$ 4,00
MEL ATÉ UM 1KG	KG	10	20	20	20		30	100	R\$ 10,00
MELADO DE CANA	KG	10	20	30	10		30	100	R\$ 6,00

MELANCIA	KG	75	100	50	75	50	50	400	R\$ 0,85
MELÃO CAPIRA	KG	50	50	50	50			200	R\$ 2,20
MEXERICA/MIMOSA/BERGAMOTTE	KG	100	100	50	50	100	50	450	R\$ 1,70
MILHO PIPOCA	KG	10	25	20	10	20	15	100	R\$ 2,80
MILHO VERDE(SEM PALHA)	KG	40	80	80	20		80	300	R\$ 2,70
OVOS	DZ	40	80	90	40		50	300	R\$ 3,50
PÃO CASEIRO	KG	120	180	150	100	150	100	800	R\$ 8,20
PEPINO	KG	30	50	0	20			100	R\$ 1,70
PIMENTÃO	KG	35	35	0	30			100	R\$ 2,50
POLPA DE FRUTAS CONGELADA	KG	35	40	10	20	30	15		R\$ 8,50
QUEIJO COLONIAL	KG	15	30	15	20	0	20	100	R\$ 14,00
QUIABO	KG	50	50	0	50			150	R\$ 3,00
REPOLHO	KG	95	120	75	55		50	395	R\$ 0,90
SALSINHA	KG	20	30	30	20			100	R\$ 7,00
TANGERINA PONKAN	KG	50	100	60	40		50	300	R\$ 1,80
TANGERINA MURKOTT	KG	30	40	60	20		50	200	R\$ 1,80
TOMATE	KG	55	75	60	50	30	30	300	R\$ 3,50
UVA	KG	50	30	50	10		60	200	R\$ 3,50
		3835	4335	2180	3110	1720	2015	17525	

MELÃO CAIPIRA	KG	R\$ 2,20	200	R\$ 440,00
MEXERICA/MIMOSA/BERGAMOTA	KG	R\$ 2,45	400	R\$ 980,00
MILHO PIPOCA	KG	R\$ 2,80	100	R\$ 280,00
MILHO VERDE(SEM PALHA)	KG	R\$ 2,70	300	R\$ 810,00
MORANGUINHO	KG	R\$ 10,00	100	R\$ 1.000,00
OVOS	DZ	R\$ 4,50	300	R\$ 1.350,00
PÃO CASEIRO	KG	R\$ 8,85	900	R\$ 7.965,00
PEPINO	KG	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
PIMENTÃO	KG	R\$ 2,50	100	R\$ 250,00
QUEIJO COLONIAL	KG	R\$ 14,00	100	R\$ 1.400,00
QUIABO	KG	R\$ 3,00	150	R\$ 450,00
REPOLHO	KG	R\$ 1,50	250	R\$ 375,00
SALSINHA	KG	R\$ 7,00	100	R\$ 700,00
TANGERINA PONKAN	KG	R\$ 2,45	300	R\$ 735,00
TANGERINA MURKOTT	KG	R\$ 2,40	200	R\$ 480,00
TOMATE	KG	R\$ 3,50	300	R\$ 1.050,00
UVA	KG	R\$ 4,00	230	R\$ 920,00

17003

R\$ 85.155,55

85.155,84

R\$ 0,29

PROJETO PAA 2018/ PROPOSTA PARA CADASTRAR

PRODUTO	Unid	VALOR UNIT.	Quant.	Valor total
ABACAXI	KG	R\$ 2,90	100	R\$ 290,00
ABACATE	KG	R\$ 1,90	200	R\$ 380,00
ABOBORA SECA EM CUBOS	KG	R\$ 3,35	150	R\$ 502,50
ABOBRINHA	KG	R\$ 2,30	150	R\$ 345,00
ACELGA	KG	R\$ 2,30	100	R\$ 230,00
ACEROLA	KG	R\$ 3,35	200	R\$ 670,00
AIPIM/ MANDIOCA Descascada embal.	KG	R\$ 3,15	450	R\$ 1.417,50
ALFACE	KG	R\$ 3,65	400	R\$ 1.460,00
ALHO	KG	R\$ 16,35	100	R\$ 1.635,00
ALMEIRÃO	KG	R\$ 3,15	100	R\$ 315,00
AMEIXA VERMELHA	KG	R\$ 3,80	100	R\$ 380,00
AMENDOIM COM CASCA	KG	R\$ 7,05	100	R\$ 705,00
BANANA CATURRA	KG	R\$ 2,05	300	R\$ 615,00
BANANA MAÇÃ	KG	R\$ 2,65	500	R\$ 1.325,00
BANANA PRATA	KG	R\$ 2,65	500	R\$ 1.325,00
BATATA DOCE	KG	R\$ 2,25	300	R\$ 675,00
BERINJELA	KG	R\$ 2,45	150	R\$ 367,50
BETERRABA	KG	R\$ 2,60	250	R\$ 650,00
BOLACHA CASEIRA	KG	R\$ 12,65	400	R\$ 5.060,00
BRÓCOLIS	KG	R\$ 4,25	150	R\$ 637,50
CAQUI	KG	R\$ 3,35	100	R\$ 335,00
CARAMBOLA	KG	R\$ 2,90	100	R\$ 290,00
CARNE BOVINA C/ OSSO DIANTEIRA	KG	R\$ 8,15	700	R\$ 5.705,00
CARNE BOVINA C/ OSSO TRASEIRA	KG	R\$ 12,15	750	R\$ 9.112,50
CARNE SUINA C/ OSSO	KG	R\$ 8,05	600	R\$ 4.830,00
CENOURA	KG	R\$ 2,65	300	R\$ 795,00
CEBOLINHA VERDE	KG	R\$ 6,80	100	R\$ 680,00
CHUCHU	KG	R\$ 1,75	200	R\$ 350,00
COUVE MANTEIGA	KG	R\$ 3,50	200	R\$ 700,00
COUVE-FLOR	KG	R\$ 4,05	150	R\$ 607,50
CUCA/BOLO	KG	R\$ 10,30	400	R\$ 4.120,00
DOCE DE FRUTAS- PASTOSO/GELEIA	KG	R\$ 9,80	100	R\$ 980,00
ESCAROLA/CHICORIA	kg	R\$ 3,20	100	R\$ 320,00
FEIJÃO CORES	kg	R\$ 4,05	400	R\$ 1.620,00
CARNE DE FRANGO CAPIRA ABATIDO	kg	R\$ 10,50	600	R\$ 6.300,00
INHAME	kg	R\$ 2,65	100	R\$ 265,00
JABUTICABA	KG	R\$ 3,50	200	R\$ 700,00
LARANJA LIMA	KG	R\$ 2,15	400	R\$ 860,00
LARANJA PERA	KG	R\$ 1,95	500	R\$ 975,00
LIMÃO ROSA	KG	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
LIMÃO TAITI	KG	R\$ 1,80	100	R\$ 180,00
MAMÃO	KG	R\$ 1,95	100	R\$ 195,00
MANGA	KG	R\$ 2,85	200	R\$ 570,00
MARACUJA	KG	R\$ 3,70	150	R\$ 555,00
MEL ATÉ UM 1KG	KG	R\$ 16,50	100	R\$ 1.650,00
MELADO DE CANA	KG	R\$ 8,15	100	R\$ 815,00
MELANCIA	KG	R\$ 1,25	166	R\$ 207,50
MEXERICA/MIMOSA/BERGAMOTA	KG	R\$ 2,25	330	R\$ 742,50

MILHO VERDE(SEM PALHA)	KG	R\$ 2,95	300	R\$ 885,00
MORANGUINHO	KG	R\$ 10,80	100	R\$ 1.080,00
OVOS	DZ	R\$ 4,95	300	R\$ 1.485,00
PÃO CASEIRO	KG	R\$ 8,75	800	R\$ 7.000,00
PEPINO	KG	R\$ 2,05	100	R\$ 205,00
PIMENTÃO	KG	R\$ 2,85	100	R\$ 285,00
QUEIJO COLONIAL	KG	R\$ 14,55	100	R\$ 1.455,00
QUIABO	KG	R\$ 3,05	100	R\$ 305,00
REPOLHO	KG	R\$ 1,75	250	R\$ 437,50
SALSINHA	KG	R\$ 7,55	100	R\$ 755,00
TANGERINA PONKAN	KG	R\$ 2,20	300	R\$ 660,00
TANGERINA MURKOTT	KG	R\$ 2,25	200	R\$ 450,00
TOMATE	KG	R\$ 3,55	200	R\$ 710,00
UVA	KG	R\$ 4,75	150	R\$ 712,50

15146

R\$ 80.000,00

80.000,00

R\$ 0,00

PROJETO PAA 2017 / PROPOSTA PARA CADASTRAR

PRODUTO	Unid	VALOR UNIT.	Quant.	Valor total
ABACAXI	KG	R\$ 2,85	200	R\$ 570,00
ABACATE	KG	R\$ 1,90	200	R\$ 380,00
ABOBORA SECA EM CUBOS	KG	R\$ 3,50	200	R\$ 700,00
ABOBRINHA	KG	R\$ 1,60	150	R\$ 240,00
ACELGA	KG	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
ACEROLA	KG	R\$ 3,30	200	R\$ 660,00
AIPIM/ MANDIOCA Descascada embal.	KG	R\$ 3,00	450	R\$ 1.350,00
ALFACE	KG	R\$ 3,50	400	R\$ 1.400,00
ALHO	KG	R\$ 13,00	100	R\$ 1.300,00
ALMEIRÃO	KG	R\$ 3,00	100	R\$ 300,00
AMEIXA VERMELHA	KG	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
AMENDOIM COM CASCA	KG	R\$ 6,00	100	R\$ 600,00
BANANA CATURRA	KG	R\$ 1,95	300	R\$ 585,00
BANANA MAÇÃ	KG	R\$ 2,45	500	R\$ 1.225,00
BANANA PRATA	KG	R\$ 2,45	500	R\$ 1.225,00
BATATA DOCE	KG	R\$ 2,10	300	R\$ 630,00
BERINJELA	KG	R\$ 2,20	150	R\$ 330,00
BETERRABA	KG	R\$ 2,50	250	R\$ 625,00
BOLACHA CASEIRA	KG	R\$ 12,00	650	R\$ 7.800,00
BRÓCOLIS	KG	R\$ 3,50	150	R\$ 525,00
CAQUI	KG	R\$ 3,00	100	R\$ 300,00
CARAMBOLA	KG	R\$ 2,85	100	R\$ 285,00
CARNE BOVINA C/ OSSO DIANTEIRA	KG	R\$ 8,65	750	R\$ 6.487,50
CARNE BOVINA C/ OSSO TRASEIRA	KG	R\$ 12,65	750	R\$ 9.487,50
CARNE SUINA C/ OSSO	KG	R\$ 8,25	600	R\$ 4.950,00
CENOURA	KG	R\$ 2,50	300	R\$ 750,00
CEBOLINHA VERDE	KG	R\$ 5,50	100	R\$ 550,00
CHUCHU	KG	R\$ 1,50	300	R\$ 450,00
COUVE MANTEIGA	KG	R\$ 3,20	200	R\$ 640,00
COUVE-FLOR	KG	R\$ 4,00	150	R\$ 600,00
CUCA/BOLO	KG	R\$ 9,80	300	R\$ 2.940,00
DOCE DE FRUTAS- PASTOSO/GELEIA	KG	R\$ 8,50	100	R\$ 850,00
ESCAROLA/CHICORIA	kg	R\$ 3,00	150	R\$ 450,00
FEIJÃO CORES	kg	R\$ 3,40	400	R\$ 1.360,00
CARNE DE FRANGO CAPIRA ABATIDO	kg	R\$ 11,00	600	R\$ 6.600,00
INHAME	kg	R\$ 2,70	200	R\$ 540,00
JABUTICABA	KG	R\$ 3,00	200	R\$ 600,00
LARANJA LIMA	KG	R\$ 2,30	400	R\$ 920,00
LARANJA PERA	KG	R\$ 1,80	500	R\$ 900,00
LIMÃO ROSA	KG	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
LIMÃO TAITI	KG	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
MAÇÃ	KG	R\$ 3,50	200	R\$ 700,00
MAMÃO	KG	R\$ 2,20	200	R\$ 440,00
MANGA	KG	R\$ 2,00	200	R\$ 400,00
MARACUJA	KG	R\$ 3,50	150	R\$ 525,00
MEL ATÉ UM 1KG	KG	R\$ 12,85	100	R\$ 1.285,00
MELADO DE CANA	KG	R\$ 7,20	160	R\$ 1.152,00
MELANCIA	KG	R\$ 0,85	363	R\$ 308,55